

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2020-2024



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2020-2024

Aracaju
XXXXXXX, 2019
Versão 1.0

QUADRO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Normativo
XX/2019	1.0	Referenda a Resolução XX/2019/CS que aprovou Ad Referendum o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFS para o interstício 2020-2024	Resolução nº XX/2019/CS

MINUTA



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Arnaldo Barbosa de Lima Júnior

SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ataíde Alves

ROL DE DIRIGENTES

Reitora

Ruth Sales Gama de Andrade

Pró-Reitor de Administração

Ailton Ribeiro de Oliveira

**Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional**

Ider de Santana Santos

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Jose Espínola da Silva Junior

Pró-Reitor de Ensino

Alysson Santos Barreto

Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão

Chirlaine Cristine Goncalves

Diretor de Inovação e Empreendedorismo

Jose Augusto Andrade Filho

Diretor de Tecnologia da Informação

Ricardo Ariel Correa Rabelo

Diretor Geral do Campus Aracaju

Elber Ribeiro Gama

Diretor Geral do Campus São Cristóvão

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Diretor Geral do Campus Lagarto

José Osman dos Santos

Diretor Geral do Campus Itabaiana

José Rocha Filho

Diretora Geral do Campus Estância

Sonia Pinto de Albuquerque Melo

Diretor Geral do Campus Glória

Jose Henrique Dias dos Santos

Diretor Geral do Campus Própria

Jose Luciano Mendonca Moraes

Diretor Geral do Campus Tobias Barreto

Claifton Bongiovani do Carmo

Diretor Geral do Campus Socorro

Jose Franco de Azevedo

Diretor Geral do Campus Poço Redondo

Toniclay Andrade Nogueira

COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PDI 2020-2024

Comissão Central
([Portaria nº 3165, de 17 de outubro de 2018](#))

Comissões Locais
([Portaria nº 3166, de 17 de outubro de 2018](#))

Organizadora
Econ. Juciana Karla Melo Lima

MINUTA

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe é uma autarquia comprometida com uma atuação eficiente, eficaz e efetiva nas áreas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica.

Para tanto é necessário muito trabalho e empenho no desenvolvimento de um Instituto moderno e competente, na busca incessante pela excelência acadêmica, científica, tecnológica e cultural oferecendo aos alunos um ensino de alta qualidade, com a verticalização e integração com a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica em benefício da sociedade.

Com um modelo de gestão democrática, transparente, ética e focada na inclusão social, no serviço à sociedade e na preservação do meio ambiente, é missão do IFS Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um valioso instrumento de gestão. É o documento em que se definem a missão da instituição e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Ao estabelecer indicadores de desempenho permite a comparação entre a situação atual e a planejada, indicando as correções que devem ser efetuadas para a consecução dos objetivos e metas traçados. Serve de base para a elaboração dos Planos de Anuais de Trabalho – PATs do quinquênio de sua vigência, enfim, é uma ferramenta de planejamento estratégico de longo prazo e base para os planejamentos tático-operacionais de curto prazo.

A elaboração deste trabalho contou com a participação de todos os segmentos da comunidade de todos os campi e procurou configurar e consolidar as ideias, as diretrizes e as prospecções desses segmentos em suas peculiaridades regionais. Sempre em consonância com os compromissos assumidos com a sociedade, na intenção de gerar uma atuação integrada, articulada e eficaz, no desenvolvimento do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica. Desse modo as informações contidas neste plano são de responsabilidade dos membros das comissões responsáveis pela elaboração do PDI 2020-2024.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1 - Mapa dos territórios de Sergipe</u>	32
<u>Figura 2 - Cadeia de valor integrada do IFS</u>	37
<u>Figura 3 - Mapa Estratégico do IFS 2020-2024</u>	38
<u>Figura 4 - Plano de indicadores, metas e iniciativas estratégicas 2020-2024</u> ..	39
<u>Figura 5 - Estrutura do Modelo de Gestão de Riscos do IFS</u>	51
<u>Figura 6 - Processo de gestão de riscos no IFS</u>	52
<u>Figura 7 - Estrutura de Supervisão e Operacionalização</u>	55
<u>Figura 8 - Composição do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Con- troles</u>	56
<u>Figura 9 - Perfil dos servidores do IFS</u>	119
<u>Figura 10 - Evolução do quadro de servidores</u>	119
<u>Figura 11 - Percentual de Mestres e Doutores</u>	120
<u>Figura 12 - Desafios e ações futuras da gestão de pessoas</u>	127
<u>Figura 13 - Organograma do IFS</u>	128
<u>Figura 14 - Composição do Conselho Superior</u>	129
<u>Figura 15 - Composição do Colégio de Dirigentes</u>	129
<u>Figura 16 - Composição do CEPE</u>	130
<u>Figura 17 - Canais e ferramentas de comunicação do IFS</u>	132
<u>Figura 18 - Organograma da Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB)</u>	135
<u>Figura 19 - Bibliotecas vinculadas a DGB</u>	135
<u>Figura 20 - Base de dados não periódicos da Capes</u>	138
<u>Figura 21 - Horário de funcionamento das bibliotecas</u>	141
<u>Figura 22 - Organograma da DEAD proposto</u>	162
<u>Figura 23 - Estruturação humana da equipe da DEAD</u>	164

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 - Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1924-2010)</u>	22
<u>Quadro 2 - Características socioeconômicas dos municípios de Sergipe</u>	35
<u>Quadro 3 - Mapa das profissões de nível médio e superior</u>	37
<u>Quadro 4 - áreas de atuação acadêmica</u>	46
<u>Quadro 5 - Mapa de Riscos Estratégicos</u>	49
<u>Quadro 6 - Componentes do Processo de Gestão de Riscos</u>	53
<u>Quadro 7 - Dimensões e meta PPPI</u>	86
<u>Quadro 8 - oferta de cursos e vagas: Campus Aracaju</u>	89
<u>Quadro 9 - oferta de cursos e vagas: Campus São Cristóvão</u>	90
<u>Quadro 10 - oferta de cursos e vagas: Campus Lagarto</u>	90
<u>Quadro 11-oferta de cursos e vagas: Campus Estância</u>	92
<u>Quadro 12 - oferta de cursos e vagas: Campus Itabaiana</u>	92
<u>Quadro 13 - oferta de cursos e vagas: Campus Glória</u>	93
<u>Quadro 14 - oferta de cursos e vagas: Campus Tobias Barreto</u>	94
<u>Quadro 15- oferta de cursos e vagas: Campus Propriá</u>	97
<u>Quadro 16 - oferta de cursos e vagas: Campus Socorro</u>	98
<u>Quadro 17 - cursos FIC ofertados</u>	102
<u>Quadro 18 - Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados</u>	103
<u>Quadro 19 - Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio ofertados</u>	104
<u>Quadro 20 - Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio ofertados</u>	104
<u>Quadro 21 - Cursos Superiores de Tecnologia ofertados</u>	106
<u>Quadro 22 - Cursos de Licenciatura ofertados</u>	107
<u>Quadro 23 - Cursos de Bacharelado ofertados</u>	108
<u>Quadro 24 - Cursos de Pós-graduação ofertados</u>	109
<u>Quadro 25 - cursos Proeja ofertados</u>	110
<u>Quadro 26 - cursos na modalidade da Educação do campo ofertados</u>	111
<u>Quadro 27 - Oferta de cursos de pós-graduação do IFS</u>	118
<u>Quadro 28 - Regime de trabalho do corpo docente</u>	125
<u>Quadro 29 - Tabela de servidores técnico-administrativo por requisitos da titulação e por regime de trabalho e titulação</u>	126
<u>Quadro 30 - Acervo Digital</u>	138
<u>Quadro 31 - Acervo por Campus</u>	140
<u>Quadro 32 - Acervo por área de Conhecimento</u>	141
<u>Quadro 33 - Recursos Humanos das Bibliotecas</u>	142
<u>Quadro 34 - Instalações Físicas</u>	143
<u>Quadro 35 - Número de assentos para usuários</u>	144
<u>Quadro 36 - Recursos de TI para as bibliotecas</u>	146
<u>Quadro 37 - Recursos financeiros</u>	146
<u>Quadro 38 - Infraestrutura física e instalações acadêmicas</u>	150
<u>Quadro 39 - Programas e Ações contidos na LOA do IFS</u>	151
<u>Quadro 40 - Projeção Orçamentária do IFS 2020 a 2024</u>	153
<u>Quadro 41 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 – Reitoria</u>	154
<u>Quadro 42 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Aracaju</u>	154

<u>Quadro 43 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Lagarto</u>	155
<u>Quadro 44 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus São Cristóvão</u>	155
<u>Quadro 45 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Estância</u>	156
<u>Quadro 46 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2020 - Campus Itabaiana</u>	156
<u>Quadro 47 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Glória</u>	157
<u>Quadro 48 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Propriá</u>	157
<u>Quadro 49 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Tobias Barreto</u>	158
<u>Quadro 50 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Socorro</u>	158
<u>Quadro 51 - Infraestrutura física EAD</u>	165
<u>Quadro 52 - Previsão de abertura de Polos da EAD</u>	166
<u>Quadro 53 - oferta de cursos a distância credenciados pela Rede e-Tec Brasil</u>	167
<u>Quadro 54 - Estruturação humana da equipe da EAD</u>	167
<u>Quadro 55 - Oferta de cursos EAD no campus Aracaju</u>	168
<u>Quadro 56 - Oferta de cursos EAD no campus Socorro</u>	169
<u>Quadro 57 - Oferta de cursos na Reitoria – Mestrado Profissional</u>	169
<u>Quadro 58 - Processos avaliativos do IFS</u>	171
<u>Quadro 59 - Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação</u>	172
<u>Quadro 60 - Eixos e dimensões para avaliação institucional</u>	172
<u>Quadro 61 - Cursos Reconhecidos</u>	173
<u>Quadro 62 - Escala de valores para medir o grau de satisfação dos pesquisadores</u>	176
<u>Quadro 63 - Demandas da comunidade: campus Aracaju</u>	178
<u>Quadro 64 - Demandas da comunidade : campus São Cristóvão</u>	181
<u>Quadro 65 - Demandas da comunidade: campus Lagarto</u>	183
<u>Quadro 66 - Demandas da comunidade: campus Itabaiana</u>	185
<u>Quadro 67 - Demandas da comunidade: campus Estância</u>	187
<u>Quadro 68 - Demandas da comunidade: campus Glória</u>	190
<u>Quadro 69 - Demandas da comunidade: campus Propriá</u>	190
<u>Quadro 70 - Demandas da comunidade: campus Tobias Barreto</u>	192
<u>Quadro 71 - Demandas da comunidade: campus Socorro</u>	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Força de trabalho	122
Tabela 2 - Titulação do corpo docente	123

MINUTA

1. PERFIL INSTITUCIONAL	16
1.1 HISTÓRICO DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	16
1.1.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO CEFET-SE	16
1.1.2 ABORDAGEM HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA EAFSC	20
1.2. NOVA ESTRUTURAÇÃO DO IFS	22
1.3. A EXPANSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	24
1.3.1. CAMPUS ESTÂNCIA	26
1.3.2. CAMPUS ITABAIANA	28
1.3.3. CAMPUS GLÓRIA	29
1.3.4. CAMPUS TOBIAS BARRETO	30
1.3.5. CAMPUS PROPRIÁ	30
1.3.6. CAMPUS SOCORRO	31
1.4. INSERÇÃO REGIONAL	32
1.5. CADEIA DE VALOR INTEGRADA DO IFS	38
1.6. MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	39
1.7 PLANO DE INDICADORES, METAS E INICIATIVAS 2020-2024	40
1.8 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICAS	47
1.9. MODELO DE GESTÃO DE RISCOS	49
1.9.1. MODELO DE GESTÃO DE RISCOS	49
1.9.1.1 ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS	53
1.9.1.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS	53
1.9.1.3 PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	54
1.9.1.4 ESTRUTURAS DE SUPERVISÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	56
1.9.1.5 NORMAS, MANUAIS, FERRAMENTAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	59
1.9.1.6 CAPACITAÇÃO CONTINUADA	59
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	59
2.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS QUE ORIENTAM A AÇÃO EDUCATIVA DA INSTITUIÇÃO	59
2.1.1 CONCEPÇÃO DO SER HUMANO	60
2.1.2 CONCEPÇÃO DA SOCIEDADE	60
2.1.3 CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO	61
2.1.4 CONCEPÇÃO DE GESTÃO	62
2.1.5 A EDUCAÇÃO INTEGRADA COMO CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA	63
2.1.6 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	63
2.1.7 INTEGRAÇÃO COM A CIÊNCIA, A CULTURA E A TECNOLOGIA	64
2.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO	67
2.2.1 POLÍTICA DE ENSINO	67
2.2.1.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	67

2.2.1.2 ATIVIDADES DE PRÁTICA PROFISSIONAL E ESTÁGIO	69
2.2.1.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	70
2.2.1.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS E PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO À PRÁTICA DOCENTE... 71	
2.3 POLÍTICA DE PESQUISA.....	73
2.3.1 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS	73
2.3.2 DAS DIRETRIZES.....	75
2.3.3 DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE PESQUISA	77
2.4 POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	77
2.4.1 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS	77
2.4.2 DAS DIRETRIZES.....	78
2.4.5. DOS INSTRUMENTOS.....	79
2.5 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	80
2.6 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	82
2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO IFS	85
2.8 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO IFS	86
2.9 AVALIAÇÃO DESTE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	89
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS.....	91
3.1 CAMPUS ARACAJU	91
3.2 CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	92
3.3 CAMPUS LAGARTO	92
3.4 CAMPUS ESTÂNCIA.....	94
3.5 CAMPUS ITABAIANA	94
3.6 CAMPUS GLÓRIA	95
3.7 CAMPUS TOBIAS BARRETO.....	96
3.8 CAMPUS PROPRIÁ.....	99
3.9 CAMPUS SOCORRO	100
3.10 CAMPUS POÇO REDONDO (EM IMPLANTAÇÃO).....	100
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	101
4.1 A PLURICURRICULARIDADE NO IFS	101
4.1.1 CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	102
4.1.2 CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO	103
4.1.3 CURSOS TÉCNICOS CONCOMITANTES AO ENSINO MÉDIO	104
4.1.4 CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES AO ENSINO MÉDIO	105
4.1.5 CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA	106
4.1.6 CURSOS DE LICENCIATURA	107
4.1.7 CURSOS DE BACHARELADO	108
4.1.8 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	109
4.1.9 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	110

4.1.10 EDUCAÇÃO DO CAMPO	111
4.1.11 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS	113
4.1.12 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	116
5. OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU	118
6. GESTÃO DE PESSOAS: PERFIL DO CORPO DOCENTE E DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	120
6.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	122
6.1.1 REQUISITOS DA TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	122
6.1.2 DA EXISTÊNCIA DO PLANO DE CARREIRA DOS DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	124
6.1.3. DO REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	125
6.2. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS DOCENTES	126
6.3 REQUISITOS DA TITULAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	127
6.4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	128
6.5. CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA	128
6.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	128
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS DE GESTÃO	129
7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ACADÊMICO COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO	129
7.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO (CONFORME ESTATUTO E REGIMENTO GERAL)	130
7.2.1 CONSELHO SUPERIOR	130
7.2.2 CONSELHO DE DIRIGENTES	131
7.2.3 AUTONOMIA DO IFS EM RELAÇÃO À MANTENEDORA	133
7.3 DAS AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO	133
8. PROJETO DO ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL	135
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	136
9.1 ACERVO DAS BIBLIOTECAS	138
9.1.1 ACERVO DIGITAL	139
9.1.2 PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE E ASSINATURAS	139
9.1.3 ACERVO DIGITAL DE LIVROS	140
9.1.4 ACERVO DIGITAL MULTIDISCIPLINAR	140
9.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS	143
9.3 RECURSOS HUMANOS	143
9.4 INSTALAÇÕES FÍSICAS	144
9.4.1 NÚMERO DE ASSENTOS PARA USUÁRIOS	145
9.5 SERVIÇOS INFORMACIONAIS	145
9.5.1 AÇÕES CULTURAIS E EVENTOS	146
9.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	147
9.7 RECURSOS FINANCEIROS	147
9.8 ACESSIBILIDADE	148

9.9 PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	148
9.10 MARKETING E DIVULGAÇÃO	148
9.11 PLANO DE CONTINGÊNCIA ANUAL PARA AS BIBLIOTECAS DO IFS	148
9.12 AQUISIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	149
9.13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	151
10. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA	152
10.1 COMPOSIÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA	153
10.1.1 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS 2020-2024.....	153
10.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	160
10.2.1 CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	160
10.2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES	160
10.2.3 PROCEDIMENTOS	160
10.2.4 COMPRAS SUSTENTÁVEIS	161
10.2.5 CAPTAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE RECURSOS.....	161
11. OFERTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	162
11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - EAD E SUA ABRANGÊNCIA NO IFS.....	162
11.2 ESTRUTURA DA EAD NO IFS.....	163
11.3 OFERTA DA EAD NO IFS	164
11.4 INICIATIVAS PARA 2020-2024	164
11.5 DESAFIOS DA EAD PARA 2020-2024.....	165
11.6 PLANO DE ATUAÇÃO DA EAD.....	166
11.6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	166
11.6.2 PREVISÃO DE ABERTURA DE POLOS 2020-2024	167
11.6.3 OFERTAS DE CURSOS PELA REDE E-TEC BRASIL	168
11.6.4 PREVISÃO DE ESTRUTURAÇÃO HUMANA DA EQUIPE DA EAD	168
11.6.5 OFERTAS DE CURSOS EAD NA INSTITUIÇÃO	169
12. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	171
12.1 DIRETRIZES GERAIS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA E AÇÕES	172
12.2 DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	172
12.3 DA AVALIAÇÃO EXTERNA.....	174
12.4 DA METODOLOGIA	176
12.5 DOS INSTRUMENTOS.....	177
12.6 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	177
12.7 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO.....	177
12.8 SENSIBILIZAÇÃO	178
12.9 VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	178
12.10 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO INTERNA	178
12.11 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL.....	178

12.12 DIVULGAÇÃO: RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO	179
12.13 AÇÕES DOS GESTORES PARA NEUTRALIZAR AS FRAGILIDADES DETECTADAS NA AVALIAÇÃO ...	179
13. DEMANDAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	179
13.1 CAMPUS ARACAJU	179
13.2 CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO.....	182
13.3 CAMPUS LAGARTO	184
13.4 CAMPUS ITABAIANA.....	185
13.5 CAMPUS ESTÂNCIA.....	187
13.6 CAMPUS GLÓRIA	190
13.7 CAMPUS PROPRIÁ.....	191
13.8 CAMPUS TOBIAS BARRETO.....	193
13.9 CAMPUS SOCORRO	194
13.10 CAMPUS POÇO REDONDO.....	194
REFERÊNCIAS	194

MINUTA

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico de implementação e desenvolvimento institucional

Com a promulgação da [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal de Sergipe – IFS. A instituição *multicampi* é composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC, sendo que o CEFET possuía uma unidade descentralizada (UNED) localizada no município de Lagarto, a qual com o processo de integração acima referido foi transformada em um dos *campi* do IFS. Foi através do [Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007](#), que viabilizou a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, que a referida integração foi viabilizada. Posteriormente, a [Portaria nº 116/SETEC, de 31 de março de 2008](#), publica a relação das propostas de criação dos Institutos aprovados nos diversos estados da Federação, inclusive o Instituto Federal de Sergipe.

A partir de tal processo de integração, os Institutos Federais apresentam uma nova perspectiva no campo da educação profissional e tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão de um novo tempo. Haverá, dessa forma, maior abrangência de atuação dessa modalidade de ensino, especialmente com o surgimento das novas unidades, através do plano de expansão, que atuarão como *campi* avançados e vinculados aos seus respectivos Institutos Federais. Cada uma dessas instituições, agora denominada *campus*, tem trajetórias de educação profissional e tecnológica própria que são descritas a seguir.

1.1.1 Abordagem histórica da trajetória institucional do CEFET-SE

O Estado Brasileiro, através do [Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909](#), no governo do então presidente Nilo Peçanha, a pretexto de atender aos “desfavorecidos da fortuna”, isto é, de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, traz à luz uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices. Apenas em 1º de maio de 1911, a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe, “irmã caçula” da rede, sob a direção do Dr. Augusto César Leite, dá início às suas atividades oferecendo o ensino primário formado pelas matérias

de cultura geral, que compreendiam o curso de Letras e Desenho Geométrico e o ensino de ofícios, este último representado pelos cursos de Marcenaria, Alfaiataria, Selaria, Ferraria, Mecânica e Sapataria.

Em 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices dão lugar aos Liceus Industriais, mudança de pouca relevância, pois em nada altera os objetivos até então pretendidos. Na Primeira República, como se sabe, eram baixos os índices de urbanização e industrialização e a economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola. Na década de 1930, no entanto, já se percebe uma certa presença do capitalismo industrial, que inaugura novo quadro de demandas educacionais por parte de camadas da população cada vez mais expressivas. Em 1942, obedecendo ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo voltou-se da atividade agroexportadora para a industrial, os Liceus Industriais dão lugar às Escolas Técnicas Industriais, ampliando a oferta de ensino para o nível equivalente ao secundário.

Ainda antes do Estado Novo, surge através de comissão de educadores indicada pelo então Ministro Francisco Mariani, proposta de reforma geral da educação nacional, que terminou por dar origem à nossa primeira LDB ([Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#)), aprovada pelo Congresso Nacional depois de longa gestação de treze anos. Durante esse longo processo, o conceito de diretrizes e bases antes visto de maneira não integrada, passou a apresentar dinamismo. O termo bases possuiria conteúdo de concepção política, enquanto as diretrizes, invocando a ação adjetiva da educação, apresentariam conteúdo de formulação operativa.

Pela [Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1958](#), a Escola adquire *status* de Autarquia Federal, conquistando autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, concomitantemente. Tal mudança possibilitava o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme preconizava um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Dentro dessa nova perspectiva, o primeiro curso técnico oferecido foi o de Técnico em Edificações, que começou a funcionar em 1962, seguido dos Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas e Motores, buscando

atender às necessidades do setor industrial, que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

O advento da Ditadura Militar marcou expressivamente a política educacional brasileira, sobretudo a educação profissional. As Constituições de [1967](#) e [1969](#), sob inspiração ideológica da “segurança nacional”, abriram espaço para amplo apoio ao ensino particular e reduziram para doze anos a idade mínima permitida para o trabalho de menores, além de cercear a atividade docente. Em 1968, surge a [Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968](#) que tratava somente do ensino superior. Em 1971, nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ([Lei nº 5.692/71](#)), denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, teve, igualmente, período gestatório lento, porém impermeável a debates e à participação da sociedade civil. Entre outras mudanças, a Lei nº 5.692/71 impõe um cunho técnico-profissional a todo currículo de segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Naquele período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1980, para suprir as demandas do mercado de trabalho, a Escola Técnica de Sergipe cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos em Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, foram extintos, criando-se então o Curso Técnico em Eletrônica.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou o início da política de interiorização da educação profissional, o que resultou para a ETFSE, além da modernização de suas dependências, a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto.

Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial. Em 2007, realiza-se o primeiro vestibular para o curso superior de tecnologia em Automação Industrial.

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) é aprovada. No ano seguinte, através do Decreto nº 2.208/97, dá-se a regulamentação dos artigos da nova LDB que

tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para a qualificação de mão de obra, em meio às transformações da educação profissional. Retoma-se, em 1998, o processo de transformação das demais Escolas Técnicas Federais (ETF's) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), sob a égide da [Lei nº 8.948/94](#), do Decreto nº 2.046/97 e da Portaria Ministerial nº 2.267/97.

Em 1998, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as Escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumirem posição em face da sociedade e da realidade do mundo produtivo. Os anos 90 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede técnico-profissional procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas. Desde então, ficaria visível a opção de cada uma delas, sempre baseada na maturidade construída sobre questões relacionadas principalmente com o tripé educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiam na formação do homem e em seus direitos de cidadania.

A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFET's elevaria o potencial da Instituição, capacitando a para responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde se encontra localizada, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo construtivo (situado e datado), sintonizado com o desenvolvimento do País numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, sempre tomando como fundamento precípua a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

Em Sergipe, o projeto institucional de implantação do CEFET foi protocolado em Brasília sob o número 230/98-66. A Escola Técnica de Sergipe, todavia, somente em 13 de novembro de 2002 passaria a ocupar o *status* de Centro Federal de Educação Tecnológica, após quatro anos de atendimento às diligências para aprovar seu projeto institucional. Em 2003/04, ocorre a oferta

dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saneamento Ambiental e Ecoturismo. Em 2006/07, são lançados os cursos de Licenciatura em Matemática e o de Graduação Tecnológica em Automação Industrial e, finalmente, em 2008/09 oferece Engenharia de Produção Civil e Licenciatura em Química.

Com o advento da primeira Reforma do Ensino Profissional, mediante o [Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997](#), que regulamenta os artigos 36 e de 39 a 41 da atual LDB, a Escola passa a ofertar, nos moldes dessa Reforma, cursos de Nível Básico, Técnico e o Ensino Médio. Nesse momento, os desenhos curriculares assumem uma estrutura modular, por competências e dissocia o ensino médio do técnico. Convém ressaltar que a concepção subjacente a esse modelo não teve aceitação de parte expressiva dos educadores. Além desses fatores, destaca-se também que nesse período os estudantes egressos do ensino fundamental matriculavam-se no ensino médio e ao concluírem esse nível de ensino, quando aprovados no concurso vestibular, evadiam-se dos cursos técnicos, elevando assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna.

Em 23 de julho de 2004, entra em vigor o [Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004](#) que revoga o Decreto nº 2.208/97, definindo e regulamentando nova articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, através da forma integrada.

A partir dessa prerrogativa legal, o CEFET-SE pôde estruturar seus currículos, ofertando em 2007 dez cursos técnicos integrados e quatro na modalidade EJA, tendo como pressuposto a formação integral do educando, superando assim a segmentação e a desarticulação entre formação geral e profissional. Ou seja, partiu-se da compreensão de que Educação é o exercício de uma prática social transformadora e que a missão deste Centro seria promover educação que combinasse os saberes científicos, tecnológicos e humanistas. Com isto, contribuiu-se para a formação do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, vis-à-vis ao mutante mundo do trabalho.

1.1.2 Abordagem histórica da trajetória institucional da EAFSC

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, uma autarquia federal, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), localizada na região leste do Estado de Sergipe, situada no Km 96 da BR 101, no povoado Quissamã, município de São Cristóvão, fica equidistante dos centros urbanos de Aracaju e São Cristóvão aproximadamente 19 (dezenove) quilômetros. A Escola teve sua origem no Patronato São Maurício, que fora criado em 1924 pelo governo do Estado de Sergipe e oferecia curso de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

Em 1926, o Patronato teve sua denominação modificada, passando a se chamar Patronato de Menores "Francisco de Sá" em homenagem ao Ministro da Aviação do Governo Artur Bernardes. Em 1931, o interventor federal, Augusto Maynard Gomes, modificou a denominação do Patronato, que passou a se chamar Patronato de Menores "Cyro de Azevedo". Dez anos após a sua instalação, o Patronato de Menores "Cyro de Azevedo" foi federalizado. Em 1934, o "Patronato" recebe através de Decreto, nova denominação, "Aprendizado Agrícola de Sergipe" e, em 1939, passou a "Aprendizado Agrícola Benjamin Constant". A partir de 1943, é autorizado a manter cursos de ensino rural com duração de três anos, destinados à formação de trabalhadores rurais¹.

Em agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil. Neste momento, o aprendizado recebeu nova denominação passando a se chamar "Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant". Esse tipo de escola ministrava o curso de Iniciação Agrícola, qualificando em dois anos operários agrícolas e complementando em mais três anos o curso de Mestria Agrícola.

Em 1952, quando a escola passou a ministrar os ensinamentos primário e ginásial, foi denominada "Escola Agrícola Benjamin Constant". As Escolas Agrícolas foram criadas com o objetivo de formar técnicos agrícolas em nível médio, mantendo dois cursos: o de Técnico em Agropecuária, presente em todas as escolas, e o de técnico em Economia Doméstica, existente em algumas delas, inclusive na então "Escola Agrícola Benjamin Constant". Com o advento da [Lei nº 4.024/61](#), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a partir de 1964 a

denominação da escola foi novamente modificada passando a ser chamada "Colégio Agrícola Benjamin Constant".

A última alteração do nome da instituição ocorreu em 1979, quando passou a se chamar "Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão".

Quadro 1 - Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão -SE (1924-2010)

DENOMINAÇÕES	ANO DE ADOÇÃO
Patronato São Maurício	1924
Patronato de Menores "Francisco de Sá"	1926
Patronato de Menores "Cyro de Azevedo"	1931
Aprendizado Agrícola de Sergipe	1934
Aprendizado Agrícola "Benjamin Constant"	1939
Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant"	1946
Escola Agrícola "Benjamin Constant"	1952
Escola Agrotécnica "Benjamin Constant"	1957
Colégio Agrícola "Benjamin Constant"	1964
Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão	1979

Fonte: Coleção de leis e decretos do Estado de Sergipe referente aos anos de 1924 a 1931 e coleção das edições do Diário Oficial da União referentes aos anos de 1934 até 1979.

Em 17 de novembro de 1993, a Escola, juntamente com o CEFET, é transformada em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Antes de ser transformada em autarquia federal, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão SE sofreu quatro grandes reformas administrativas, nos anos de 1925, 1927, 1964 e 1979.

1.2. Nova Estruturação do IFS

Com a criação do IFS, a Unidade Sede e a UNED Lagarto do CEFET tornaram-se, respectivamente, Campus Aracaju e Campus Lagarto, enquanto a EAFSC, tornou-se Campus São Cristóvão.

O Campus Aracaju, instituído em 2009 e implantado na estrutura da antiga Unidade Sede do CEFET-SE, situa-se no Bairro Getúlio Vargas na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, localizada no litoral e banhada por dois grandes rios: Sergipe e Poxim. A economia aracajuana baseia-se nos serviços e na indústria. Ocupa posição geográfica privilegiada, que lhe permite exercer influência direta nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos

Coqueiros e São Cristóvão, os quais fazem parte da região considerada “Grande Aracaju”.

O Campus São Cristóvão, parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atua na área educacional promovendo educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia. É a única instituição no estado de Sergipe a disponibilizar regime de internato para alguns estudantes, fornecendo moradia e alimentação. Composto por uma área de 868 hectares, o Campus localiza-se na BR-101, Km 96, Povoado Quissamã, município de São Cristóvão

Com o objetivo de ampliar sua área de atuação, o Campus criou um Polo Descentralizado, na cidade de Cristinápolis, através de convênio firmado com a prefeitura local, que oferta o Curso Técnico de Agropecuária, na modalidade concomitante, e já planeja a implantação de cursos na modalidade EAD.

O Campus Lagarto situa-se no município de Lagarto. O município ocupa uma área de 968,92 km², segundo os dados do IBGE, é o terceiro maior município em população de Sergipe, que compõem uma área dividida em mais de 100 povoados, com um bom sistema de transporte. Sua economia baseada em atividades agropecuárias e um crescente número de indústrias, principalmente ligadas a produtos alimentícios, embalagens e móveis. Conhecida pelos seus moradores como “Cidade Ternura”, Lagarto possui uma história que data de meados do século XVII, e passou por diversas etapas de nomeação até chegar a condição de cidade em 1880. Sua economia baseia-se na agricultura, com o cultivo de fumo, frutas cítricas, mandioca; na pecuária de corte e criação de ovinos; a indústria do tabaco tem destaque, além das indústrias de embalagens, móveis e alimentícias

No ano de 1988, inicia-se a interiorização da educação profissional em Sergipe com as preparações para a construção das instalações da UNED - Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto. Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial.

No ano de 1995, a Unidade Descentralizada de Ensino de Lagarto (UNED-Lagarto) passou a funcionar com a oferta de cursos técnicos, e desde então tem sido por mais de duas décadas promotor do desenvolvimento de mão de obra especializada e educação básica de qualidade inquestionável. A partir de 2009, a UNED-Lagarto transformou-se em Campus Lagarto, ganhando autonomia na administração e orçamento, crescendo conforme indicadores de gestão e produção acompanhados. A evolução no número de cursos superiores ofertados pelo Campus é uma prova inequívoca de estar-se na linha do tempo crescendo com os processos industriais, inclusive com boas avaliações pelo MEC. O Campus Lagarto é um dos braços do IFS que se responsabiliza pela ampliação da educação Técnica e Tecnológica dentro do Centro Sul do estado, devido às melhores condições para ofertar gratuitamente o ensino inovador, levando em consideração as condições físicas e laboratoriais da sua infraestrutura de apoio.

As ofertas de cursos se ampliam, acrescentam-se aos já ofertados no início dos cursos técnicos de Edificações e Eletromecânica, o de Informática, junto com a oferta do Ensino Médio, à época denominado 2º Grau. Em 2007 foi realizado, em Lagarto, o primeiro processo seletivo para cursos superiores, o Curso Tecnológico em Automação Industrial, além de cursos de menor duração. Atualmente permanecem os três cursos iniciais, agora na modalidade integrado ao Ensino Médio, Redes de Computadores, Eletromecânica, e Edificação, também estes dois últimos na modalidade técnica subsequente ao Ensino Médio. A oferta de cursos superiores tem, além de Tecnológico em Automação Industrial, a Licenciatura em Física e o Bacharelado em Sistema de Informação, somou-se a estes, a implantação do curso de Engenharia Elétrica no período de 2017.2 e Arquitetura e Urbanismo para 2019.2. A matrícula em 2018 foi de 1.171 discentes sendo 716 nas modalidades do Ensino Médio Técnico Integrado e Ensino Médio Subsequente; e 455 discentes dos cursos superiores.

1.3. A Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), programada para ocorrer em três fases, no período de 2005 a 2014, foi uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A partir de 2008, iniciou-se a segunda fase do plano de expansão, com a construção de 150 novas unidades para

contemplar os 26 estados e o Distrito Federal. Em 2009, 64 unidades da primeira fase estavam implantadas ou em processo de implantação.

Na segunda fase da expansão, a definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- Distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- Cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- Proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- Interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- Redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- Identificação de potenciais parcerias.

Nesta fase, foi autorizada, em 2008, a construção de 150 novos Campi pelo país, dentre eles, três no Estado de Sergipe, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Itabaiana e Estância, com vistas à interiorização da oferta pública de Educação Profissional e de Ensino Superior.

Com a terceira fase da expansão, iniciada em 2011, o IFS foi contemplado com mais quatro Campi, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto, Propriá e Poço Redondo, que atenderam aos critérios utilizados pelo Governo Federal, como de serem municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais.

Nessa fase de expansão, em atendimento ao acordo firmado entre o Governo Federal e os 120 Municípios contemplados, o Instituto aceitou os terrenos doados pelas respectivas prefeituras para a instalação das unidades de Educação Profissional. Posteriormente, o IFS elaborou os projetos arquitetônicos, abriu licitação e deu início à ordem de serviço para construção dos novos Campi. Atualmente, o Campus Socorro tem sede própria inaugurada em setembro de 2017 e os demais deram início a construção de suas sedes.

1.3.1. Campus Estância

O Campus Estância situa-se no município de Estância - SE, localizado no território sul sergipano, distando 67 km da capital e se destaca economicamente nas seguintes áreas: comércio, agricultura, indústria alimentícia e têxtil, construção civil, fornecimento de energia e turismo, com ênfase para a área litorânea.

Constituído em uma sede provisória, através de convênio firmado com a Prefeitura, o campus Estância iniciou suas atividades com a oferta de Cursos Técnicos Subsequentes, em 2011, na área de Edificações e, no ano seguinte, na área de Eletrotécnica, definidos a partir de uma audiência pública e alinhados aos Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Em seguida, inovou com a oferta do Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros, fruto de uma decisão interna, pois a Direção Geral, à época, juntamente com a equipe de servidores, entenderam que a sede provisória não apresentava estrutura física para a oferta do curso de Informática, demandado em audiência pública, adiando, assim, esta oferta para o campus definitivo.

A escolha de um curso na área pesqueira considerou os seguintes fatores: a região do Campus tem uma forte tradição na área da pesca, com 26 (vinte seis) comunidades pesqueiras, sendo 12 (doze) em Estância, 06 (seis) em Santa Luzia e 08 (oito) em Indiaroba (cidades vizinhas), além de inúmeras organizações sociais de pescadores. Estas comunidades praticam diversos tipos de pesca, como também se dedicam à Piscicultura, Carcinicultura, Ostreicultura, abrindo com isso, fundamentos para a oferta do curso de Aquicultura.

Em outubro de 2014, o Campus Estância foi transferido das instalações provisórias na antiga Escola de Comércio para sede própria, localizado no Bairro Valter Cardoso Costa, mais conhecido como Cidade Nova. O Bairro foi fundado no ano de 1977 pelo saudoso Valter Cardoso Costa, na época prefeito de Estância, sendo batizado com o nome do próprio fundador. Segundo dados da época, o local era um grande terreno abandonado onde funcionava apenas um campo de aviação. A área que pertencia ao Governo do Estado passou para o domínio do Município e o prefeito da época, Valter Cardoso, fez a doação de 40

mil m² distribuídos em lotes para cada família que a princípio construíram 3 mil casas. Atualmente, o Bairro possui um desenvolvido e diversificado centro comercial, contribuindo bastante para o crescimento da economia da cidade de Estância e se tornou o Bairro mais populoso da região. (SECOM/ Prefeitura de Estância, 2016).

A partir de então, o campus ofertou novos cursos, diversificando o tipo de oferta e curso, quando em 2015 o passou a ofertar o curso de Bacharelado em Engenharia Civil atendendo à demanda local, estadual e nacional, inclusive oportunizando a verticalização dos itinerários formativos para aqueles alunos egressos do Curso de Edificações. O curso Bacharelado em Engenharia Civil, em junho de 2018, passou pela sua primeira avaliação junto ao Ministério da Educação - MEC para reconhecimento, obtendo aprovação com nota 4 (quatro). Em 2017, alinhando-se à área de Recursos Pesqueiros já ofertada, o Campus passou também a ofertar o curso Técnico de Nível Médio Integrado em Aquicultura.

No campo de seu histórico, além dos cursos técnicos presenciais, o campus ofertou o Curso Técnico em Administração, na modalidade EAD, e cursos em mais quatro programas do Governo Federal: PROEJA, Mulheres Mil, PRONATEC e PROFUNCIONÁRIO. Ofertou, também, o curso Técnico de Reabilitação de Dependentes Químicos e Técnico de Administração, ambos na oferta Subsequente na modalidade EAD, que funcionaram nos polos de Cristinápolis e Itabaianinha.

Enquanto direcionamentos futuros, a comunidade escolar vem discutindo a ampliação da oferta já existente, inclusive considerando a saída da área de Recursos Pesqueiros/Aquicultura do campus Estância para o campus São Cristóvão, conforme sinalizado pela gestão atual. A discussão das novas ofertas alinha-se ao Termo de Acordo de Metas, incluindo a necessidade de atendimento de cursos para a Formação de professores, via Licenciatura ou cursos de Pós-Graduação, e à solidificação da oferta de cursos técnicos que, hoje, correspondem a mais de 60% das vagas do Campus.

Assim, o amadurecimento da discussão acerca da expansão e da oferta do Ensino no Campus Estância passa, também, pela necessidade de um planejamento articulado que vise otimizar os recursos, espaços e corpo docente

existente ao mesmo tempo em que se alinha à demanda regional por educação pública de qualidade.

1.3.2. Campus Itabaiana

A instalação de um campus do Instituto Federal de Sergipe em Itabaiana veio atender às necessidades de um município em crescimento. Itabaiana é a quarta maior cidade do estado, e fica a apenas 54 quilômetros da capital. Possui uma grande concentração de atividades comerciais em áreas como alimentação, tecido e materiais de construção, tanto no atacado quanto no varejo, e de indústrias de pequeno porte. Os cursos ofertados neste Campus visam colaborar com os principais Arranjos Produtivos Locais, observando-se os desafios e as oportunidades característicos da região, definidos em audiências públicas.

O início das atividades do IFS em Itabaiana data de 2011, em um espaço cedido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, por meio de um convênio com o Governo do Estado, nas dependências do Colégio Estadual Murilo Braga. Nessa época, foi ofertado à comunidade o curso Subsequente e o curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte em Informática.

A partir de 2012, as atividades do Campus Itabaiana passaram a ser desenvolvidas, provisoriamente, em um prédio locado por meio do contrato administrativo nº 16/2012. Em 2013, foram ofertados o Curso Superior de Tecnologia em Logística, o Curso Técnico Integrado em Agronegócio, o Programa Mulheres Mil (auxiliar de arquivo, informações turísticas, operador de processamento de frutas e hortaliças, reciclador e camareira), curso de formação técnica para funcionários da educação - PROFUNCIONÁRIO (alimentação escolar, infraestrutura escolar, secretaria escolar e multimeios didáticos), além de um curso de Formação Inicial e Continuada – FIC / PROEJA (operador de micro), e os ofertados na modalidade à distância: Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Administração.

O campus ofertou também cursos via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, nas modalidades FIC (recepcionista, espanhol básico, operador de micro, operador de processamento de frutas e hortaliças, reciclador, auxiliar administrativo, auxiliar de arquivo, camareira,

informações turísticas) e cursos concomitantes em Agronegócio e Manutenção e Suporte em Informática em parceria com a Rede Estadual de Ensino.

1.3.3. Campus Glória

O Campus Glória está situado na cidade de Nossa Senhora da Glória, popularmente conhecida como a “Capital do Sertão”. Localizada a 121 Km de distância da capital Aracaju, conta com uma economia em franca expansão, principalmente no setor de leite e derivados, devido à presença de importantes indústrias de laticínios. Outra atividade de grande importância na região é a agricultura, com destaque para as culturas do feijão e do milho.

Os cursos ofertados visam colaborar com os principais APLs – Agricultura, Produção Alimentícia e Comércio – que foram definidos em audiências públicas, nas quais foram observados os desafios e as oportunidades característicos da região.

Mesmo com as obras de construção do Campus (localizado no povoado Piabas) não concluídas, em 2011 foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado, por meio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), que permitiram o início das atividades, provisoriamente, no Parque de Exposições João de Oliveira Dantas.

Em 2011 e 2012, entraram em funcionamento os primeiros cursos regulares do Campus – Técnico de Nível Médio em Alimentos, Técnico de Nível Médio em Agroecologia e Superior em Tecnologia em Laticínios –, além de mais três programas complementares do Governo Federal: Mulheres Mil, Programa de Acesso ao Emprego e ao Ensino Técnico - PRONATEC e PROFUNCIONÁRIO, que objetivam a ampliação do acesso ao ensino profissional, científico e tecnológico.

Em 2016 teve início o curso Técnico Integrado em Agropecuária, onde estudantes e egressos do mesmo têm obtido resultados expressivos nas avaliações nacionais como ENEM, OBFEP, OBMEP e OSEQUIM, além de publicações de livros e artigos em revistas científicas nacionais e internacionais. Atualmente, os cursos em vigor são o Técnico de Nível Médio em Alimentos, Técnico Integrado em Agropecuária e Superior em Tecnologia em Laticínios.

1.3.4. Campus Tobias Barreto

O Campus Tobias Barreto situa-se no município de Tobias Barreto, localizado no território sul sergipano, distando 131 km da capital. O município se destaca economicamente nas seguintes áreas: comércio e confecção têxtil.

Funcionando em uma sede provisória, através de convênio firmado com a Prefeitura, o Campus Tobias Barreto oferta os cursos técnicos em Informática e Comércio (na modalidade subsequente), Desenvolvimento de Sistemas e Comércio (na modalidade concomitante) e cursos FIC de Vendedor e Operador de Computador, todos na modalidade presencial.

O curso técnico subsequente em Informática foi o primeiro curso ofertado, iniciando suas aulas em 26 de novembro de 2014. A escolha de um curso na área de Informática levou em consideração a importância desta área para o desenvolvimento do comércio e da sociedade.

O segundo curso ofertado, técnico subsequente em Comércio, iniciou suas atividades em 24 de novembro de 2015. A escolha por este curso considerou seu alinhamento com os Arranjos Produtivos Locais - APL.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Vendedor (em 19 de setembro de 2016) e Operador de Computador (em 13 de março de 2017) surgiram logo após, a partir da necessidade de suprir a comunidade com os conhecimentos e competências abordados por estes cursos, em um formato mais compacto.

A partir de um convênio com a Secretaria da Educação, surgiu a oportunidade de ofertar dois cursos técnicos na modalidade concomitante: Desenvolvimento de Sistemas e Comércio, ambos iniciando em 04 de fevereiro de 2019. Essa modalidade oportuniza a alunos cursando ensino médio na rede pública ou privada a possibilidade de participarem e alcançarem uma formação de técnico.

1.3.5. Campus Propriá

A implantação de um Campus do Instituto Federal de Sergipe no coração do conhecido Baixo São Francisco Sergipano, vem ao encontro das reais necessidades não apenas do município em que está instalado, mas, estende-se a toda região, uma vez que a cidade de Propriá se constitui como polo para o

qual convergem todas as principais ações desenvolvidas nesse entorno. Com espaço cedido pela Prefeitura Municipal, a sede provisória do Campus Propriá funciona na antiga Escola Técnica do Comércio, situada na rua Rotary, nº 330, em pleno centro da cidade, enquanto o novo prédio, dotado de sala de aula, laboratório, biblioteca, cantina, área de convivência e sala de professores, está sendo construído às margens da BR 101, com estrutura para receber mais de 1.000 estudantes.

O Campus Propriá apresenta um raio de abrangência geográfica que engloba pelo menos vinte cidades pertencentes, principalmente, à região do baixo São Francisco Sergipano. Nessa região, destacam-se as cidades de Aquidabã, Igreja Nova, Japoatã, Neópolis, Porto Real do Colégio e Propriá. Com a chegada desse Campus passou a existir na região uma instituição pública que oferte vagas em cursos superiores na modalidade presencial, sobretudo em cursos da área de tecnologia e, assim, a atender a demanda também daquelas cidades

A região do Baixo São Francisco apresenta uma demanda reprimida de alunos egressos do sistema escolar regular do ensino médio na região, aptos ingressar em cursos de nível superior. Na identificação dessa demanda, considerando o seu comprometimento na promoção e no desenvolvimento sustentável da região, o Campus Propriá oferta cursos e programas que possibilitem a qualificação técnica, na modalidade inicial e continuada, por meio de cursos que proporcionam a inclusão social de cidadãos e cidadãs com vistas a (re) integração no mundo do trabalho.

1.3.6. Campus Socorro

O Campus Socorro foi incluído no Estatuto do IFS pela Resolução 46/2014/CS/IFS. O Estudo de Mercado – realizado pelo Núcleo de Análise Econômicas da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, em 2016) – indicava, como curso de alta viabilidade apenas o Técnico em Enfermagem, e como média viabilidade: Engenharia Civil, Técnico em Administração, Ciência da Computação e Técnico em Informática. Por razões organizacionais, a gestão implantou o curso Técnico em Manutenção e Suporte de Computadores, na modalidade subsequente, nos turnos matutino e vespertino.

As atividades com aulas iniciaram-se em 2017.2, com uma turma em cada turno. A cada período foi selecionada uma nova turma, de forma que, em 2019.1, temos três turmas funcionando em cada turno, matutino e vespertino. O campus foi projetado em um conjunto de três prédios: um administrativo, um com salas de aula e um com laboratórios. O administrativo foi o primeiro a ser totalmente construído e os outros ainda não estão em obras. Assim, organiza-se o espaço de ensino em três salas de aula, um laboratório de manutenção, um laboratório de redes, um laboratório de informática, um laboratório de eletrônica, um miniauditório e uma biblioteca. No prédio ainda se encontram as dependências do setor administrativo e da gestão do ensino.

O campus está localizado na Região Metropolitana de Aracaju, na região que reúne os bairros mais populosos do município de Nossa Senhora do Socorro.

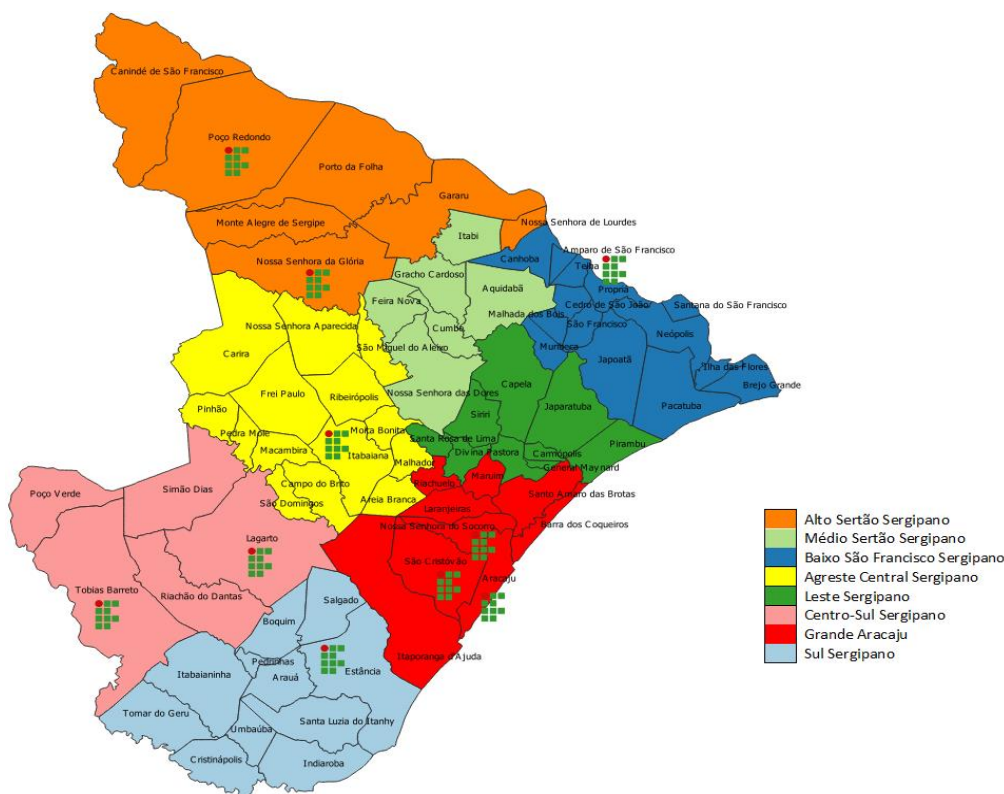
A situação geográfica do campus o torna capaz de atender às demandas de formação de moradores do norte de Aracaju e do município de Barra dos Coqueiros.

1.4. Inserção Regional

O estado de Sergipe está situado na região nordeste possuindo 21.926,908 km² de área, 2.278.308 de população estimada, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.665, ocupando a 20ª posição no ranking quando comparada das 27 unidades da federação segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sergipe possui 75 municípios, agrupados em 3 mesorregiões e 13 microrregiões, conforme classificação do IBGE. Em 2007, o Governo do Estado de Sergipe, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), elaborou uma nova territorialização baseada nas características geoambientais, econômicas, sociais e culturais dos municípios. Essa classificação forma 8 territórios: Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Leste Sergipano, Agreste Central Sergipano, Sul Sergipano, Centro-Sul Sergipano e Grande Aracaju, na forma do mapa abaixo:

Figura 1 - Mapa dos territórios de Sergipe



Fonte: NAEC/IFS

O Alto Sertão tem uma economia predominantemente formada pelos serviços, em sua maior parte governamental, mas a agropecuária tem importante papel para esta região, sobretudo pela bovinocultura, apicultura, ovinocaprino e as culturas de subsistências. Contudo, na agropecuária predominam os empregos informais. O Alto Sertão é conhecido como a bacia leiteira de Sergipe e seu alto PIB industrial é impulsionado pela Hidroelétrica de Xingó, por outro lado apresenta baixos indicadores sociais, tendo o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe. O IFS está presente em Nossa Senhora da Glória (cidade mais próspera dessa região), e com previsão de inauguração em Poço Redondo (cidade com menor PIB *per capita* de Sergipe e com baixo IDH de Sergipe) ainda para 2019.

O Baixo São Francisco tem uma base produtiva pouco diversificada e um produto pequeno, em grande parte oriundo dos serviços, com grande concentração no setor governamental. A indústria é incipiente e de pouca representatividade, com algum destaque para a indústria têxtil e a produção de cimentos. A produção de cerâmica vermelha tem sua importância para a região.

O Baixo São Francisco apresenta baixos indicadores sociais, tendo um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe. O IFS está presente em Propriá, que é a cidade mais próspera da região.

O Médio Sertão tem uma base produtiva pouco diversificada, com grande parte dos serviços formada pelo setor governamental, e com reduzida produção industrial. A bovinocultura e as culturas de subsistências são a base da agropecuária local, gerando baixo valor adicionado. O Médio Sertão apresenta baixos indicadores sociais. Atualmente o IFS não está presente nesse território.

O Leste Sergipano tem boa parte dos serviços formada pelo setor governamental, possui tradição na cultura de cana-de-açúcar, e a presença de usinas de açúcar e álcool são fortes na região. Registra ainda uma baixa diversificação da cadeia industrial, apesar da presença marcante da indústria de petróleo e gás e da extração de minérios, sobretudo o potássio.

O Agreste Central é marcado por alta participação dos serviços. A capacidade de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros tem grande destaque, e a agricultura tem muita importância para essa região. Apesar de Itabaiana ser um reconhecido centro comercial, a elevada participação dos serviços no restante do território vem do próprio setor público. O território registra indicadores sociais baixos. O IFS está presente em Itabaiana, cidade mais próspera da região.

O Sul Sergipano, apesar de pequeno valor adicionado da indústria, tem tradição industrial, sobretudo em Estância. A agroindústria da laranja é forte, fazendo de Estância o maior exportador de Sergipe. As atividades de confecções e cerâmica vermelha, embora importantes para parcela da população, não possuem potencial de geração de riquezas. O turismo, que já foi razoável no litoral, hoje está em declínio. O território apresenta baixos indicadores sociais. O IFS está presente em Estância, cidade mais próspera da região.

O Centro-Sul tem grande parte da sua economia oriunda dos serviços, sobretudo governamental. Embora a indústria gere muitos empregos formais, gera pouco valor adicionado. A indústria de alimentos e de confecções se destacam. A pecuária de corte é forte na região. O Centro-Sul registra baixos indicadores sociais. O IFS está presente em Lagarto (município mais próspero do território) e em Tobias Barreto.

Sobre a Grande Aracaju, é o principal polo industrial, comercial e de serviços de Sergipe, concentrando grande parte do emprego formal e do valor adicionado dessas atividades. Excetuando-se Aracaju, o território apresenta indicadores sociais baixos. O IFS está presente em Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro.

As características socioeconômicas dos municípios que compõem as áreas de abrangência do IFS podem ser observadas na Quadro 3.

Quadro 3 - Características socioeconômicas dos municípios de Sergipe

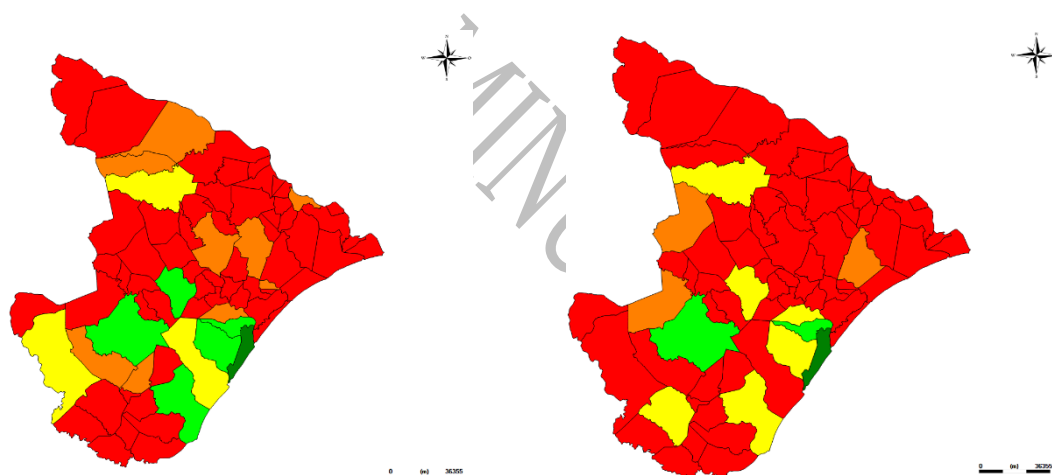
Território/Município	Área (km ²)	População	IDHM	PIB per capita
Alto Sertão	-	-	-	-
Canindé de São Francisco	902,248	24.686	0,567	R\$ 44.297,90
Gararu	654,994	11.405	0,564	R\$ 8.566,98
Monte Alegre de Sergipe	407,408	13.627	0,553	R\$ 8.270,01
Nossa Senhora da Glória	756,49	32.497	0,587	R\$ 14.297,99
Nossa Senhora de Lourdes	81,061	6.238	0,598	R\$ 9.384,04
Poço Redondo	1232,123	30.880	0,529	R\$ 7.723,55
Porto da Folha	877,301	27.146	0,568	R\$ 8.818,18
Baixo São Francisco	-	-	-	-
Amparo de São Francisco	35,133	2.275	0,611	R\$ 10.891,11
Brejo Grande	148,858	7.742	0,54	R\$ 9.209,34
Canhoba	170,289	3.956	0,569	R\$ 10.962,52
Cedro de São João	83,71	5.633	0,623	R\$ 8.799,86
Ilha das Flores	54,64	8.348	0,562	R\$ 8.321,89
Japoatã	407,421	12.938	0,56	R\$ 11.304,93
Malhada dos Bois	63,199	3.456	0,599	R\$ 13.864,16
Muribeca	75,863	7.344	0,626	R\$ 10.523,18
Neópolis	265,953	18.506	0,589	R\$ 12.613,48
Pacatuba	373,818	13.137	0,555	R\$ 12.630,00
Propriá	92,461	28.451	0,661	R\$ 14.321,19
Santana do São Francisco	45,62	7.038	0,59	R\$ 8.181,64
São Francisco	83,854	3.393	0,587	R\$ 9.054,03
Telha	49,027	2.957	0,604	R\$ 9.866,85
Médio Sertão	-	-	-	-
Aquidabã	359,286	20.056	0,578	R\$ 10.880,89
Cumbe	128,597	3.813	0,604	R\$ 9.568,32
Feira Nova	184,933	5.324	0,584	R\$ 10.362,34
Gracho Cardoso	242,062	5.645	0,577	R\$ 10.345,64
Itabi	184,423	4.972	0,602	R\$ 10.276,19
Nossa Senhora das Dores	483,35	24.580	0,6	R\$ 10.695,91
Leste	-	-	-	-
Capela	442,744	30.761	0,615	R\$ 9.252,19

Carmópolis	45,905	13.503	0,643	R\$ 21.836,07
Divina Pastora	91,792	4.326	0,61	R\$ 17.241,77
General Maynard	19,975	2.929	0,645	R\$ 9.610,47
Japaratuba	364,899	16.864	0,621	R\$ 14.095,33
Pirambu	205,879	8.369	0,603	R\$ 11.239,20
Rosário do Catete	105,66	9.221	0,631	R\$ 50.536,55
Santa Rosa de Lima	67,607	3.749	0,592	R\$ 11.612,57
Siriri	165,813	8.004	0,609	R\$ 11.753,58
Agreste Central	-	-	-	-
Areia Branca	146,677	16.857	0,579	R\$ 9.784,32
Campo do Brito	201,725	16.749	0,621	R\$ 11.306,59
Carira	636,402	20.007	0,588	R\$ 9.730,56
Frei Paulo	400,363	13.874	0,589	R\$ 12.622,55
Itabaiana	336,693	86.967	0,642	R\$ 17.260,51
Macambira	136,937	6.401	0,583	R\$ 9.221,13
Malhador	100,941	12.042	0,587	R\$ 9.950,11
Moita Bonita	95,819	11.001	0,587	R\$ 13.019,29
Nossa Senhora Aparecida	340,38	8.508	0,577	R\$ 14.789,79
Pedra Mole	82,026	2.974	0,593	R\$ 9.472,98
Pinhão	155,888	5.973	0,583	R\$ 9.353,89
Ribeirópolis	258,534	17.173	0,613	R\$ 14.805,27
São Domingos	102,47	10.271	0,588	R\$ 9.067,26
São Miguel do Aleixo	144,089	3.698	0,567	R\$ 9.832,69
Sul	-	-	-	-
Arauaá	198,746	10.878	0,595	R\$ 10.645,71
Boquim	205,939	25.533	0,604	R\$ 10.818,39
Cristinápolis	236,186	16.519	0,553	R\$ 11.855,57
Estância	644,083	64.409	0,647	R\$ 21.761,11
Indiaroba	313,525	15.831	0,58	R\$ 9.849,54
Itabaianinha	493,313	38.910	0,556	R\$ 9.803,50
Pedrinhas	33,942	8.833	0,592	R\$ 8.943,96
Salgado	247,828	19.365	0,609	R\$ 9.362,65
Santa Luzia do Itanhy	325,732	12.969	0,545	R\$ 12.374,15
Tomar do Geru	304,903	12.855	0,551	R\$ 8.935,41
Umbaúba	118,856	22.434	0,579	R\$ 12.389,41
Centro-Sul	-	-	-	-
Lagarto	969,577	94.861	0,625	R\$ 13.548,27
Poço Verde	440,156	21.983	0,561	R\$ 9.822,93
Riachão do Dantas	531,474	19.386	0,539	R\$ 10.476,78
Simão Dias	564,702	38.702	0,604	R\$ 11.848,25
Tobias Barreto	1021,308	48.040	0,557	R\$ 9.688,16
Grande Aracaju	-	-	-	-
Aracaju	181,857	571.149	0,77	R\$ 25.717,68
Barra dos Coqueiros	90,322	24.976	0,649	R\$ 12.571,31

Itaporanga d'Ajuda	739,925	30.419	0,561	R\$ 22.348,56
Laranjeiras	162,28	26.902	0,642	R\$ 34.054,59
Maruim	93,771	16.343	0,618	R\$ 16.840,43
Nossa Senhora do Socorro	156,771	160.827	0,664	R\$ 13.045,51
Riachuelo	78,938	9.355	0,617	R\$ 15.703,90
Santo Amaro das Brotas	234,156	11.410	0,637	R\$ 8.992,64
São Cristóvão	436,863	78.864	0,662	R\$ 10.172,46

Área: IBGE; População: IBGE, 2018; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2016

No contexto dos empregos formais, a maior parte, inclusive dos técnicos de nível médio e dos “profissionais das ciências e das artes”, aqui denominado “profissões de nível superior”, está concentrada na Grande Aracaju, sobretudo na capital. Deve-se destacar que boa parte desses profissionais do nível superior que está no interior é formada por professores da educação básica.



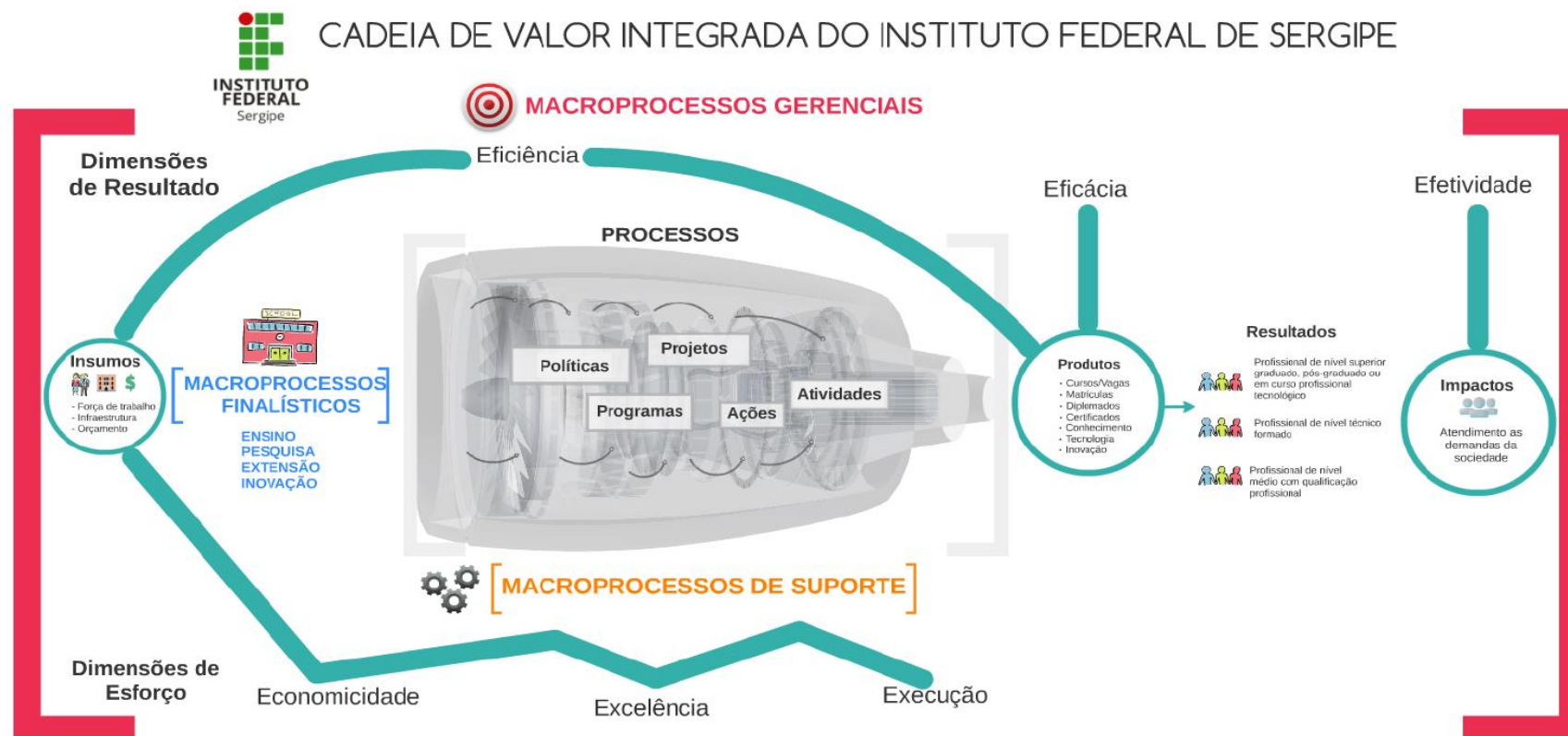
Fonte: RAIS/MTE (2017)

Cor	Legenda
Red	0 a 299 profissionais
Orange	300 a 499 profissionais
Yellow	500 a 999 profissionais
Light Green	1.000 a 4.999 profissionais
Dark Green	22.661 ou 31.213 profissionais

1.5. Cadeia de Valor Integrada do IFS

A Cadeia de Valor Integrada, aprovada por meio da Deliberação nº 05/2019/CGIRC/IFS, como um conjunto de macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte que se integram e se complementam através dos processos a serem otimizados de forma mais alinhada à estratégica agregando valor público aos produtos ou serviços entregues à sociedade. O acompanhamento da implantação da Cadeia de Valor Integrada pode ser feito através do hotsite da Prodin no link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>.

Figura 3 - Cadeia de valor integrada do IFS



Para Download da Cadeia de Valor Integrada do IFS [acesse AQUI](#)

1.6. Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos

O planejamento estratégico do IFS está sintetizado no Mapa Estratégico (2020-2024) aprovado por meio Deliberação nº 04/2019/CGIRC/IFS. O monitoramento e controle da implantação do planejamento estratégico pode ser feito através do hotsite da Prodin no link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>.

Figura 4 - Mapa Estratégico do IFS 2020-2024



Para Download do Mapa Estratégico do IFS 2020-2024 [acesse AQUI](#)

1.7 Plano de Indicadores, Metas e Iniciativas 2020-2024

O plano de indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o ciclo 2020-2024 é composto por: 13 Objetivos Estratégicos, 13 Indicadores e 70 Iniciativas Estratégicas conforme demonstrado abaixo. O acesso a tabela de indicadores, metas e iniciativas 2020-2024 consolidada pode ser feita através do link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>.

Figura 5 - Plano de indicadores, metas e iniciativas estratégicas 2020-2024



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA*: Orçamentária

Objetivo Estratégico (OE01) – Promover a racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz

Descrição: Simplificar o uso dos recursos orçamentários orientando as unidades como fazer alocação eficiente e eficaz para atendimento das suas demandas/necessidades, dando mais transparência na execução orçamentária e estabelecendo prioridades orçamentárias para atendimento das nossas atividades finalísticas (ensino, pesquisa, inovação e extensão)

Resultados Esperados:

- Melhorar a aplicação dos recursos orçamentários
- Aumentar o controle social do uso dos recursos orçamentários
- Garantir recursos orçamentários para nossas atividades finalísticas

*Perspectiva no mapa estratégico

Indicador 1: Número de ações para promoção das racionalização dos recursos orçamentários.

Metas a serem alcançadas



Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
1	1	1	1	1

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	*Investimento
IE01.1. Elaborar planos para a uso e alocação dos recursos orçamentários de forma eficiente e eficaz	PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE01.2. Projetos Campanhas de sensibilização e divulgação dos painéis do orçamento (governo federal) nas unidades	PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE01.3 Elaborar Plano Anual de Prioridades Orçamentárias visando as áreas finalísticas com base no Plano Anual de Aquisição e Mapa de Riscos	PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE01.4 Fomentar a captação de recursos extraorçamentários através de projetos	PROPEX/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação

*Capital humano: conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor/ **Capital organizacional:** conjunto de vários elementos – valores, crenças, comportamentos, formas de funcionamento, processos que influenciam e são influenciados pelo estilo de gestão predominante / **Capital de informação:** infraestrutura de tecnologia da organização composta de equipamentos, sistemas, base de dados e redes



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA*: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE02) – Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade.

Descrição: Garantir infraestrutura física e tecnológica (instalações administrativas, salas de aula, auditórios, espaços para atendimento aos discentes, espaços de convivência e de alimentação, laboratórios, salas de informática, recursos tecnológicos de TI, bibliotecas) com adequação às atividades

Resultados Esperados:

- Melhorar o nível de satisfação da comunidade acadêmica atendida

Indicador 2: Percentual de satisfação do usuário com a infraestrutura física e tecnológica.

Metas a serem alcançadas



Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
40%	60%	70%	80%	90%

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	*Investimento
IE02.1. Elaborar e implementar Plano de gerenciamento da manutenção patrimonial	PROGEP	capital humano, organizacional e orçamentário
IE02.2.Consolidar o Plano Diretor de Infraestrutura Física	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.3 Projeto "Fábrica de Software do IFS"	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.4 Elaborar Plano de Continuidade de Negócio do IFS	DTI	capital humano, organizacional e de informação
IE02.5 Elaborar Projeto de ampliação da CONECTIVIDADE	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.6 Criar o Laboratório de Produção de Materiais Digitais	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.7 Criar o Laboratório de Tecnologias Digitais, Assistidas e Multimídia (TEAM)	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.8 Criar Laboratório de Prototipagem Educacional	DTI e PROEN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.9. Implantar o Programa Educador Google For Education	DTI e PROEN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.10 Criar Laboratório de Educação à Distância (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA)	DTI e DEAD	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA*: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE03) – Promover integração dos servidores, buscando melhorias de clima organizacional e da qualidade de vida

Descrição: Realizar ações e atividades que promovam a integração dos servidores melhorando o clima organizacional e a qualidade de vida

Resultados Esperados:

- Melhorar o clima e o relacionamento organizacional entre os servidores bem como a qualidade de vida

Indicador 3: Número de ações/atividades realizadas para integração dos servidores.

Metas a serem alcançadas

	Metas				
	2020	2021	2023	2023	2024
	1	1	1	1	1

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	*Investimento
IEO3.1 Projeto "Centros de Convivências para os servidores"	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IEO3.2 Desenvolver o Programa de Valorização do Servidor	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IEO3.3 Desenvolver e fortalecer ações para o 'Sentimento de Pertencimento' dos servidores nas unidades	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IEO3.4 Desenvolver o Programa de Ambientação dos Novos Servidores	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA*: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE04) – Assegurar a capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades

Descrição: Realizar capacitação dos servidores de acordo com as áreas de prioridades definidas pela gestão

Resultados Esperados:

- Aprimorar o capital humano: conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade favorecendo a realização de trabalho de modo a produzir valor

Indicador 4: Percentual de servidores capacitados

Metas a serem alcançadas

	Metas				
	2020	2021	2023	2023	2024
	10%	20%	30%	50%	70%

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	*Investimento
IEO4.1 Desenvolver Programa de Formação Continuada da Equipe Pedagógica e Docentes	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IEO4.2 Desenvolver Programa Permanente de Capacitação dos Gestores	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IEO4.3 Elaborar o Programa de Formação Continuada dos Técnicos Administrativos	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IEO4.4 Desenvolver a Gestão por Competências: perfis dos servidores	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IEO4.5 Desenvolver Programa de retenção e compensação de colaboradores e gestores	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA*: Processos

Objetivo Estratégico (OE05) – Fomentar boas práticas de Governança e Gestão

Descrição: Implantar o sistema de governança bem como os modelos e programas de gestão da estratégia, de riscos, de pessoas, de TI, de contratações, dos processos finalísticos, documental

Resultados Esperados:

- Aprimorar o Sistema de Governança e os Modelos de Gestão para melhoria da prestação dos serviços

Indicador 5: Número de modelos e programas de gestão implementados.

Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
1	3	5	9	14

*Perspectiva no mapa estratégico

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	*Investimento
IE05.1 Implementar o Modelo de Sistema de Governança	DGR/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE05.2 Implementar o Modelo de Gestão Estratégica	DPG/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE05.3 Implementar o Planejamento Estratégico Institucional	DPG/PRODIN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE05.4 Fortalecer a Política de Governança Digital do IFS	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE05.5 Implementar o Modelo de Gestão de Riscos	DGR/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE05.6 Implementar o Modelo de Gestão de Pessoas	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IE05.7 Implementar o Modelo de Gestão de Tecnologia da Informação	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE05.8 Implementar o Modelo de Gestão de Contratações	DECL/REITORIA	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE05.9 Implementar o Modelo de Gestão dos processos finalísticos	EP/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE05.10 Implementar o Modelo de Gestão Documental	CGPA/PROAD	capital humano, organizacional e de informação
IE05.11. Disseminar o Programa Nova Gestão Patrimonial	PROAD	Capital humano, de informação, organacional e orçamentário
IE05.12. Implantar o Programa Nova Gestão do Almoarifado	PROAD	Capital humano, de informação, organizacional e orçamentário
IE05.13. Criar e Implantar um Plano de Gestão de Custos	PROAD	Capital humano, de informação, organizacional
IE05.14. Implementar o Plano de Integridade	DGR/PRODIN	Capital humano, de informação, organizacional e orçamentário



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA*: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE06) – Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais

Descrição: Mapear os processos finalísticos e de apoio, padronizar procedimentos institucionais e institucionalizar os processos e procedimentos

Resultados Esperados:

- Processos identificados e mapeados;
- Procedimentos institucionais estabelecidos

Indicador 6: Número de processos mapeados e procedimentos institucionais padronizados

Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
5	10	15	20	25

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	*Investimento
IE06.1 Realizar mapeamento dos processos críticos finalísticos e de apoio	EP/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE06.2. Implantar Plano de Marketing e Endomarketing Institucional para fortalecimento da Identidade/Marca do IFS	DCOM/REITORIA	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.3. Projeto "Campanha de Preservação do Patrimônio Público"	COPAT/PROAD/DCOM	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.4. Elaborar a Política de Comunicação Sistêmica	DCOM/REITORIA	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.5. Desenvolver projetos para à Preservação Histórica Documental da EPT em Sergipe	CGPA/PROAD	capital humano, organizacional e de informação



Tema Estratégico: Ensino Técnico, Profissional e Tecnológico

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE07) – Implantar as Políticas Institucionais de Ensino

Descrição: Implantar políticas institucionais de ensino e desenvolver planos e projetos que potencializem a qualidade do ensino técnico, profissional e tecnológico

Resultados Esperados: Políticas institucionais de ensino implantadas através de planos e projetos

Indicador 7 : Percentual de implantação das Políticas Institucional de Ensino.



Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
20%	20%	40%	60%	100%

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	Investimento
IE07.1 Implantar o Sistema de Avaliação da educação profissional técnica de nível médio (SINAEP/MEC)	PROEN e CPA	capital humano e da informação
IE07.2 Promover Inovação de Métodos e Técnicas Pedagógicas	PROEN	capital humano
IE07.3 Desenvolver o Projeto de Sala de Aula Invertida (Design Thinking)	PROEN	capital humano
IE07.4. Implantar a Política de Ensino com as diretrizes para: estágio, responsabilidade social, acessibilidade, internacionalização, avaliação interna e externa.	PROEN	capital humano e organizacional
IE07.5 Elaborar o Programa de Acompanhamento do Rendimento dos Estudantes	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional
IE07.6 Implantar a Política de Assistência Estudantil	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional
IE07.7 Desenvolver programas para permanência e êxito dos alunos	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional
IE07.8 Elaborar o Projeto de Manutenção da Saúde do Discente	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional



Tema Estratégico: Ensino Técnico, Profissional e Tecnológico

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE08) – Promover a inserção profissional do aluno e do egresso ao mercado do trabalho

Descrição: Desenvolver programas/projetos que promovam a inserção profissional do aluno e do egresso ao mundo do trabalho

Resultados Esperados:

- Ações realizadas de integração do IFS ao mundo do trabalho
- Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE implantado

Indicador 8 : Número de programas/projetos que promovam a inserção do aluno e do egresso ao mercado/mundo de trabalho

Metas a serem alcançadas



Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
1	2	3	5	8

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	Investimento
IE08.1 Desenvolver projetos de integração do IFS ao mundo do trabalho	PROPEX	capital humana e orçamentário
IE08.2 Implementar o Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE	PROPEX	capital humano, organizacional e da informação



Tema Estratégico: Ensino Técnico, Profissional e Tecnológico

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE09) – Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino

Descrição: ofertar cursos nos diferentes níveis e modalidades com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia e ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional

Resultados Esperados: cursos ofertados com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional

Indicador 9 : Número de cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidades

Metas a serem alcançadas



Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
*103	103	103	103	103

*Nilo Peçanha base 2018 (2019).

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	Investimento
IE09.1 – Realizar estudos de viabilidade da oferta de novos cursos	NAEC/PRODIN	Capital Humano
IE09.2 – Realizar estudos de mercado para subsidiar na abertura de novos cursos	NAEC/PRODIN	Capital Humano



Tema Estratégico: Pesquisa Aplicada

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE10) – Desenvolver pesquisas aplicadas e tecnologias sociais atendendo as demandas locais e regionais

Descrição: Desenvolver Políticas Institucionais voltadas para pesquisas aplicadas e para “Proteção e Transferência de Resultados das Pesquisas”

Resultados Esperados:

- Pesquisas aplicadas e tecnologias sociais voltadas às demandas locais e regionais
- Política de Proteção e Transferência de Resultados das Pesquisas implantada

Indicador 10 : Número de pesquisas aplicadas e tecnologias sociais realizadas

Metas a serem alcançadas



Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
2	4	6	8	10

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	Investimento
IE10. 1. Realizar pesquisas aplicadas para atendimento das demandas locais e regionais	PROPEX	capital humano, organizacional e orçamentário
IE10.2 Elaborar a Política de Proteção e Transferência de Resultados das Pesquisas	PROPEX	capital humano e organizacional



Tema Estratégico: EXTENSÃO

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE11) – Promover o desenvolvimento sustentável em sincronia com os arranjos produtivos locais

Descrição: Desenvolver o Programa de sustentabilidade ambiental e socioeconômica

Resultados Esperados:

- Planos e projetos de sustentabilidade ambiental e socioeconômica

Indicador 11 : Número de planos/projetos voltados para a sustentabilidade

Metas a serem alcançadas

	Metas				
	2020	2021	2023	2023	2024
	1	2	3	4	5

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos			
Iniciativas	Responsável	Investimento	
IE11. 1 Implementar planos/projetos voltados para a sustentabilidade	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação	
IEO11.2. Implantar e disseminar o programa REUSE para bens permanentes e de consumo	PROAD	capital humano e de informação	
IEO11.3. Implantar o Plano de Combate ao desperdício e uso racional dos recursos	PROAD	capital humano e de informação	



Tema Estratégico: EXTENSÃO

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE12) – Desenvolver potencialidades de ensino-aprendizagem capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico, a produção cultural e cooperativismo

Descrição: - Implantar políticas/programas/projetos institucionais de incentivo e apoio ao desenvolvimento de atividades artístico, cultural e literário, esportivo e cooperativismo

Resultados Esperados:

- Planos específicos para: atividades artísticas, culturais e esportivas.
- Elaborar Projetos de Incentivo às ações Culturais e Literárias
- Desenvolver projetos de ação social

Indicador 12 : Número de planos/projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico e cultural e ação social

Metas a serem alcançadas

	Metas				
	2020	2021	2023	2023	2024
	1	2	3	4	5

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos			
Iniciativas	Responsável	Investimento	
IE12. 1. Implementar planos/projetos voltados para Institucionais de Incentivo e Apoio ao Desenvolvimento de Atividade Artísticas, Culturais e Literárias, esportivas	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação	
IE12. 2 Desenvolver e estruturar as Políticas Institucionais: Extensão, à Inclusão e à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural da Produção Artística e do Patrimônio Cultural	PROPEX	capital humano e organizacional	
IE12.3 Impulsionar Programas de Colaboração Internacionais	ASSRI	capital humano e organizacional	
IE12.4. Implantar o Centro de Instrutores e Treinadores de Cães-Guia	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação	
IE12.5 Implantar o Programa “Mulheres Mil”	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação	
IE12.6 Implantar o Projetos de Ação Social	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação	



Tema Estratégico: INOVAÇÃO

PERSPECTIVA*: Resultados à Sociedade

Objetivo Estratégico (OE13) – Promover a capacidade empreendedora com foco na geração de novos produtos, processos e serviços inovadores

Descrição: Desenvolver ações de empreendedorismo para geração de novos produtos e serviços inovadores

Resultados Esperados:

- Produtos e serviços inovadores desenvolvido através das ações empreendedoras

Indicador 13 : Número de produtos/serviços inovadores desenvolvidos

Metas a serem alcançadas



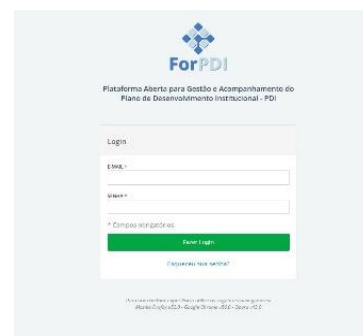
Metas				
2020	2021	2023	2023	2024
1	2	3	4	5

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas , Projetos e Planos		
Iniciativas	Responsável	Investimento
IE13.1 Desenvolver projetos de empreendedorismo com foco na geração de novos produtos e serviços inovadores	DINOVE	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE13.2 Desenvolver programas de empreendedorismo ou inovação	DINOVE	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação

MINUTA

Para acompanhamento da execução do planejamento estratégico o cidadão poderá acessar a plataforma aberta “ForPDI” para gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI na internet através do endereço: <http://ifs.forpdi.org>* através do Login: planejamento@ifs.edu.br e senha: 123456.



*Em implantação

1.8 Áreas de Atuação Acadêmicas

A [Lei nº 11.892, de 29/12/2008](#) que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dispõe os percentuais de oferta de cursos de Técnico de Nível Médio, Proeja e Licenciaturas conforme art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º

As principais áreas de atuação acadêmica do IFS podem ser visualizadas na quadro 5 onde podem ser visualizados os cursos ofertados nas diferentes modalidades: 18 Integrados, 33 Subsequentes, 3 Proejas, 15 Superiores e 2 Mestrados Profissionais.

Quadro 5 - áreas de atuação acadêmica

EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSO	NÍVEL DE FORMAÇÃO	CAMPUS
Produção Alimentícia	ALIMENTOS	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado).	Aracaju e Glória
	AGROINDÚSTRIA	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	São Cristóvão
Infraestrutura	EDIFICAÇÕES	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju, Estância, Lagarto
	AGRIMENSURA	Técnicos de Nível Médio Subsequente	São Cristóvão
Construção Civil	DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	PROEJA	Aracaju
Controle e Processos Industriais	ELETROMÊCANICA	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Lagarto

	ELETRÔNICA	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju
	ELETROTÉCNICA	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju e Estância
	QUÍMICA	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju
	PETRÓLEO E GÁS	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Aracaju
Informação e Comunicação	REDE DE COMPUTADORES	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju, Lagarto e Propriá
	INFORMÁTICA	Técnicos de Nível Médio Integrado	Aracaju e Tobias Barreto
	MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Itabaiana, São Cristóvão, Propriá, Socorro, Itabaiana, São Cristóvão
		PROEJA	São Cristóvão
Ambiente, Saúde e Segurança	SEGURANÇA DO TRABALHO	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Aracaju
Hospitalidade e Lazer	GUIA DE TURISMO	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Aracaju
	HOSPEDAGEM	Técnicos de Nível Médio Subsequente e PROEJA	Aracaju
Recursos Naturais	AGROPECUÁRIA	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Glória e São Cristóvão
	RECURSOS PESQUEIROS	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Estância
	AGRONEGÓCIO	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Itabaiana
	AGROECOLOGIA	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Glória
Gestão e Negócios	COMÉRCIO	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Tobias Barreto
Produção Alimentícia	LATICÍNIOS	Superior de Tecnologia	Glória
	ALIMENTOS	Superior de Tecnologia	São Cristóvão
Hospitalidade e Lazer	GESTÃO EM TURISMO	Superior de Tecnologia	Aracaju
Ambiente, Saúde e Segurança	SANEAMENTO AMBIENTAL	Superior de Tecnologia	
Informação e Comunicação	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Superior de Tecnologia	
Controle e Processos Industriais	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Superior de Tecnologia	Lagarto
Gestão e Negócios	LOGÍSTICA	Superior de Tecnologia	Itabaiana

Recursos Naturais	AGROECOLOGIA	Superior de Tecnologia	São Cristóvão
Matemática	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	Licenciatura	Aracaju
Química	LICENCIATURA EM QUÍMICA	Licenciatura	Aracaju
Física	LICENCIATURA EM FÍSICA	Licenciatura	Lagarto
Construção Civil	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	Aracaju e Estância
Controle e Processos Industriais	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	Lagarto
Informação e Comunicação	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	
Hospitalidade e Lazer	GESTÃO DE TURISMO	Mestrado Profissional	Aracaju
Desenvolvimento Educacional e Social	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Mestrado Profissional	Aracaju

Fonte: site do IFS

1.9. Modelo de Gestão de Riscos

1.9.1. Modelo de Gestão de Riscos

O modelo de gestão de riscos do IFS é representado por um conjunto de instrumentos institucionais que dão suporte à tomada de decisão da alta administração para a consecução dos objetivos estratégicos do órgão no cumprimento de sua missão institucional, de modo a oferecer razoável garantia de que o planejamento estratégico e respectivas iniciativas sejam realizados. Para maiores informações sobre a gestão de riscos do IFS podem ser acessados através do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/governanca/gestao-de-riscos>.

O mapa de riscos estratégicos do IFS para o ciclo 2020-2024, aprovado por meio Deliberação nº 06/2019/CGIRC/IFS, é composto por: 13 objetivos estratégicas, 21 riscos estratégicos, 13 processos críticos e 41 medidas estratégicas de controle e 70 Iniciativas Estratégicas conforme demonstrado abaixo. O monitoramento e controle do mapa de riscos estratégicos pode ser feita através do link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>

Quadro 6 - Mapa de Riscos Estratégicos

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	RISCOS ESTRATÉGICOS (RE)	AVALIAÇÃO* RE			PROCESSO CRÍTICOS (PC)	MEDIDAS ESTRATÉGICAS DE CONTROLE (MEC)
			(P)	(I)	P X I		
ORÇAMENTO	OE01 – Promover a racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz	RE01 – Bloqueio ou contingenciamento de parcelas das verbas orçamentárias do órgão	4	5	20	PC01.1 – Reestruturação do modelo de governança e gestão das contratações do órgão	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização à racionalização dos recursos orçamentários; Otimização da aplicação dos recursos com a priorização de demandas; Captação de recursos extraorçamentários por meio de parcerias público-público ou público-privado
						PC01.2 – Reestruturação da gestão orçamentária do órgão	
PESSOAS E CRESCIMENTO	OE02 – Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades da comunidade acadêmica	RE02 – Precariedade na otimização de recursos de gestão na prestação dos serviços essenciais	4	5	20	PC02 – Otimização do ambiente físico e tecnológico do IFS	<ul style="list-style-type: none"> Estudos técnicos para avaliação e reavaliação da infraestrutura física e tecnológica
	OE03 – Promover integração dos servidores, buscando melhorias de clima organizacional e da qualidade de vida	RE03 – Índices de absenteísmo elevados com reflexo no desempenho organizacional	4	5	20	PC03/04 – Reestruturação do modelo de governança e gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de programa de qualidade de vida no trabalho, visando a saúde do servidor Implantar pesquisa de satisfação do ambiente de trabalho Implantação de Política de Gestão da Ética Institucionalização de Código de Conduta do IFS
	OE04 – Assegurar a capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades	RE04.1 – Entregas inadequadas por parte das unidades organizacionais	4	4	16		<ul style="list-style-type: none"> Implementação de planos de capacitação anuais Instituição de política de avaliação de desempenho de colaboradores e gestores Planejamento das funções e planos específicos de gestão de pessoas Documentação dos perfis profissionais existentes e definição dos perfis necessários de colaboradores e gestores Política e plano de sucessão para as ocupações críticas
		RE04.2 – Nível inexpressivo de aprimoramento da governança e da gestão de pessoas	4	4	16		
PROCESSOS	OE05 – Fomentar boas práticas de Governança e Gestão	RE05.1 – Falta de alinhamento da estrutura de pessoal com as competências estratégicas do órgão e com os resultados pretendidos	4	4	16	PC05 – Reestruturação do modelo de governança e gestão estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Reavaliação da estrutura de cargos e funções do órgão Reavaliação da estrutura organizacional e do sistema de governança do IFS Revisão de estatuto e regimentos internos Aplicação do modelo lógico da cadeia de valor integrada aos objetivos estratégicos e recursos orçamentários respectivos na gestão de programas, projetos e ações estratégicas Implantação e aperfeiçoamento da gestão de riscos e da gestão integridade com base em evidências dos macroprocessos/processos críticos Reavaliação/adoção de novo sistema para gerenciamento do PDI, PAT Implantação de sistemas para o gerenciamento de riscos Normatização da estratégia de priorização e de gestão de riscos de processos finalísticos e de gestão especial críticos
		RE05.2 – Implantação inexpressiva da política, metodologia e práticas de gestão de riscos no órgão	4	4	16		
		RE05.3 – Inadequada capacidade de resposta do órgão nas prestações de contas anuais	4	4	16		

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	RISCOS ESTRATÉGICOS (RE)	AVALIAÇÃO* RE			PROCESSO CRÍTICOS (PC)	MEDIDAS ESTRATÉGICAS DE CONTROLE (MEC)
			(P)	(I)	P X I		
PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	RISCOS ESTRATÉGICOS (RE)	(P)	(I)	P X I	PROCESSO CRÍTICOS (PC)	MEDIDAS ESTRATÉGICAS DE CONTROLE (MEC)
RESULTADOS À SOCIEDADE	OE06 – Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais	RE06.1 – “Engavetamento” do planejamento estratégico elaborado	4	4	16	PC06 – Implementação de normativos, metodologias e outros instrumentos aplicados macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte do órgão	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas, seminários e palestras de sensibilização ao processo de elaboração e revisão do planejamento estratégico Campanhas, seminários e palestras de sensibilização ao processo de elaboração dos planos específicos de gestão Implementação do mapeamento dos processos finalísticos, gerenciais e de suporte Implementação do mapeamento de riscos dos macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte até a cobertura dos seus principais processos Adoção de Planos de Contingência para processos com riscos críticos
		RE06.2 – Mapeamento de processos sem foco nos processos finalísticos prioritários	4	4	16		
		RE06.3 – Desconhecimento das políticas acadêmicas necessárias à consecução dos objetivos estratégicos para o ensino, pesquisa, extensão e inovação	4	4	16		
	OE07 – Implantar as políticas institucionais de ensino	RE07.1 – Inadequada concepção, implementação e monitoramento das iniciativas estratégicas do ensino	4	4	16	PC07 – Estruturação de planos, programas e projetos institucionais, com base nas políticas institucionais implantadas nos macroprocessos finalísticos do IFS	<ul style="list-style-type: none"> Concepção, implementação e monitoramento das políticas institucionais do ensino e demais políticas correlatas (pesquisa, extensão e inovação) do IFS
		RE07.2 – Diretrizes pedagógicas inadequadas à orientação das ações e das atividades acadêmicas e científicas que o IFS desenvolve ou se propõe a desenvolver	4	4	16		
	OE08 – Promover a inserção profissional do aluno e do egresso ao mundo do trabalho	RE08 – Oferta de educação profissional e tecnológica desarticulada das demandas do setor produtivo	4	4	16	PC08 – Estruturação da gestão da evasão e da gestão de egressos no órgão	<ul style="list-style-type: none"> Concepção, implementação e monitoramento de programa e ações preventivas à evasão Parcerias para fomento à inserção de profissionais no mercado de trabalho
	OE09 – Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino	RE09 – Oferta de idênticos cursos por campus com atuação na mesma base territorial	4	4	16	PC09 – Estruturação de novos cursos fundamentados nas evidências de sua viabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Consultas públicas para oferta de novos cursos Estudo das tendências e potencialidades do mercado de trabalho Estudo para avaliação dos recursos humanos, materiais e de infraestrutura necessários ou reavaliação dos disponíveis Estudos específicos para a implantação horizontal de novos cursos como base para o processo de verticalização
	OE10 – Desenvolver pesquisas aplicadas e tecnologias sociais atendendo as demandas locais e regionais	RE010.1 – Produção, desenvolvimento e difusão de pesquisas aplicadas incompatíveis com as necessidades e demandas sociais	4	4	16	PC10 – Articulação entre as ações de ensino e às de pesquisas aplicadas	<ul style="list-style-type: none"> Realização de pesquisas aplicadas integradas às ações do ensino, com base nas demandas sociais Mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFS
		RE010.2 – Evasão escolar	4	4	16		
		RE010.3 – Baixa produção de atividades de pesquisa, extensão e inovação a partir dos arranjos produtivos locais	4	4	16		
	OE11 – Promover o desenvolvimento sustentável em concomitância com os arranjos produtivos locais	RE011 – Formação profissional e tecnológica ofertada pelo instituto com inexpressiva contribuição à consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais	4	4	16	PC11 – Mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração e implementação de estudos para consolidação e fortalecimento dos arranjos produtos locais a partir do potencial socioeconômico e cultural mapeado

OE12 – Desenvolver potencialidades de ensino-aprendizagem capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural OE13 – Promover a capacidade empreendedora com foco na geração de novos produtos, processos e serviços inovadores	RE012 – Baixa visibilidade e/ou baixo aproveitamento do potencial do IFS para desenvolver diferentes modalidades de ensino (EaD, EJA, Subsequente, Integrado etc)	4	4	16	PC12 Desenvolvimento e aproveitamento do potencial institucional em diferentes modalidades do ensino	<ul style="list-style-type: none"> Estudos técnicos das necessidades de educação continuada de setores específicos Capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino
	RE013 – Realização de atividades de pesquisa e extensão que não viabilizam iniciativas empreendedoras	4	4	16	PC13 – Implantação de instrumentos de gestão de demandas inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> Estudos voltados à identificação e avaliação das demandas do mercado por produtos e serviços Estudos para revisão da estrutura curricular voltados à inserção de disciplinas com foco em empreendedorismo e inovação Implementação de projetos de pesquisa e extensão com foco na geração de produtos e serviços inovadores

*Probabilidade (P); Impacto (I); (P) X (I) => (15-20 => **Muito Alto**) => indica um nível de risco além do apetite a risco da organização. Deverá ser analisado ao nível estratégico organizacional

Para Download do Mapa de Riscos Estratégicos [acesse AQUI](#)

1.9.1.1 Estrutura do modelo de gestão de riscos

Para a estruturação do modelo de gestão de riscos foi instituído em 2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), renomeado Comitê de Governança, Integridade Riscos e Controles Internos (CGIRC), em 2018, em função do Programa de Integridade, instituído no órgão, por meio da Deliberação nº 06/CGIRC/IFS de 28 de junho de 2018.

Ainda em 2017, foi revisada a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do órgão, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016 da Controladoria-Geral da União (CGU) e do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Na figura 1, identificam-se os instrumentos institucionais que estruturam o modelo.

Figura 6 - Estrutura do Modelo de Gestão de Riscos do IFS



Fonte: DGR (2019)

1.9.1.2 Política de Gestão de Riscos

A política de gestão de riscos e controles internos da gestão consiste na declaração das intenções e diretrizes gerais relacionadas à gestão de riscos, ou seja, é o documento que estabelece os instrumentos da gestão que apoiam a implementação da gestão de riscos no órgão.

1.9.1.3 Processo de gestão de riscos

A metodologia de gestão de riscos adotada no IFS é baseada no referencial de gerenciamento de riscos conhecido como “*Enterprise Risk Management: integrated framework*” (Gerenciamento de Risco Corporativo: estrutura integrada) expresso na figura abaixo.

Figura 7 - Processo de gestão de riscos no IFS



A metodologia consiste em um processo de gestão de riscos de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos. O processo é documentado com base nos componentes descritos no quadro 6.

Quadro 7 - Componentes do Processo de Gestão de Riscos

Componentes	Principais aspectos
Ambiente Interno	Fase que reflete, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos. É a base para todos os outros componentes da estrutura de gestão de riscos, provendo disciplina e prontidão para a gestão de riscos.
Fixação de Objetivos	Fase em que se estabelece que todos os níveis organizacionais devem ter objetivos fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão do IFS é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam a consecução dos seus objetivos.

Componentes	Principais aspectos
Identificação de Eventos	Nessa fase devem ser identificados e relacionados os riscos inerentes à própria atividade do IFS, em seus diversos níveis, prováveis causas e consequências que podem impactar no objetivo a ser alcançado.
Avaliação de Riscos	Fase do processo de gestão de riscos que tem por finalidade auxiliar na tomada de decisões, com base nos resultados de sua análise, sobre quais eventos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento. Avaliam-se os eventos: - quanto à perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência; - quanto à sua condição de inerentes e residuais, por meio de análises qualitativas, quantitativas ou da combinação de ambas.
Resposta a Riscos	A resposta a riscos envolve considerar o nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela IFS em confronto com a avaliação que se fez do risco. Fase em que se identifica a estratégia a adotar em relação aos riscos mapeados e avaliados: 1. evitar o risco; 2. transferir ou compartilhar; 3. aceitar o risco por uma opção consciente - indica que o risco inerente já esteja dentro das tolerâncias ao risco; ou 4. tratar (mitigar ou reduzir) implica em restringir o risco a um nível aceitável, diminuindo sua probabilidade de ocorrência ou minimizando suas consequências.
Atividades de Controle Interno	Também denominadas de procedimentos de controle, essas atividades devem estar distribuídas por todo o órgão, em todos os níveis e em todas as funções. Correspondem a controles internos preventivos e detectivos para mitigar os riscos escolhidos para tratamento; São executadas pela preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos.
Informação e Comunicação	Fase em que as informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, de forma a permitir que os agentes cumpram suas responsabilidades, informando sobre eventos, atividades e condições internas e externas, que viabilizem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos.
Monitoramento	Fase do processo em que se faz a avaliação da qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando obter segurança de que as atividades de controle funcionem como previstas e de que sejam devidamente modificadas, em face de situações que alterem o nível de exposição a riscos.

Fonte: Adaptado da Instrução Normativa Conjunta nº 01/CGU/MP (2016)

O processo de gestão de riscos no IFS se aplica aos macroprocessos finalísticos e de apoio do órgão, de forma a evidenciar como recursos e atividades da gestão de riscos geram produtos e resultados e impactam sua missão institucional, considerando as dimensões de resultado e de esforço que compõem a cadeia de valor do órgão.

O processo será implementado em ciclos, em períodos não superiores a 2 (dois) anos, com base nos processos finalísticos e de apoio a serem priorizados em decisão colegiada, tendo por base a identificação do ambiente

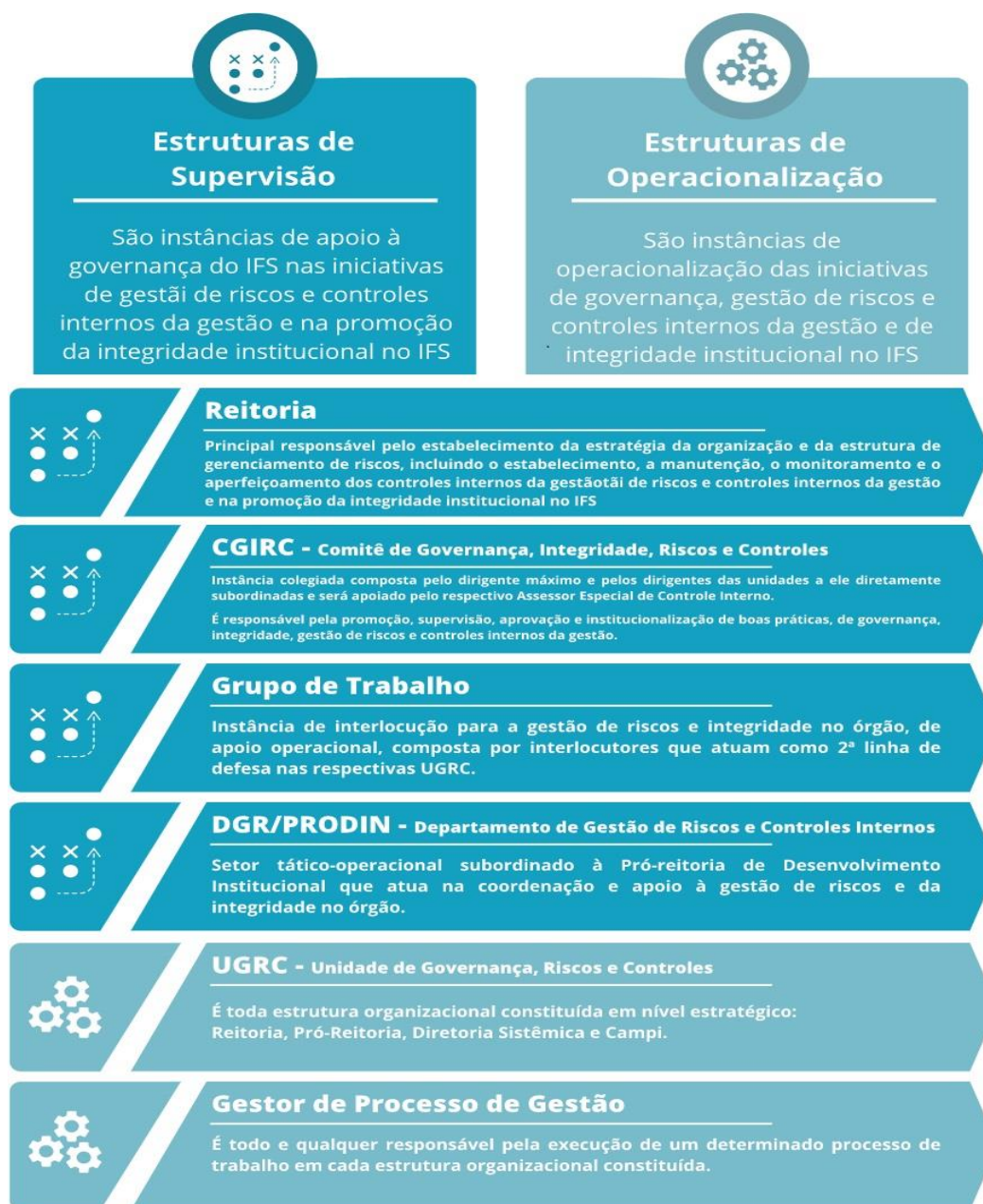
interno e nos objetivos explicitados para o macroprocesso, considerando políticas institucionais, planos, programa, projeto ou processos de trabalho específicos das áreas, que sejam considerados críticos para o alcance dos objetivos institucionais.

No âmbito de eventos críticos, incluem-se os que demandam a prevenção de casos de fraude e corrupção, tratados no contexto do Programa de Integridade do órgão.

1.9.1.4 Estruturas de supervisão e operacionalização do processo de gestão de riscos

As práticas de gestão de riscos e controles internos da gestão do IFS são de responsabilidade da autoridade como máxima do órgão que conta com o assessoramento promovido pela alta gestão do órgão por meio das instâncias de apoio à governança, no exercício de supervisão, e pelas instâncias de operacionalização das iniciativas em nível de unidade organizacional, indicados na figura abaixo.

Figura 8 - Estrutura de Supervisão e Operacionalização



Fonte: PGRC (2017)

Em consonância com o disposto no Art. 23, § 1º da Instrução Normativa nº 01/CGU/MP de 11 de maio de 2016, o CGIRC é composto pela Reitora, que o preside, Pró-reitores, Diretores-gerais de *campi*, Diretores sistêmicos e por servidores diretamente subordinados à gestora máxima do órgão, titulares de instâncias de atuação sistêmica, cuja composição está exposta na figura abaixo.

Figura 9 - Composição do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles



Fonte: PGRC (2017)

Na estrutura geral de supervisão e operacionalização do processo de gerenciamento de risco se encontram os agentes ou grupos de pessoas que atuam como *linhas de defesa*, em suporte às instâncias de gestão, a saber:

1ª linha: composta pelas funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos. Respondem em nível operacional, pela implementação de ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles, com atribuições de identificar, avaliar, controlar e reduzir os riscos, garantindo que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.

2ª linha: representada pelas áreas e atores que atuam em funções de coordenação de atividades de gestão de riscos e/ou de gerenciamento de riscos específicos e de conformidade no órgão. Atuam nessa função, o DGR e os servidores lotados nas UGRC que exercem a interlocução para a gestão de riscos e controles internos em suas respectivas unidades.

3ª Linha: representada pela Auditoria Interna do IFS - setor detém as competências necessárias para utilizar uma abordagem sistemática e disciplinada base-

ada no risco, para avaliar de forma independente e objetiva a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança do órgão, e como a primeira e a segunda linha de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles.

1.9.1.5 normas, manuais, ferramentas e soluções tecnológicas

As normas, manuais, ferramentas e soluções tecnológicas são os instrumentos institucionais que viabilizam a execução da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão, aprovados pela Alta Administração em atuação colegiada no CGIRC. Destacam-se nesse contexto, o método de priorização de processos para o gerenciamento de riscos, a matriz de riscos e demais instrumentos institucionalizados por meio das Deliberações do colegiado, disponíveis em https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

1.9.1.6 Capacitação continuada

O apoio e comprometimento da alta administração para viabilizar capacitação e treinamento aos envolvidos com o processo de gerenciamento de riscos no órgão é fator crítico de sucesso para a sistematização de boas práticas de gestão de riscos e controles internos da gestão, sendo parte do Plano de Gerenciamento de Riscos, documento elaborado e aprovado pelas instâncias competentes do órgão que contém as especificações do gerenciamento a ser realizado.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da instituição

O IFS tem como finalidade o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional. No IFS, o ensino se ocupa da (re)construção dos conhecimentos, viabilizando e favorecendo a aplicação dos saberes construídos por meio da pesquisa e da contextualização do conhecimento tecnológico, pela troca de experiências e pelo legado da criação cultural, mediante a ações de extensão. A construção desse conhecimento terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania,

viabilizando ao estudante autoria no processo de investigação, de construção, de produção, de sistematização e de democratização do saber.

2.1.1 Concepção do Ser Humano

O ser humano é social. Ao nascer se constitui como humano na medida em que entra no mundo da linguagem e isto se dá por meio das relações que começam a estabelecer com outros seres humanos. Homens e mulheres não vivem sozinhos, necessitam estar constantemente criando vínculos sociais, pois sua formação parte do pressuposto que viver é partilhar conhecimentos e emoções. Assim, é na família, normalmente o lugar onde ocorrem os primeiros vínculos afetivos e sociais, que se experimentam conhecimentos e emoções e, posteriormente, estender-se-ão a outras instituições, tal como a escola ou o mercado de trabalho onde o convívio será ampliado.

O ser humano é sujeito que pratica ações que alteram o espaço em que vive, que modifica as relações com as quais se envolve ao mesmo tempo em que é sujeito que sofre as alterações ocorridas no espaço e as interferências feitas em suas relações seja com os novos laços de amizade ou velhos laços desfeitos. Ou seja, o ser humano se desenvolve na medida em que age no mundo. E sua ação reverbera em seu ser.

O ser humano compreendido pelo Instituto Federal de Sergipe é o ser que carece de completude. E essa completude dar-se-á pelo binômio trabalho e educação. Trabalho aqui entendido como toda ação que modifica o mundo e, conseqüentemente, modifica o ser e Educação compreendida como processo de humanização. O ser humano nasce bruto e pela educação compreenderá a necessidade de conviver com outros e, assim, construir uma sociedade onde todos dentro de sua singularidade conseguirão viver dignamente.

2.1.2 Concepção da Sociedade

Ao se tentar definir a sociedade contemporânea corre-se o risco da incompletude dado que os elementos que a compõem por certo estão entre a "ordem e o caos". De um lado, o desenvolvimento tecnológico-científico promissor, de outro, precárias ações sociais como parque saneamento ambiental, insuficiente prestação de serviço hospitalar a população de baixa renda, insegurança pública entre outras. Entretanto, quando se reflete sobre que sociedade desejamos

construir, ainda que se façam presentes as contradições, consideramos o ideal de uma sociedade justa, igualitária em que o consumo ilimitado não seja a prioridade, mas que os bens sociais possam atender a todos com a mesma presteza. Essa concepção de sociedade justa coaduna com a ideia da construção de uma escola que priorize a formação plena do cidadão que está por vir a fim de que ele se torne emancipado e participe da sociedade justa.

2.1.3 Concepção da Educação

O IFS entende a educação como um direito de toda criança, de todo jovem e de toda pessoa. Assim, defende a educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todo o país. É por meio dela que se torna possível construir um mundo mais igualitário, justo e, principalmente, um mundo em que as pessoas se reconheçam como humanos independentemente de sua cor, de seu gênero, de seu credo religioso, de sua escolha profissional.

A educação defendida pelo IFS é a que promove a liberdade de expressão, o respeito à diversidade e o desejo de tornar-se um cidadão emancipado pois só assim se conceberá uma sociedade do conhecimento tecnológico-científico que não oprimirá seu povo, que não degradará o ambiente, que não desrespeitará os princípios democráticos de uma nação. A educação deve formar sujeitos que trabalhem na indústria ou no turismo, na comunicação ou na saúde com ética profissional e com amor ao ser humano, pois só a educação ética e apaixonada pelo humano conseguirá por meio da criatividade artística e/ou científica reduzir as precariedades causadas por um sistema capitalista perverso que cultua o consumismo, que estraga o habitat terra, e que exclui quem não tem poder de compra ou barganha.

A educação defendida pelo IFS é a que reconhece que a produção científica não promove a fome, o desmatamento, o extermínio dos animais, a discriminação racial, social. A educação é a que promove o letramento científico, constrói uma ciência em prol do bem comum, defende uma cultura da paz onde mulheres e homens se reconheçam como iguais diante do mundo do trabalho e, por fim, uma educação que acredite que o conhecimento produzido deva se estender a todos fazendo uma verdadeira e intensa transformação social.

Como educação especificamente qualificada de profissional e tecnológica, o IFS entende que é por meio da educação profissional de qualidade pública e gratuita que se pode efetivar o "acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade"; Compreende que a educação profissional garantindo a formação integral pode promover "a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas" e defende que seus estudantes possam ir além de um saber-fazer imediato para a "compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho" (CONIF, 2018).

2.1.4 Concepção de Gestão

O IFS entende que a gestão deva ser participativa, ser articuladora da autonomia dos campi, isto é, que cada campus reconheça as necessidades do *lôcus* bem como seu potencial de atender às demandas. A gestão participativa defenderá a pluralidade de ideias, a formação e exposição do pensamento crítico porque só assim se consolida uma nação democrática.

Não se pode perder de vista que o fim da educação profissional ofertada pela rede federal é melhorar a vida dos brasileiros. Assim, o IFS intenciona contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional, inserindo jovens e adultos no mundo do conhecimento e no mundo da produção. A gestão precisa possibilitar a construção e democratização do conhecimento levando-o a todos os brasileiros. Portanto, a gestão criará meios de ampliar a oferta de cursos técnicos com formação humana e integral em todos os seus campi a fim de promover o ingresso no mundo do trabalho ou a ascensão em postos de trabalho.

A gestão defenderá a formação integral do aluno, entenda-se, a formação profissional amalgamada à formação geral. As ações voltadas ao ensino devem ser facilitadoras da superação da velha dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Para tanto, a gestão não descansará enquanto as ações do ensino não estiverem contíguas às ações da pesquisa, da extensão e da inovação. Logo,

compreende-se todas as suas Pró-Reitorias e Direções Sistêmicas como partícipes da formação humanista, tecnológica e científica dos estudantes.

2.1.5 A Educação Integrada como Concepção Pedagógica

O modelo de Educação Profissional proposto neste Projeto Político Pedagógico é concebido numa perspectiva de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo. Essa formação integrada tem como propósito a superação de uma formação pautada na divisão social do trabalho que separa o ser humano em duas classes distintas: uma com a função exclusiva de executar e a outra preparada para pensar, dirigir e planejar. Ao superar esse processo histórico de divisão social do trabalho, a formação integrada busca garantir aos seres humanos, enquanto atores sociais, uma formação completa para a leitura do mundo e para exercer, de forma plena, a sua cidadania.

Ciavatta (2005) lembra que a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano cindido por essa divisão social do trabalho. Para que isso ocorra, é necessário oferecer a este ser humano uma educação unitária, que congregue a formação geral indissociada da formação profissional, em todos os campos e momentos onde ocorre a preparação para o mundo do trabalho: nos cursos de formação inicial e continuada, no ensino técnico em suas diversas formas, nos cursos tecnológicos e demais cursos de nível superior, como também na pós-graduação, sob a perspectiva de uma formação ao longo da vida.

Este é o desafio estabelecido com a proposição de um Projeto Político Pedagógico baseado numa concepção de educação integrada. Para tanto, é preciso, dentre outras coisas, construir um currículo voltado para a formação omnilateral, ou seja, pautado nos seguintes princípios: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

2.1.6 O Trabalho como Princípio Educativo

Saviani (2003) enfatiza a categoria trabalho enquanto definidora da existência humana. É pelo trabalho que podemos diferenciar o ser humano dos animais, ou seja, pela capacidade que apenas os homens têm de transformar a natureza, adaptando-a às suas necessidades e finalidades. Assim, considerar o trabalho como um princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor

de sua realidade, que se apropria dela e que pode transformá-la. Por esse motivo, é fundamental que o currículo escolar seja guiado por este princípio, afinal, como ressalta Saviani (2003, p. 132), “o papel da educação é a formação do homem”.

Na Educação Profissional e Tecnológica, a categoria trabalho adquire maior relevância. Isto porque, não se pode negar a contribuição vital desta modalidade educacional para o progresso socioeconômico do país. Por diversas vezes, a relação entre a EPT e o progresso justificou a necessidade de tornar a aprendizagem profissional como um mero conjunto de conhecimentos e habilidades, necessários ao exercício do trabalho na sociedade industrializada. A formação profissional constituía-se por parâmetros mínimos definidores de um perfil de trabalhador apropriado a um posto de trabalho.

Em contraposição ao tecnicismo, este PPPI parte do pressuposto de que a formação profissional não busca a preparação exclusiva para o mercado de trabalho, e sim, a compreensão das dinâmicas socioprodutivas da sociedade, em seu contexto histórico, com suas conquistas, suas perspectivas e seus desafios, além de preparar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de suas profissões (BRASIL, 2007).

Assim, reforça-se que o IFS defende uma proposta de educação unitária, que supera a dicotomia de escolas distintas para classes sociais distintas. É uma propositura educacional cuja atividade-fim é a formação dos sujeitos, a partir da relação intrínseca entre o trabalho e o conhecimento.

2.1.7 Integração com a ciência, a cultura e a tecnologia

A concepção de ciência que orienta este PPPI é a de ser o conjunto de saberes resultante do processo de formação humana. O ser humano, enquanto um *ser da práxis*, ou seja, capaz de transformar a natureza e a si mesmo ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens, necessita compreender a composição desses dois elementos: a natureza e o próprio ser humano.

Por isso, o currículo escolar necessita envolver os conhecimentos acerca da natureza e das leis que a regem. É preciso, também, que este currículo englobe os saberes sobre os seres humanos, não apenas, o conhecimento biológico, que trata do funcionamento e da estrutura, como também do processo sócio-histórico-cultural. A trajetória histórica, sua relação com o ambiente em que

vive, as normas estabelecidas para a convivência em sociedade e construção do pensamento são saberes fundamentais para a compreensão do ser humano enquanto ator social e cultural, produtor e produto de sua realidade.

Esses conhecimentos e saberes acerca do homem e da natureza são os conhecimentos científicos, pois são construídos de forma sistemática, por meio de um procedimento metodológico. É da historicidade desses conhecimentos que germina os conteúdos e disciplinas escolares, organizados por áreas de conhecimento.

A produção científica precisa ser percebida, ainda, como um fenômeno cultural. A ciência é o produto de uma cultura, pois, é um conhecimento que “incorpora diferentes áreas e que de diferentes formas nos informa sobre a produção histórica e social do mundo no qual vivemos” (BRASIL, 2013a, p. 23). Neste sentido, compreendemos a cultura, como o conjunto dos resultados das ações transformadoras e conscientes do ser humano sobre o mundo. As ações transformadoras correspondem ao trabalho empregado pelo homem para transformar a natureza e a si mesmo, na interrelação com os outros seres humanos.

A cultura é o processo de construção dos símbolos, das representações, dos significados da atividade humana. Compreende os diversos procedimentos de comunicação oral, escrita, iconográfica, espaço visual e digital. Não podemos esquecer as crenças, costumes, práticas e comportamentos que integram esse conjunto. No entanto, a cultura é muito mais. São os atos que concebem a sociedade e, ao mesmo tempo, são concebidos por ela. Por esse motivo, o currículo na educação integrada não pode se pautar, apenas, pelo acesso e divulgação dos conhecimentos científicos. É preciso promover, também, a reflexão crítica sobre os padrões culturais característicos à nossa sociedade.

Sob o prisma de um currículo voltado para a formação omnilateral, restamos exprimir a concepção de tecnologia desta proposta pedagógica. Partindo do sentido etimológico do termo, temos que a tecnologia é o tratado ou o estudo da técnica. Esta acepção possibilitou o entendimento, muito corrente, de que a tecnologia está relacionada ao saber-fazer, como uma nova forma de se obter e utilizar o conhecimento. Por este pressuposto, a tecnologia nada mais é do que a junção da ciência com a técnica. A ciência são os conceitos e enunciados que

permitem conhecer a natureza. A técnica são as operações que possibilitam transformá-la.

Estas concepções da tecnologia explicitam que a ciência representa um conhecimento puramente racional e exato de onde surgiria o conhecimento prático, tecnológico. Além do mais, elas incentivam o discurso do determinismo tecnológico, onde a tecnologia se apresenta como uma força autônoma das relações sociais. Assim, a tecnologia determina a sociedade. Em resposta ao discurso determinista, corroboramos com Castells (1999, p. 43), quando diz que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Assim como a ciência, a tecnologia é um fenômeno cultural, compreendida conforme o contexto histórico e as relações de poder e de classe em que está inserida. “É uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais” (FRIGOTTO, 2009, s/n.).

Como um fenômeno cultural entendido dentro de um contexto histórico e social, é preciso destacar as transformações iniciadas a partir da segunda metade do século XX e que contribuem para esclarecer o atual momento em que vivemos. Desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico possibilitou o avanço de áreas como a microeletrônica e as telecomunicações. O surgimento da internet e a digitalização das informações interligaram pessoas e instituições, gerando uma teia mundial (CASTELLS, 1999). Essas transformações remodelam a produção científica, cultural, as relações sociais e o mundo do trabalho.

Na medida em que defendemos a escola como o espaço de interação e formação sociocultural, cujos desafios estão centrados na distribuição dos conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente significativos e relevantes para o desenvolvimento da cidadania, ressaltamos a importância de inserir o debate acerca das transformações tecnológicas digitais no processo educativo, preparando seus atores para as mudanças que estão em curso.

A formação integrada defendida pelo IFS tem como desafio abarcar essas quatro dimensões – trabalho, ciência, cultura e tecnologia – como eixos integradores entre o conhecimento das diversas áreas e disciplinas,

contextualizando-os histórica e socialmente. Esta é a realidade educacional que buscamos construir, pela dinâmica entre os aspectos identitários de nossa institucionalidade e a apropriação dos princípios educativos que norteiam a nossa concepção pedagógica. Enfim, é desejo de materialização de uma intencionalidade que se respalda na formação de um sujeito crítico através do domínio dos saberes científicos e culturais, correlacionada à preparação e qualificação para o mundo do trabalho.

2.2 Políticas Institucionais de ensino

2.2.1 Política de ensino

O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e dos Decretos e Pareceres que a regulamentam e asseguram a autonomia e flexibilidade desta Instituição. As políticas aqui definidas devem contemplar com qualidade a diversidade de ofertas e atendimentos nos diversos níveis de educação profissional e ampliar as possibilidades de inclusão do aluno no mundo do trabalho, propiciando-lhe alternativas de educação continuada. Potencializar ações que promovam a interação ensino, pesquisa e extensão em articulação com as exigências oriundas do mundo real.

Fundamentar os currículos no saber-fazer, saber-pensar e construir conhecimentos necessários à atuação do cidadão nas atividades sócio-laborais. Salienta-se que é propósito do ensino consolidar institucionalmente a compreensão de que o processo de aprender não termina na escola ou no trabalho, exigindo qualificação contínua do trabalhador.

2.2.1.1 Formação Continuada de Professores

Na década passada, Machado (2015) alertava que a falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas havia marcado as iniciativas de formação docente para a EPT no Brasil. Uma das dificuldades enfrentadas é a carência de profissionais com formação inicial em EPT. As disciplinas das áreas técnicas são ministradas por profissionais que, muitas vezes, não possuem formação inicial em licenciatura. Mesmos os professores licenciados, não tiveram a oportunidade de discutir, em sua formação inicial, os aspectos e concepções que regem a Educação Profissional. Para enfrentar esta

realidade, o IFS aposta em duas estratégias: a formação inicial para a Educação Profissional nos cursos de licenciatura e a formação continuada docente em serviço.

A formação inicial consiste no estabelecimento da disciplina Educação Profissional com currículo dos cursos de licenciatura. A proposta surge no ano de 2018, durante o processo de reformulação curricular dos cursos oferecidos pela instituição. Ainda está em fase experimental e o primeiro curso a implantar é o de Licenciatura em Química. Após o período de maturação, a proposta será avaliada, com o intuito de se estender para os demais cursos de licenciatura oferecidos pela instituição.

A formação continuada é compreendida pelo IFS enquanto “o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com a finalidade de assegurar a qualidade ao processo de ensino-aprendizagem (VIEIRA et al, 2018, p. 101). No IFS, a principal estratégia de formação continuada docente são os Encontros ou Jornadas Pedagógicas. São ações organizadas pelas Direções/Gerências de Ensino em conjunto com as Equipes Pedagógicas de cada campus, no início de cada semestre letivo. Os Encontros ou Jornadas têm como propósito reunir professores e demais profissionais da educação em um espaço de reflexão e discussão sobre os desafios, as especificidades e possibilidades encontrados nos processos de ensino e aprendizagem.

Com o intuito de fortalecer essa ação, a Pró-reitoria de Ensino (PROEN) vêm ampliando o tempo destinado à realização dos Encontros e Jornadas Pedagógicas. Além disso, desde 2018, a PROEN realiza o Encontro Pedagógico Multicampi. Um momento de integração entre todos os docentes e equipes pedagógicas e psicossociais que compõem o IFS.

Além dessas ações realizadas no início de cada semestre letivo, o IFS se preocupa em desenvolver atividades formativas ao longo do ano, através das diversas pró-reitorias e diretorias sistêmicas. As Diretorias de Assuntos Estudantis (DIAE) e de Educação Profissional e Superior (DEPS), órgãos integrantes da PROEN, têm realizado ações de fortalecimento aos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e de estímulo à Educação Inclusiva. São desenvolvidas palestras, encontros e oficinas, com

vistas a capacitar professores, alunos e servidores administrativos para o favorecimento à diversidade no ambiente escolar.

Outra estratégia de formação continuada que merece destaque é a promoção do Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT). Esta ação é desenvolvida em rede nacional, com apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O ProfPET busca aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, em articulação com a demanda por qualificação de profissionais da rede. O IFS participa da rede de oferta do ProfEPT junto com outras 39 instituições. Atualmente, são ofertadas 24 (vinte e quatro) vagas, sendo 12 (doze) para servidores docentes e administrativos da instituição e o restante para ampla concorrência.

As ações descritas demonstram que a formação continuada docente é uma preocupação constante do IFS. Mesmo assim, a instituição compreende a necessidade de ampliá-las. A construção de uma Política de Formação Continuada Docente é o próximo passo a ser definido pela instituição.

2.2.1.2 Atividades de prática profissional e estágio

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. O primeiro é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O segundo é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No IFS, a prática profissional desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPC, através de atividades orientadas por um professor da área do conhecimento, de acordo com o objeto de estudo do aluno. São consideradas

práticas profissionais atividades como: estudos de casos, vivências no sistema produtivo, pesquisas, projetos técnico-científicos e comunitários, devendo estar previstas nos projetos pedagógicos de cursos, com suas respectivas cargas horárias totais, horários semanais, metodologias e instrumentos de avaliação.

O estágio propicia ao aluno a complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os PPC e legislação em vigor. Em busca da ampliação da oferta de estágio, ações e estratégias de interlocução e interação com o sistema produtivo e instituições públicas vêm sendo desenvolvidas, mas precisam ser potencializadas, no sentido de estreitar as relações entre o IFS, as empresas e a comunidade.

Dessa forma, haverá uma aproximação entre a ou da (optar por entre ou da) realidade possibilitada pelo Estágio Supervisionado e a prática da reflexão sobre essa realidade, a partir da solidariedade entre os demais componentes curriculares do curso, constituindo, assim, um mecanismo de ajuste legal para solucionar ou sanar a defasagem existente entre conhecimentos teóricos e atividade prática (PICONEZ, 2015). Em outras palavras, nada de teoria no vazio, nada de empirismo desconexo. Essa unidade situa-se no centro em que a teoria é determinada pelo conhecimento preciso da prática e no qual, em contrapartida, a teoria determina com mais rigor sua experiência

Essa concepção de estágio fomenta a inserção dos alunos no mundo do trabalho, além de ser um instrumento efetivo de avaliação e retroalimentação dos currículos, que estabelecem os itinerários e os processos formativos dos alunos deste Instituto. A sistemática de acompanhamento de estagiários obedece a uma normativa interna e é realizada pela Central Geral de Estágio do IFS – CGE, em conjunto com os Núcleos de Apoio ao Estágio – NAE, existentes em cada Campus.

2.2.1.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, que atenda aos princípios metodológicos definidos nas propostas curriculares do IFS, é processual. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem assumida pelo IFS deixa de ter seu foco no desempenho

individual, o qual toma o sujeito como o único responsável pela sua aprendizagem, e adota a concepção de avaliação com foco na construção coletiva da aprendizagem do sujeito (LUCKESI, 2011). Nessa perspectiva, professor e aluno participam desse processo de construção do conhecimento.

O processo de avaliação será realizado por meio do acompanhamento contínuo do aluno, utilizando estratégias, instrumentos e técnicas que possam aferir seu desempenho nas atividades teórico-práticas. Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, pesquisas bibliográficas e de campo, demonstração prática, seminários, elaboração e execução de projetos, produção científica e artístico-cultural.

Nessa perspectiva, a avaliação deverá ter em vista o desenvolvimento integral do aluno, contemplando os seguintes critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente entre professor e aluno;
- Utilização funcional do conhecimento.

Assumida essa perspectiva e constatadas as dificuldades de aprendizagem, o professor deverá propiciar aos alunos reorientação de estudos para que possam superar as dificuldades apontadas no processo avaliativo. No desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos, será assegurada a adaptação curricular, quando necessária, adequada às especificidades dos estudantes.

2.2.1.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e Perspectivas em relação à Prática Docente

As práticas pedagógicas a serem adotadas pelos educadores do IFS devem ter como prioridade a formação integral do sujeito. Nesta perspectiva, a seleção das metodologias de ensino partirão do pressuposto de que quanto mais inovadoras e desafiadoras forem, mais contribuirão para o desenvolvimento de atitudes críticas, investigativas, criativas e autônomas dos alunos.

Tais práticas devem partir de uma proposta pedagógica que valorize a capacidade intelectual e produtiva dos estudantes, assim como, que priorize as especificidades e interesses individuais e coletivos dos mesmos.

Nessa perspectiva, o IFS busca desenvolver e potencializar ações que respondam aos desafios que se impõem à consolidação de sua identidade institucional, para tanto foram propostos coletivamente procedimentos do fazer pedagógico:

- Potencializar estratégias de interação com o sistema produtivo e interlocução com outras políticas, no sentido de fortalecer o diálogo do IFS com a sociedade;
- Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como processo inerente ao ato educativo, numa perspectiva de aprendizagem continuada, como possibilidade de construir e socializar saberes com maior amplitude, de forma crítica e transformadora;
- Planejar e construir coletivamente referenciais teórico-metodológicos que norteiem o trabalho pedagógico no IFS;
- Adotar processo educativo investigativo, que elimine a dicotomia teoria/prática e fomente a (re)construção de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Buscar a (re)construção do conhecimento através da intervenção na realidade, promovendo contextualização, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade dos saberes com vistas à sua aplicação em projetos comunitários;
- Promover programas de formação continuada dos educadores para atualização dos conhecimentos em suas áreas de atuação, possibilitando adequação de suas metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar propostas curriculares flexíveis e comprometidas com as questões sociais, éticas e ambientais, relacionando-as às áreas específicas de formação profissional e do tecido social;
- Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição, através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção;
- Ampliar as condições de acompanhamento psicopedagógico e social dos alunos;

- Ampliar e Fortalecer os programas educativos do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE;
- Promover fóruns e pesquisas com educadores e estudantes do PROEJA, visando avaliar a efetividade da oferta de cursos nesta modalidade de ensino;
- Ampliar os procedimentos de assistência aos alunos, particularmente àqueles em regime de internato, de forma a promover a sua permanência com êxito.

2.3 Política de pesquisa

A política de pesquisa tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de pesquisa no âmbito do IFS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29/12/2008). A atuação da pesquisa na instituição engloba a Iniciação Científica e Tecnológica.

Em conformidade com a Portaria 17, de 11 de maio de 2016, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, entende-se por pesquisa aplicada “aquelas de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica a serem desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo”. Devendo envolver docentes, técnico-administrativos e discentes, visando à produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições.

2.3.1 Dos Princípios e Objetivos

O IFS fomenta a pesquisa como princípio pedagógico, sendo um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados. Nesse sentido, tem-se como um dos principais objetivos a formação de pessoas

voltadas à investigação, à produção, ao empreendedorismo e à difusão de conhecimentos, buscando o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito local, nacional e até mesmo internacional.

Além disso, para alcançar esses objetivos, foram instituídos Programas de incentivo à Pesquisa aplicada como o PIBIC, Popularização na Ciência, Mulheres na Ciência, dentre outros, que permitem a concessão de bolsas e auxílios financeiros para servidores e estudantes.

A fim de assegurar a continuidade e a ampliação das atividades de pesquisa, o IFS acompanha a publicação de editais de fomento de outras instituições, estimulando parcerias externas por meio da captação de recursos na execução de projetos. As bolsas de iniciação científica concedidas seguem a categorização definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) dentre outros.

Com isso, pretende-se elevar as possibilidades de atuação dos estudantes e servidores. Todas as atividades são estimuladas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e desenvolvidas em articulação com os campi. No que se refere às instâncias colegiadas na área, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho Editorial, Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética em Uso de Animais.

A iniciação científica e tecnológica tem por objetivo desenvolver o pensamento científico dos estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores. No IFS, o estudante tem a possibilidade de realizá-la mediante a concessão de bolsas financiadas pelo IFS, por agências de fomento externo ou voluntariamente.

A interação de servidores e estudantes no desenvolvimento de ações conjuntas resultou, na formação de grupos de pesquisa em áreas como, Agronomia, Educação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Ciência da Computação, Física, Engenharia Civil, Matemática, Química, dentre outras.

Todos integram o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, inventário coordenado pelo CNPq.

As ações de estímulo e difusão da produção acadêmica consistem em criação de grupos de pesquisa, participação de servidores e estudantes na realização de eventos científicos, divulgação científicas e institucionais através da publicação de livros e revistas, visita aos campi para divulgação das ações de pesquisa e treinamentos.

A instituição realiza anualmente a Semana de Ciência e Tecnologia do IFS, que oferece uma série de atividades para a divulgação de ações desenvolvidas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. A programação aberta à comunidade inclui palestras, minicursos, oficinas em que ocorre o Congresso de Iniciação Científica do IFS, Semana de Extensão Tecnológica, Seminário de Inovação do IFS, Fórum de pós-graduação do IFS e Seminário de Pesquisa de Técnico-Administrativos do IFS.

Os eventos são a oportunidade para que docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFS e público externo de escolas públicas ou privadas, apresentem os resultados de suas pesquisas. Outros eventos de divulgação de trabalhos científicos que ocorrem no âmbito do IFS são o lançamento anual dos livros e a publicação de artigos na Revista Expressão Científica composto por um Conselho Editorial do IFS.

Além dessas ações o IFS possui o programa IFS sustentável, que representa o compromisso institucional em defesa do meio ambiente na perspectiva de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica, através de ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais, financeiros, minimizando os impactos do meio ambiente provocados pelas diversas atividades institucionais.

Para maiores informações sobre a implementação da política de pesquisa podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/propex/>.

2.3.2 Das Diretrizes

As diretrizes da política de pesquisa têm como orientações:

- ✓ Fomentar a divulgação científica por meio de ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados; realização de eventos para a divulgação dos resultados das pesquisas; publicação de livros impressos e e-books.
- ✓ Promover eventos científicos com a participação de discentes, docentes e técnicos administrativos;
- ✓ Elaborar editorial e criação de um periódico científico para divulgar trabalhos da instituição, viabilizando a inclusão no sistema Qualis da CAPES;
- ✓ Incentivar a criação de Grupos de Pesquisa;
- ✓ Garantir a distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função das publicações científicas do pesquisador e da relevância do projeto;
- ✓ Ampliar a inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa;
- ✓ Estimular à Inter e à multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- ✓ Organizar seminários por área do conhecimento;
- ✓ Apoiar a pesquisa por meio de editais específicos que contemplem a realidade socioeconômica de cada região;
- ✓ Ampliar o número de editais que favoreça a iniciação científica, que subsidiem eventos de divulgação da ciência, pesquisa e inovação tecnológica;
- ✓ Apoiar a extensão tecnológica e registros de patentes;
- ✓ Incentivar parcerias entre o Instituto e indústrias locais;
- ✓ Construir editais relacionados ao fomento da pesquisa na instituição;
- ✓ Avaliar os convênios interinstitucionais;
- ✓ Incentivar o uso racional de recursos humanos e materiais como compromisso institucional em defesa do meio ambiente.
- ✓ Assegurar que as pesquisas do IFS que envolvam seres humanos sejam realizadas em consonância com os princípios éticos de legislação vigente.

2.3.3 Dos Instrumentos da política de pesquisa

Os instrumentos para a implementação da política de pesquisa são:

- ✓ Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFS
- ✓ Publicação de livros em formato de papel e e-book
- ✓ Lançamento anual de livros
- ✓ Publicação semestral da revista Expressão Científica
- ✓ Publicação semestral da Revista Caminhos da Educação Matemática em Revista
- ✓ Realização da Propex Itinerante
- ✓ Realização de treinamento para captação de recursos externos
- ✓ Realização de fóruns
- ✓ Desenvolvimento do Plano de Gestão Logística Sustentável

2.4 Política de extensão

A extensão constitui um processo educativo, científico, cultural, de interação da academia com outros setores da sociedade, realizado por meio de ações, como programas, projetos, cursos, assessorias, consultorias e serviços.

O IFS compreende que a extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo inclusivo, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar o desenvolvimento científico e tecnológico, para cumprimento de seu papel social.

2.4.1 Dos Princípios e Objetivos

A extensão deverá orientar-se não só pelos desafios tecnológicos, mas, também pela questão ética que diz respeito à amplitude da existência humana. Assim, é fundamental que nessas atividades e ações, se busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nessa intersecção reside o amplo papel de instituição promotora de cultura.

O IFS busca fomentar as ações de extensão articuladas com o ensino e a pesquisa, na perspectiva da promoção dos direitos sociais e educacionais, promovendo o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, oportunizando a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos

de extensão tecnológica junto às comunidades externas, com aporte de recursos próprios e/ou externos.

Os programas e projetos de extensão contribuem com a transferência de saberes às comunidades com vulnerabilidade socioeconômica, estimulando a capacitação, o cooperativismo e o empreendedorismo para geração de renda e emprego, minimizando, para esse segmento da sociedade, os efeitos negativos da exclusão social.

2.4.2 Das diretrizes

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão acontecerá, quando as atividades de extensão forem entendidas e praticadas como princípio educativo, através de:

- ✓ Indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino: estabelecer a extensão como prática pedagógica, integrada à pesquisa e ao ensino, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea que exigem uma formação articulada com a máxima organicidade, competências científicas e técnicas, inserção política e postura ética.
- ✓ Inter/transdisciplinaridade: priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino, cumprindo o compromisso institucional de atender à comunidade local/regional, com vistas ao seu desenvolvimento econômico-social, artístico e cultural.
- ✓ Promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental: desenvolver ações e projetos de extensão, atuando nas dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica, que priorizem o combate da exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente como patrimônio natural e cultural da humanidade.
- ✓ Desenvolvimento local e regional: fomentar ações que objetivem a inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego-renda e produção de conhecimento, atuando de forma decisiva para a transformação da sociedade, respeitando as peculiaridades e potencialidades de cada região.
- ✓ Responsabilidade socioambiental: garantir que as ações e projetos de extensão possibilitem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades.
- ✓ Difusão de conhecimentos: promover atividades e eventos para a troca de conhecimentos científicos, técnicos, experienciais e outros,

trazendo contribuições fundamentais para o aprimoramento da comunidade interna e externa.

- ✓ Capacitação técnica, operativa e instrumental: capacitar pessoas, propiciando maiores oportunidades de inserção ao mundo do trabalho (formal ou informal).
- ✓ Arte e cultura na construção da identidade regional: promover ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte e da cultura nas mais diferentes formas, com vistas à consolidação das identidades regionais e na sua afirmação frente a outras culturas e povos.

2.4.5. Dos instrumentos

Dentre os instrumentos para implementação da política de extensão no IFS destacam-se as seguintes ações e projetos de extensão:

- ✓ Criação e fortalecimento de programas de extensão com amplitude social inclusiva;
- ✓ Consolidação da política de relacionamento com o setor produtivo;
- ✓ Estímulo à prestação de serviços que gerem possibilidades de emprego e geração de renda, contribuindo para minimizar os fatores de exclusão social e para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- ✓ Ampliação da oferta de cursos de extensão de cultura e arte, atividades desportivas, profissionalizantes, línguas, elaboração de projetos de extensão em todos os Campus.
- ✓ Fomento e ampliação do desenvolvimento de programas de cultura, arte, saúde, esporte e lazer;
- ✓ Fomento ao desenvolvimento de atividades de extensão na área de música;
- ✓ Ampliação do programa de aprendizagem para alunos em parceria com empresas;
- ✓ Apoio a projetos de assessoria técnica a agricultores, por meio de projetos agroecológicos;
- ✓ Criação de programa destinado aos egressos;
- ✓ Apoio a projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais para comunidades em situação de risco nas áreas temáticas da extensão (comunicação, saúde, trabalho, educação, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, meio-ambiente e cultura);
- ✓ Apoio e incentivo à formação dos Núcleos de Extensão e Prática Profissional -NEPP, no âmbito dos Campi do IFS para o aperfeiçoamento e ampliação dos conhecimentos adquiridos nas atividades do processo de ensino-aprendizagem;

2.5 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFS visa atender a todos os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliação das condições de permanência e êxito no processo educativo. Seu principal objetivo é desenvolver projetos, linhas de ação e serviços que assegurem ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito em seu percurso educacional, consolidando o apoio à formação integral, contribuindo preventivamente nos casos de evasão e retenção.

A PAE/IFS é orientada pelos seguintes princípios:

- ✓ educação enquanto direito social com primazia de oferta pelo poder público;
- ✓ gratuidade no ensino;
- ✓ qualidade nos serviços prestados;
- ✓ qualificação e aprimoramento dos profissionais;
- ✓ gestão democrática com incentivo à participação dos estudantes e servidores nas instâncias deliberativas;
- ✓ transparência nos procedimentos e recursos alocados, resguardados os casos de sigilo ético profissional;
- ✓ promoção da igualdade de condições e equidade na oferta e acesso às ações e serviços;
- ✓ compromisso com a inclusão e acessibilidade;
- ✓ formação cidadã para o desenvolvimento integral dos estudantes;
- ✓ articulação entre ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- ✓ respeito à autonomia e diversidade dos sujeitos e aos direitos humanos;
- ✓ liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

A Política de Assistência Estudantil é efetivada por meio do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS) e busca atender, prioritariamente, às necessidades do corpo estudantil cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio vigente, conforme preceitua o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A Política de Assistência Estudantil pode ser acessada através do link: <http://www.ifs.edu.br/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifs-pae-ifs>.

O PRAAE/IFS é um programa institucional composto por projetos, linhas de ações e serviços, desenvolvidos e executados pela Coordenação de Assistência

Estudantil de cada campus, acompanhados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE), composta por ações universais (projetos, auxílios financeiros e bolsas que independem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e ações específicas (projetos, auxílios financeiros e bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica).

Dentre as ações universais, temos o Projeto Jornada de Assistência Estudantil, Ações de Arte, Cultura, Esporte e Lazer, Projeto Educação, Saúde e Cidadania, Bolsa de Incentivo ao Êxito Acadêmico, Bolsa Monitoria de Nível Médio e Superior, Bolsa Partilhando Saberes, Apoio ao estágio, Ações de atenção à saúde, Atenção Psicossocial e Pedagógica, Inclusão Digital, Auxílio Financeiro para Participação em Eventos, Ações de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, Alojamento Estudantil, Refeitório.

Nas ações específicas, o PRAAE/IFS apresenta as seguintes ações: Auxílio Permanência Estudantil, Auxílio Residência, Auxílio Material e Fardamento, Bolsa Trainee e o Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

A Política de Assistência Estudantil (PAE/IFS) tem por base os valores da ética e respeito, transparência, qualidade e excelência, inovação, integração, compromisso social e desenvolvimento humano, proporcionando o exercício da cidadania e o bem-estar da sociedade.

É importante salientar que para a construção desta política houve um intenso processo dialógico e participativo dos diversos sujeitos: estudantes, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros, gestores em geral, entre outros. A PAE/IFS foi tecida em diversos momentos, nas Jornadas de Assistência Estudantil (2013 e 2016) e no Fórum de Assistência Estudantil (2013), bem como no I Encontro de Servidores da Assistência Estudantil (2016), momento em que se constituiu a Comissão responsável pela sistematização das Ações da Assistência Estudantil, no início do ano de 2017. Para maiores informações sobre a Assistência Estudantil basta acessar o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/diae>.

2.6 Política de acompanhamento de Egressos

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram legalmente criados no fim de 2008 através da Lei nº 11.892/2008, a qual em seu Art. 6º define, dentre outras, a finalidade dessas Instituições de “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Na busca de atender com eficácia esta e as demais finalidades previstas na referida Lei, processos que envolvem ensino, pesquisa, extensão e inovação vêm sendo desenvolvidos nos diversos Institutos Federais do país. São ações direcionadas à oferta de uma formação profissional e tecnológica adequada aos seus alunos, que lhes proporcionem meios de contribuir profissionalmente com o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos setores da economia em que venham a atuar após a conclusão ou mesmo durante os seus estudos.

Para que os processos associados ao ensino sejam desenvolvidos da forma correta e em consonância com as necessidades do ambiente socioeconômico ao qual a Instituição está inserida, é importante conhecer a avaliação dos alunos não apenas acerca de sua completa experiência ao longo do curso, mas também sobre o processo de inserção e adaptação ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se importante no desenvolvimento de uma Instituição de Ensino a existência de um programa de acompanhamento de alunos egressos que fomente a continuidade da comunicação e da interação entre o aluno e a Instituição, mesmo após o término do vínculo formal entre eles por ocasião da conclusão do curso.

Como egresso, entende-se o aluno que concluiu integralmente algum curso ofertado pela Instituição, uma vez que conceitos que ampliam essa definição costumam se sobrepor a outros – evasão, por exemplo -, causando confusões desnecessárias à análise das informações de públicos específicos e qualitativamente distintos.

Após algumas iniciativas isoladas na Instituição, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional através do Núcleo de Análises Econômicas (NAEC) começou a desenvolver um acompanhamento geral e sistemático dos egressos,

materializado nas primeiras pesquisas gerais com os egressos do IFS, executadas através dos editais do Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (PBIEX).

A primeira dessas pesquisas foi realizada em novembro de 2018 e teve como público-alvo todos os egressos dos cursos de nível superior do Instituto Federal de Sergipe até aquele mês. De acordo com o SIGAA, tal universo era composto por 672 egressos. A pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar as expectativas e as avaliações dos egressos dos **cursos de nível superior** em relação a diversos aspectos da vida acadêmica no Instituto e sua inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos, foi bem-sucedida em obter a participação líquida de 40,3% desse universo. Se tratando de pesquisas com egressos, conhecidas por habitualmente apresentarem baixas taxas de participação, a referida amostra foi superior à obtida em exitosas experiências de outras IFES¹, sendo também suficiente para gerar informações com significância estatística. Os resultados já foram disponibilizados às unidades gestoras do Instituto (Pró-Reitorias, diretorias de *campi*, diretorias sistêmicas e coordenações de cursos) para auxiliar o planejamento e a revisão de políticas e atividades, sendo também apresentados e discutidos em seminários pelo NAEC.

Outra pesquisa geral está sendo executada em 2019, desta vez contemplando os egressos dos cursos técnicos nas modalidades presencial e EaD. O objetivo é análogo ao da pesquisa anterior, porém voltado a outro público alvo: analisar as expectativas e as avaliações dos egressos dos **cursos de nível técnico** em relação a diversos aspectos da vida acadêmica no Instituto e sua inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos. Espera-se, contudo, que essa pesquisa tenha a participação de um número significativamente maior de egressos, tendo em vista que seu universo é mais amplo.

Essas pesquisas vêm trazendo ganhos ao Instituto, na medida em que criam ricas bases de dados sobre a percepção dos egressos em relação aos serviços prestados pelo IFS e sobre a alocação profissional de nossos alunos no

¹ Como exemplo, pode-se citar o excelente trabalho desenvolvido pelo IFRN, onde o Programa de Acompanhamento já conta com três edições, cuja qualidade técnica influenciou positivamente nossas experiências. Na última pesquisa disponível (PAE 2017), a taxa amostral obtida foi de 27,5% do total de egressos e, nos casos particulares dos cursos superiores, de 39,1% dos egressos das graduações tecnológicas e de 34,2% dos egressos das licenciaturas.

mercado de trabalho. Essas valiosas informações já foram utilizadas, por exemplo, para definir propostas a respeito da oferta futura de cursos em um *campus*, contribuindo, portanto, para tomadas de decisões mais seguras e de menor risco, uma vez que são baseadas em dados e análises técnicas. Nesse sentido, espera-se que o desenvolvimento do Programa de Acompanhamento de Egressos induza os gestores do Instituto a, cada vez mais, basearem suas decisões estratégicas em evidências deste tipo, uma vez que elas refletem efetivamente a contribuição social da Instituição na vida dos alunos.

Contudo, embora seja o componente central, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAEG) não se limita às pesquisas de acompanhamento. Como vem demonstrando os resultados desses estudos, os alunos recém-formados frequentemente esbarram em dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, que podem ser mitigadas pela Instituição de Ensino caso ela consiga prospectar oportunidades de emprego relacionadas aos cursos que oferece e, desta forma, aproximar seus alunos das empresas onde podem pôr em prática as habilidades e competências que desenvolveram na academia.

Dessa forma, as seguintes ações estão também contempladas no PAE:

- i) Readequar e pôr em atividade o Portal do Egresso (<http://www.ifs.edu.br/egressos/>), um portal eletrônico que objetiva estreitar o relacionamento com o egresso ao centralizar as informações dos eventos de interesse deste público. Neste portal, ele poderá manter o cadastro atualizado com informações de suas experiências no mercado de trabalho e pretensões de formação complementar, além de ter acesso a informações de eventos, cursos de aperfeiçoamento profissional, oportunidades profissionais e de continuidade de estudos dentro da Instituição e oportunidades de emprego disponibilizadas por empresas;
- ii) Promover encontros, cursos de extensão, palestras, seminários, congressos, workshops, dentre outros eventos direcionados aos profissionais formados pelo IFS. Além de úteis para estreitar o relacionamento com os ex-alunos, esses eventos serão importantes para alcançar uma maior participação dos egressos nas pesquisas desenvolvidas pela Instituição, tendo em vista que, tradicionalmente, esta participação é muito baixa.

Com essas ações, pretendemos estreitar o relacionamento com os egressos e consolidar uma cultura no Instituto onde a tomada de decisões seja baseada em evidências e orientada a atender aos anseios do aluno em relação aos aspectos educativos e profissionais. Nesse sentido, entendemos que ouvir o aluno e reorganizar nossas políticas em função deste *feedback* é um grande passo para instituição.

2.7 Responsabilidade Social do IFS

É função do IFS promover educação profissional e tecnológica, ofertando cursos nos diversos níveis e modalidades de ensino em sintonia com as demandas sócio-laborais, contribuindo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

No projeto de criação dos Institutos Federais de Educação são notórias as responsabilidades e o compromisso social dessas instituições, que estão sendo convocadas a contribuir com os programas e processos de desenvolvimento e de inclusão social em um país historicamente marcado por enormes contradições na distribuição dos bens socialmente produzidos.

Há que se considerar que o papel requerido das instituições federais de educação profissional e tecnológica implica grande responsabilidade e o IFS enfrentará grandes desafios. Esta Instituição vem aperfeiçoando, transformando e (re)significando as suas práticas, no sentido de responder satisfatoriamente a essas responsabilidades e aos compromissos oriundos desse modelo que ora se apresenta.

O Instituto posiciona-se de maneira estratégica, enquanto instituição pública, nesse projeto de nação que busca a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois através da educação e do trabalho pode-se assegurar inclusão social.

Nesse contexto, temos o compromisso de proporcionar educação profissional e tecnológica que prepare o educando não apenas para o emprego, mas para gerar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras

políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social.

2.8 Desafios e Perspectivas do IFS

Após a delimitação da identidade, do histórico institucional, dos princípios pedagógicos, da dimensão curricular e das práticas educativas trilhadas em nossa instituição, a partir das políticas institucionais, é chegada a hora de pensar os próximos passos do IFS, afinal, este é o principal objetivo de um Projeto Político Pedagógico.

Gadotti (2000) adverte que o projeto político pedagógico faz parte do planejamento da escola e que este deve ser um processo de formação social, política e pedagógica. É um projeto que implica na definição de estratégias e tomadas de decisões baseadas nas aspirações e nos anseios da comunidade escolar. Neste sentido, são esboçadas, agora, as metas ambicionadas pelo IFS para os próximos cinco anos. Estas intenções evocam o princípio democrático que guiou a construção deste PPPI, visto que representam o desejo da comunidade acadêmica pela constante melhoria da qualidade educacional de nossa instituição.

As metas estão organizadas em cinco categorias, intituladas dimensões, que representam os principais eixos desafiadores a ser enfrentados pela instituição nos próximos cinco anos: **a) Currículo Integrado; b) Permanência e Êxito; c) Formação Continuada; d) Gestão Democrática; e) Pesquisa, Extensão e Inovação.**

As metas que compõem à dimensão **Currículo Integrado** estão relacionadas ao fazer pedagógico e a promoção de um modelo de educação voltado para a formação completa do cidadão. São metas que evocam o trabalho como um princípio educativo, na busca da superação de uma escola dualista, onde a pesquisa e a técnica sejam indissociáveis, e que permita ao educando o acesso a um conjunto de saberes históricos, culturais, científicos e técnicos, visando a sua formação integral.

A dimensão **Permanência e Êxito** refere-se à coleção de metas que dialogam com os seguintes documentos: Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Ministério da Educação e os Institutos

Federais, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e da Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS. Estes instrumentos contribuem para o combate a evasão, ao mesmo tempo em que propõem políticas e ações visando a permanência dos alunos, bem como a conclusão de seus estudos.

A dimensão **Formação Continuada** corresponde às metas e estratégias voltadas para o constante aperfeiçoamento das equipes técnica e docente pertencentes ao IFS. Compreende-se, para tanto, o trabalho educativo enquanto *práxis*, no sentido de que docentes, equipe pedagógica e demais servidores administrativos ao desenvolverem suas atividades, quais sejam, contribuir para a transformação do IFS em uma instituição de excelência educacional, também se transformam.

Compõem a dimensão **Gestão Democrática**, as metas e estratégias que estimulam a participação de toda a comunidade acadêmica nas tomadas de decisões que resultem em melhoria da qualidade escolar. Estas metas e estratégias visam a criação ou o fortalecimento dos espaços e das instâncias de diálogo. Isso significa oportunizar a todos as experiências de construção coletiva de projetos, currículos, mas também, da escolha de materiais, meios e instrumentos de aprendizagem.

A última dimensão elencada corresponde a **Pesquisa, Extensão e Inovação**. Esta dimensão relaciona-se às premissas de um modelo educativo que promove a articulação entre ciência, tecnologia e cultura. Compreende, ainda, as ações e atitudes que promovam o progresso da região em que o IFS está inserido.

Quadro 8 - Dimensões e meta PPPI

Dimensão	Metas
1. Currículo Integrado	1.1 Implantar, até dezembro de 2020, as Diretrizes Institucionais Indutoras que orientará a estrutura e o funcionamento dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, inclusive na modalidade PROEJA.
	1.2 Revisar, até dezembro de 2021, 100% dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio, inclusive da modalidade PROEJA, de acordo com as ações e

	estratégias estabelecidas nas Diretrizes Indutoras Institucionais.
	1.3 Garantir que, até 2024, das vagas ofertadas para os cursos técnicos, 55% seja para cursos na forma integrada, inclusive na modalidade PROEJA.
	1.4 Estabelecer, em 100% dos projetos pedagógicos dos cursos, a inclusão de estratégias metodológicas e avaliativas que possibilitam a participação discente no processo de aprendizagem de forma ativa, relacionando a teoria e a prática, a fim de atingir o perfil profissional de egresso desejado.
	1.5 Garantir que, até 2024, 50% dos docentes e técnicos administrativos que atuam na ensino médio integrado participem de cursos e demais atividades de capacitação e formação continuada acerca das características e finalidades do currículo integrado.
2. Permanência e êxito	2.1 Reformular, até dezembro de 2020, o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes, garantindo a participação de representantes docentes, discentes e técnicos-administrativos de 100% dos campi no processo.
	2.2 Reduzir, até 2024, a taxa de evasão por ciclo para até 8% e a taxa de retenção por ciclo para até 2%, visando atingir o índice de eficiência acadêmica de 90%, como estabelecido no Termo de Acordo de Metas e Compromissos.
	2.3 Garantir a realização de ações de recepção, acolhimento, integração e adaptação dos estudantes em 100% dos campi.
	2.4 Fortalecer o PRAAE em todos os seus projetos e linhas de ações, buscando garantir o atendimento a, no mínimo, 50% dos nossos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.
	2.5 Assegurar a efetiva atuação da equipe multidisciplinar nos campi, com a realização de acompanhamento pedagógico e psicossocial para 100%, visando identificar e combater, na medida do possível, as dificuldades pedagógicas e socioeconômicas apresentadas por nosso corpo discente.
3. Formação continuada	3.1 Garantir a realização do Encontro Pedagógico Multicampi e das jornadas pedagógicas por campi a cada semestre letivo.
	3.2 Implantar, até dezembro de 2021, em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e com a Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (PROPEX), a Política de Formação Continuada para servidores docentes e servidores técnicos-administrativos.
	3.3 Estabelecer, inclusive em calendário acadêmico, <i>encontros semanais</i> entre gestores, docentes e equipe

	<p>multidisciplinar, visando o planejamento, a reflexão e a avaliação do fazer docente e pedagógico.</p> <p>3.4 Implantar, até dezembro de 2020 em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (PROPEX), o curso lato senso de formação continuada em Educação Profissional, modalidade EaD, prioritariamente, para docentes não licenciados.</p> <p>3.5 Garantir, em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (PROPEX), a continuidade da oferta de, pelo menos, 01 turma anual do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ampliando, a cada ciclo o quantitativo de 12 servidores com titulação de mestre.</p>
4. Gestão Democrática	<p>4.1 Estimular a participação da 100% da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados e demais instâncias de tomadas de decisões.</p> <p>4.2 Fortalecer os instrumentos de comunicação e participação social da instituição, possibilitando o acesso de 100% da comunidade acadêmica a esses instrumentos.</p> <p>4.3 Consolidar os órgãos colegiados de representação estudantil em 100% dos campi.</p> <p>4.4 Assegurar a construção coletiva de 100% documentos institucionais por meio da representação de todos os integrantes da comunidade acadêmica (gestão, docentes, técnicos-administrativos e discentes) além de posterior consulta à comunidade.</p> <p>4.5 Implantar, em 100% dos campi, um sistema de avaliação institucional contínua, por meio da aplicação de questionários e outros instrumentos que possibilitem a gestão de ensino identificar as necessidades, dificuldades e anseios da comunidade acadêmica.</p>
5. Pesquisa, Extensão e Inovação	<p>5.1 Garantir que, até dezembro de 2021, em 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a pesquisa seja vista como um princípio educativo, inclusive com a identificação de propostas e atividades integradoras entre ensino e pesquisa.</p>

Fonte: Proen (2019)

2.9 Avaliação deste Projeto Político Pedagógico

A avaliação é uma etapa essencial para o aperfeiçoamento de toda política pública. Na educação, o processo avaliativo tornou-se algo tão habitual quanto os atos de ensinar e aprender. Esse fenômeno tem sido alvo de muitas críticas, visto que o papel desempenhado em sala de aula, por professores e alunos, tem se concentrado em uma preparação para as práticas avaliativas.

Críticas à parte, é inegável a contribuição da avaliação enquanto instrumento de captação de informações acerca da qualidade e do progresso, seja da aprendizagem do aluno ou da execução de uma política. Neste sentido, este Projeto Político Pedagógico é suscetível de avaliação. A concepção de avaliação proposta aqui é a da avaliação institucional, pois, a avaliação da aprendizagem foi abordada anteriormente. Este tipo de avaliação busca contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidade social da instituição (BRASIL, 2004).

Nesta perspectiva, é necessário estabelecer estratégias de acompanhamento das ações e metas propostas no PPPI. Uma importante estratégia utilizada para acompanhamento deste PPPI é o relatório de gestão institucional realizado anualmente. As pesquisas e relatórios pedagógicos desenvolvidos pelas equipes nos campi também contribuem como forma de monitoramento das ações e metas estabelecidos.

Outro aspecto importante para a avaliação institucional é o fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esta comissão, prevista pela Lei n. 10.861/2004 e instituída pela Portaria MEC n. 2.051/2004, tem como finalidade coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA tem como foco de trabalho a avaliação dos cursos superiores. Entretanto, suas contribuições refletem no fortalecimento de toda a instituição, possibilitando a melhoria dos cursos nos diversos níveis ofertados.

Finalmente, registra-se a importância da supervisão do processo a partir do estabelecimento claro de tarefas e responsabilidades. Assim, cabe à Pró-reitoria de Ensino (PROEN) enquanto órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, fomentação, acompanhamento e avaliação das atividades e políticas de ensino, a função de supervisionar a execução deste PPPI, acompanhando as práticas desenvolvidas nos campi e nas diretorias e departamentos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS

O cronograma de implantação de cursos e vagas foi planejado para o período de vigência do PDI. Porém para a implantação de cursos e vagas a unidade deverão observar os normativos interno e externos para que atendam ao critérios e parâmetros estabelecidos. Desse modo a oferta de cursos e vagas levará em consideração as especificidades de cada campus e os normativos quando da proposta de abertura de novos cursos e vagas observando a Instrução Normativa PROEN nº 001/2018, que dispõe sobre as normas para a elaboração e a reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), a abertura, a suspensão ou a extinção de curso no âmbito do IFS. Para maiores informações sobre a oferta de cursos e vagas podem ser acessadas pelo endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/seletivo>

3.1 Campus Aracaju

Quadro 9 - oferta de cursos e vagas: Campus Aracaju

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S)	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
*Técnico em Eventos	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Integrado (PROEJA)	Presencial	40	1	Noturno	2020-2024
*Técnico em Restaurante e Bar	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Integrado (PROEJA)	Presencial	30	1	Noturno	2020-2024
Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Ambiente e Saúde	FIC	Presencial	40	1	Diurno	2020-2024

* Dependendo da admissão de novos docentes

3.2 Campus São Cristóvão

Quadro 10 - oferta de cursos e vagas: Campus São Cristóvão

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNOS(S) DE FUNCIONAMENTO	LOCAL	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Licenciatura em Ciências Biológicas	Recursos Naturais	Graduação	Presencial	40	2020	Manhã	IFS-Campus São Cristóvão	2020
Tecnologia em Sistemas Embarcados	Comunicação/Sistemas Embarcados	Tecnólogo	Presencial	40	2020	Manhã	IFS-Campus São Cristóvão	2020
Operador de Computador	Computação	Proeja - Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2020	Tarde	IFS-Campus São Cristóvão	2020

3.3 Campus Lagarto

Quadro 11 - oferta de cursos e vagas: Campus Lagarto

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNOS(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Mestrado em Produção Avançada	Produção Industrial	Stricto Sensu	Presencial	20	1	Diurno	2021
Especialização em Educação Integrada	Desenvolvimento Educacional e Social	Lato Sensu	Semipresencial	30	1	Diurno	2020
Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais	Graduação	Presencial	40	2	Vespertino/Noturno	2023

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Técnico Integrado em Mecânica	Controle e Processos Industriais	Técnico	Presencial	40	1	Diurno	2021
FIC Internet das Coisas	Informação e Comunicação	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2020
FIC Design Imobiliário	Produção Cultural e Design	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2020
FIC Desenho por Computador	Informação e Comunicação	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2020
FIC Educação Ambiental	Ambiente e Saúde	Formação Inicial e Continuada	Ensino à Distância	40	2	Noturno	2021
FIC Redes	Informação e Comunicação	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2021
FIC Robótica	Controle e Processos Industriais	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2021
FIC Tecnologia Reversa	Controle e Processos Industriais	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2022
FIC Mecânica de Auto	Controle e Processos Industriais	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2022

3.4 Campus Estância

Quadro 12-oferta de cursos e vagas: Campus Estância

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº de ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	Bacharelado em Engenharia Elétrica	Presencial	45	1	Matutino	2021.2
Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	45	1	Diurno	2020.1
Programação de Jogos Digitais	Informação e Comunicação	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	45	1	Diurno	2022.1
Matemática	Ensino	Licenciatura	Presencial	45	1	Noturno	2022.1
Letras	Ensino	Licenciatura	Presencial	45	1	Noturno	2020.2
Metodologia do Ensino	Ensino	Pós-Graduação	Presencial	45	1	Diurno	2020.2
Construção Civil	Infraestrutura	Pós-Graduação	Presencial	45	1	Diurno	2021.1
Eletroeletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	45	1	Diurno	2023.1

3.5 Campus Itabaiana

Quadro 13 - oferta de cursos e vagas: Campus Itabaiana

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Médio	Proeja	40	01	Noturno	2022.1
Administração	Gestão e Negócios	Médio	Integrado	40	01	Diurno	2021.1

Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Médio	Concomitante	40	01	Vespertino	2021.1
Operador de Micro	Informação e Comunicação	Médio	FIC	40	01	Diurno	2020.1
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Médio	Integrado	40	01	Diurno	2022.1
Segurança do Trabalho	Segurança	Médio	Subsequente	40	02	Noturno	2022.1
Licenciatura em História	Ensino	Superior	Licenciatura	40	01	Noturno	2024.1

3.6 Campus Glória

Quadro 14 - oferta de cursos e vagas: Campus Glória

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Superior em Tecnologia de Alimentos	Produção Alimentícia	Superior	Presencial	40	1	Vespertino/Noturno	2021
Técnico Integrado em Alimentos	Produção Alimentícia	Técnico	Presencial	40	1	Diurno	2021
Técnico em Pós-colheita	Recursos Naturais	PROEJA	Presencial	30	1	Vespertino/Noturno	2020
Boas Práticas de Fabricação	Produção Alimentícia	FIC	Presencial	20	1	Vespertino/Noturno	2022
Informática	Informação/Comunicação	FIC	Presencial	20	1	Vespertino/Noturno	2022
Biologia	Ensino/CCNAT	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2024

3.7 Campus Tobias Barreto

Quadro 15 - oferta de cursos e vagas: Campus Tobias Barreto

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	03	Vespertino (01) e Noturno (02)	2019
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	35	04	Matutino e Vespertino	2019
Técnico em Informática	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	02	Noturno	2019
FIC - Assistente Administrativo	Gestão e Negócios	Assistente Administrativo	Presencial	30	01	Noturno	2020
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Vespertino	2020
FIC - Gestão de Pessoas	Gestão e Negócios	Gestão de Pessoas	Presencial	30	01	Noturno	2020
Programação de Jogos Digitais	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Vespertino	2020
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	02	Vespertino e Noturno	2021
Bacharelado em Administração	Gestão e Negócios	Bacharel em Administração	Presencial	40	01	Noturno	2021
Programação de Jogos Digitais	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	04	Matutino e Vespertino	2021
Redes de Computadores	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Noturno	2021

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
FIC - Programação Mobile	Informática	FIC em Programação Mobile	Presencial	40	01	Vespertino	2021
FIC - Gestão de Pessoas	Gestão e Negócios	FIC em Gestão de Pessoas	Presencial	30	01	Vespertino	2022
Bacharelado em Administração	Gestão e Negócios	Bacharel em Administração	Presencial	40	01	Noturno	2022
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Vespertino	2022
Técnico em Comércio - PROEJA	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Noturno	2022
Técnico em Informática - PROEJA	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Noturno	2022
FIC - Assistente Administrativo	Gestão e Negócios	FIC em Assistente Administrativo	Presencial	30	01	Noturno	2022
FIC – Redes de Computadores	Informática	FIC em Redes	Presencial	40	01	Vespertino	2022
FIC - Programação Web	Informática	FIC em Programação Web	Presencial	40	02	Vespertino e Noturno	2022
Programação de Jogos Digitais	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	04	Noturno	2022
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	02	Vespertino e Noturno	2023
Bacharelado em Administração	Gestão e Negócios	Bacharel em Administração	Presencial	40	01	Noturno	2023

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	35	02	Matutino	2023
FIC - Programação Mobile	Informática	FIC em Programação Mobile	Presencial	40	01	Vespertino	2023
Licenciatura	Matemática	Licenciatura em Matemática	Presencial	40	01	Vespertino	2023
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informática	Bacharelado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	40	01	Noturno	2023
Sistema de Informações	Informática	Bacharelado em Sistema de Informações	Presencial	40	01	Noturno	2023
FIC – Redes de Computadores	Informática	FIC em Redes de Computadores	Presencial	40	01	Vespertino	2023
FIC - Gestão de Pessoas	Gestão e Negócios	FIC em Gestão de Pessoas	Presencial	30	01	Vespertino	2024
Bacharelado em Administração	Gestão e Negócios	Bacharel em Administração	Presencial	40	01	Noturno	2024
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Vespertino	2024
Técnico em Comércio - Integrado	Gestão e Negócios	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Matutino	2024
Técnico Informática - Integrado	Informática	Técnico de Nível Médio	Presencial	40	01	Matutino	2024
FIC - Assistente Administrativo	Gestão e Negócios	FIC em Assistente Administrativo	Presencial	30	01	Noturno	2024

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/TURMA	Nº TURMA/ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
FIC - Programação Web	Informática	FIC em Programação Web	Presencial	40	01	Vespertino	2024
FIC – Programação Mobile	Informática	FIC em Programação Mobile	Presencial	40	01	Vespertino	2024
FIC – Redes de Computadores	Informática	FIC em Redes de Computadores	Presencial	40	01	Noturno	2024

3.8 Campus Propriá

Quadro 16 - oferta de cursos e vagas: Campus Propriá

CURSO	ÁREA	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº TURMA/ANO	ALUNOS/ANO	TORNOS	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	Técnico na forma Concomitante	Presencial	1	40	Matutino/Vespertino	2020
Instalador e reparador de redes, cabos e equipamentos telefônicos	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	1	20	Vespertino/Noturno	2021
Montagem e manutenção de computadores	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	1	20	Vespertino/Noturno	2022

3.9 Campus Socorro

Quadro 17 - oferta de cursos e vagas: Campus Socorro

NOME DO CURSO	ÁREA/EIXOS TECNOLÓGICOS	HABILITAÇÃO	MODALIDADE	Nº DE ALUNOS/ TURMA	Nº TURMA/ ANO	TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO	ANO PREVISTO PARA IMPLANTAÇÃO
Técnico em Enfermagem	Ambiente e Saúde	Técnico, na forma integrada	Presencial	80	80	Diurno	2024
Superior de Licenciatura em Ciências Naturais	Ambiente e Saúde	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2023
Superior de Tecnologia em Sistemas Embarcados	Informação e Comunicação	Tecnólogo	Presencial	40	1	Noturno	2020
Inclusão Digital	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2021
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Técnico, na forma concomitante	Presencial	40	1	Diurno	2020
Pintor de Obras Imobiliárias	Infraestrutura	FIC	Presencial	40	1	Diurno	2020
Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	Infraestrutura	FIC	Presencial	40	1	Diurno	2020

3.10 Campus Poço Redondo (em implantação)

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 A pluricurricularidade no IFS

Ao ser criado, através da Lei n. 11.892/2008, o IFS adquire, a capacidade de ofertar e ampliar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades da Educação Básica e Superior. Isso significa que a instituição pode oferecer cursos de Formação Inicial ou Continuada para alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino fundamental, cursos técnicos articulados ao ensino médio, além de cursos de graduação e pós-graduação.

A diversidade de ofertas pressupõe que a mesma instituição esteja dotada de uma pluralidade de currículos. No IFS, a pluricurricularidade está pautada nos princípios da verticalização e da integração dos diferentes cursos. A verticalização possibilita que nossos alunos possam cumprir todas as etapas da aprendizagem em nossa instituição. Assim, um jovem que se matricula no IFS para estudar no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Hospedagem na modalidade PROEJA, ao concluir, pode continuar os estudos, através da submissão ao processo seletivo do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e, mais adiante, ser aluno do Mestrado Profissional em Turismo.

Para o aluno, além de cumprir as diversas etapas da aprendizagem na mesma instituição, a verticalização e a integração dos cursos permitirão que ele desenvolva atividades de pesquisa ainda na Educação Básica. O aluno pode ingressar na iniciação científica, aprofundar sua pesquisa na graduação e na pós-graduação.

Ao mesmo tempo em que integra, a verticalização proporcionada pela pluricurricularidade também lança desafios. Quando um mesmo espaço educativo inova ao ofertar as diversas etapas de aprendizagem, é preciso assegurar que se construam itinerários formativos flexíveis e que permitam o diálogo e a integração entre a Educação Básica e Superior, afinal, este é o objetivo maior dos Institutos Federais. Para tanto, este PPPI, bem como os PPCs, são elaborados com ênfase na formação integral dos sujeitos e na aplicação de metodologias voltadas para indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, os currículos propostos nos cursos oferecidos pelo IFS são desenvolvidos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e dos cursos de graduação.

A seguir, estão delineadas as finalidades e características dos currículos nos diversos níveis de oferta: Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos de Graduação em Licenciatura, Cursos de Graduação em Bacharelado e Cursos de Pós-Graduação.

Além dos níveis de oferta, estão descritas as finalidades e as características das seguintes modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação a Distância.

4.1.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional

A finalidade principal dos cursos de Formação Inicial e Continuada ou de qualificação profissional é desenvolver habilidades profissionais para o ingresso/reingresso, qualificação do cidadão no mundo do trabalho e elevação do nível de escolaridade. A oferta de cursos FIC é efetivada por meio de cursos e programas que visam a qualificação, o aperfeiçoamento, a atualização de conhecimento e o desenvolvimento profissional de trabalhadores de eixos diversos, abertos à comunidade interna e externa, buscando atender às necessidades do público em questão.

A organização curricular é baseada nos eixos tecnológicos apresentados no Guia Pronatec de cursos FIC. Apresentam matriz curricular, carga horária e duração variadas e são efetivados mediante convênios, projetos de extensão ou cursos, podendo ser ofertadas com carga horária presencial e a distância.

No IFS, atualmente, são ofertados quatro cursos FIC, em dois campi, conforme quadro abaixo: O Campus Tobias Barreto oferta o Curso FIC Vendedor e o Curso FIC Operador de Computador. No Campus Propriá, são ofertados o Curso FIC de Agente de Inclusão Digital e o Curso FIC de Programador Web.

Quadro 18 - cursos FIC ofertados

CAMPUS	CURSO
Tobias Barreto	FIC Vendedor
	FIC Operador de Computador
Propriá	FIC de Agente de Inclusão Digital
	FIC de Programador Web

4.1.2 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

Os currículos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio têm como pressuposto a formação integral do profissional, superando a segmentação e a desarticulação entre formação geral e formação profissional. Partem da compreensão de que a educação é o exercício de prática social transformadora e de que a função deste Instituto é promover uma educação que integre os saberes científicos, tecnológicos e humanistas, visando à formação de um cidadão crítico, reflexivo, competente tecnicamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de se inserir de forma satisfatória no mundo do trabalho.

São cursos de matrícula única, ofertados somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental. Estes cursos que conduzem os alunos à formação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica. Os cursos são organizados por eixos tecnológicos, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O catálogo também orienta a carga horária destes cursos, visto que o mínimo a ser cumprido no itinerário formativo é de 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, que corresponde à carga horária relativa à formação geral de 2.400 horas, acrescida à carga horária da formação técnica estabelecida pelo catálogo.

Desta forma, é importante avaliar as possibilidades e/ou limitações das matrizes curriculares, adequando as mesmas de tal forma que possibilite o diálogo efetivo, obedecendo os diferentes níveis de interdisciplinaridade, entre as disciplinas de formação geral e de formação técnica. Logo, harmonizar a matriz curricular do curso construindo uma carga horária semanal que não ultrapasse a capacidade de absorção dos estudantes, resultando na formação integral de qualidade.

No IFS, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio são ofertados em seis campi, conforme a quadro abaixo:

Quadro 19 - Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Edificações
	Eletrônica
	Eletrotécnica
	Informática
	Química
	Alimentos
Estância	Edificações
	Eletrotécnica
Glória	Agropecuária
Itabaiana	Agronegócio
	Manutenção e Suporte em informática
Lagarto	Edificações
	Eletromecânica
	Rede de Computadores
São Cristóvão	Agroindústria
	Agropecuária
	Aquicultura
	Manutenção e Suporte em Informática

4.1.3 Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio

O propósito dos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio é o de complementar a formação técnica aos estudantes que estejam cursando o Ensino Médio. Neste caso, a oferta implica em matrículas distintas entre o curso técnico e o Ensino Médio. A concomitância pode ocorrer numa mesma instituição, onde o aluno frequenta, em um turno, o Ensino Médio e no outro o curso técnico. Também pode ocorrer, em instituições diferentes, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis. Há ainda a possibilidade de oferta em instituições distintas, mediante convênio ou acordo de intercomplementaridade.

O IFS adota a terceira possibilidade como forma de oferta, através de Acordos de Cooperação Técnica junto à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. Por meio do acordo, os alunos frequentam o Ensino Médio em escolas da Rede Estadual de Ensino e a formação técnica em nossa instituição. O projeto pedagógico destes cursos é elaborado de forma partícipe entre as duas instituições, buscando a integração dos conteúdos. Além disso, os cursos são estruturados respeitando os eixos tecnológicos, a carga horária e o perfil

profissional do egresso, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. No IFS, os Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio são ofertados em dois campi, conforme o quadro abaixo:

Quadro 20 - Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio ofertados

CAMPUS	CURSO
Tobias Barreto	Comércio
	Desenvolvimento de Sistemas
São Cristóvão	Agroindústria
	Manutenção e Suporte em Informática

4.1.4 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio

A oferta destes cursos é destinada aos egressos ou concluintes do Ensino Médio. A organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na forma subsequente, possibilita a construção de conhecimentos técnico-científicos e socioeconômicos necessários ao desempenho da atividade laboral definida pela habilitação profissional. Esses currículos proporcionam condições para o desenvolvimento do espírito investigativo e crítico em relação aos processos produtivos e à organização do trabalho, através de saberes contemplados em seus componentes curriculares.

Os cursos são estruturados conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos no que concerne aos eixos tecnológicos, ao perfil profissional do egresso e a carga horária mínima que deve ser de 800, 1.000 ou 1.200 horas. No IFS, os Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio são ofertados em nove campi, conforme a quadro abaixo:

Quadro 21 - Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Rede de Computadores
	Eletrônica
	Eletrotécnica
	Hospedagem
	Segurança no Trabalho
	Guia de Turismo
	Edificações
	Química
	Informática
	Alimentos

	Petróleo e Gás
Estância	Eletrotécnica
	Edificações
Glória	Agroecologia
	Alimentos
Itabaiana	Agronegócio
	Manutenção e Suporte em Informática
Lagarto	Edificações
	Eletromecânica
Propriá	Rede de Computadores
	Manutenção e Suporte em Informática
São Cristóvão	Agroindústria
	Agrimensura
	Agropecuária
	Manutenção e Suporte em Informática
	Aquicultura (Em vias de implantação)
Socorro	Manutenção e Suporte em Informática
Tobias Barreto	Comércio
	Informática

4.1.5 Cursos Superiores de Tecnologia

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, a educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Nesse contexto, os cursos superiores de tecnologia têm como objetivo atender as demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade, sob uma angulação crítica das relações com o processo produtivo, alinhando-se às políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país. Esses cursos são de curta duração, de no mínimo dois anos, destinados aos estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, são cursos de graduação. Estes profissionais podem ingressar em cursos de pós-graduação, para

obtenção do título de especialização (*lato sensu*) ou de mestrado e de doutorado (*stricto sensu*).

A oferta de cursos superiores de tecnologia no Instituto Federal de Sergipe é um marco para a Educação Profissional e Tecnológica, pois, possibilita a capacitação de profissionais de excelente qualidade para atender às necessidades regionais nos diversos setores produtivos que abrangem o Estado de Sergipe. Contando atualmente com cursos dessa modalidade sendo ofertados em seis campi do IFS, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 22 - Cursos Superiores de Tecnologia ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo
	Tecnologia em Gestão Ambiental
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Glória	Tecnologia em Laticínios
Itabaiana	Tecnologia em Logística
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial
São Cristóvão	Tecnologia em Alimentos
	Tecnologia em Agroecologia
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação

4.1.6 Cursos de Licenciatura

De acordo com a Resolução CNE/CP 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, a formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão.

Os currículos dos cursos de licenciatura devem garantir, entre outros, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da

educação, seus fundamentos e metodologias, tais conteúdos devem ser trabalhados de maneira a garantir a concomitância entre teoria e prática.

Atendendo ao disposto acima, os projetos pedagógicos das Licenciaturas do IFS visam à formação docente para atuar na Educação Básica e Profissional, com os currículos estruturados de maneira a formar o docente com saberes e conhecimentos pedagógicos e científicos, que viabilizem uma prática compatível com as demandas educativas de promoção e desenvolvimento dos alunos. Esse currículo prioriza estratégias que desenvolvam no licenciando atitudes éticas, críticas, reflexivas e investigativas frente ao processo de ensino e de aprendizagem, contemplando em seus componentes curriculares a pesquisa como uma prática inerente ao fazer pedagógico e possibilitando ao licenciando a compreensão do papel sociopolítico da educação. Atualmente, o IFS oferece três cursos de Licenciatura em dois campi, conforme quadro abaixo:

Quadro 23 - Cursos de Licenciatura ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Licenciatura em Matemática
	Licenciatura em Química
Lagarto	Licenciatura em Física

4.1.7 Cursos de Bacharelado

Os cursos de bacharelado seguem diretrizes curriculares próprias, instituídas através de Resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Nelas são delineados os componentes curriculares, a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil desejado do formando, os conteúdos e atividades curriculares presentes no processo formativo dos educandos, e outros.

Nos Cursos de Bacharelado ofertados pelo IFS, as propostas curriculares apresentam itinerários formativos que propiciam formação profissional aos estudantes, capacitando-os a desenvolver novas tecnologias. Estimulam-se os bacharéis a atuarem de maneira eficiente na identificação e resolução de problemas, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade. As propostas curriculares estão ancoradas em dois princípios: o primeiro pressupõe a necessidade de serem criados cursos flexíveis,

permanentemente atualizados e contemporâneos da tecnologia; o segundo implica a oferta de cursos que tenham nichos de mercado claramente definidos. Atualmente o IFS oferece seis cursos de Bacharelado em quatro campi conforme quadro abaixo:

Quadro 24 - Cursos de Bacharelado ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Engenharia Civil
Lagarto	Sistemas de Informação
	Engenharia Elétrica
	Arquitetura e Urbanismo
Estância	Engenharia Civil
Itabaiana	Ciência da Computação

4.1.8 Cursos de Pós-graduação

A oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica fortalece a verticalização do ensino em todos os níveis da educação. Ademais, corrobora para a superação da concepção de uma educação profissional dualista, que separa a teoria e a prática, a ciência e a técnica. Estes cursos são voltados para o desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

No Brasil, os cursos da pós-graduação *stricto sensu* são estruturados por área: a acadêmica, que visa a produção científica em uma determinada área, sem a preocupação com a aplicação dos resultados; e a profissional que busca tanto a produção de conhecimentos, quanto ao desenvolvimento dos produtos resultantes da produção científica. Todos eles são normatizados pela Resolução CNE/CP 07/2017, que define, dentre outros, o processo autorizativo, a avaliação e a configuração dos cursos.

O IFS ofertou pós-graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos entre 2008 e 2015 e se prepara para voltar a oferecer especializações tanto presenciais como por meio da EAD. Atualmente, oferta dois cursos de pós-graduação em nível de mestrado, conforme o quadro abaixo:

Quadro 25 - Cursos de Pós-graduação ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Mestrado Profissional em Turismo
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

4.1.9 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica destinada a atender àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos na idade própria. Constitui-se enquanto instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

Considerando-se o público atendido, a EJA pauta-se pela flexibilidade curricular, pela atenção às diferentes necessidades de cada educando e pelo desenvolvimento de competências para o trabalho. Neste aspecto, o Estado Brasileiro determina que a EJA deve estar articulada, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica (§ 3º do artigo 37 da LDB, incluído pela Lei nº 11.741/2008).

É exemplo desta articulação o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Este programa, instituído pelo Decreto n. 5.840/2006, se propõe a oferecer ao público da EJA o ensino médio integrado à educação profissional, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal (MEC, 2007).

Conforme o Decreto n. 5.840/2006, o PROEJA abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I – Formação Inicial e Continuada, articulada ao ensino fundamental ou médio: os cursos de Formação Inicial e Continuada devem contar com carga horária mínima de 1.400 horas, sendo, no mínimo, 1.200 horas destinadas à formação geral de acordo com a base nacional comum, e, no mínimo, 200 horas para a formação profissional.

II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de forma integrada ou concomitante: quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio, estes devem contar com o mínimo de 2.400 horas,

assegurando-se o mínimo de 1.200 horas destinadas à formação geral, além da carga horária mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No IFS, os cursos do PROEJA são ofertados em dois campi conforme a quadro abaixo:

Quadro 26 - cursos Proeja ofertados

CAMPUS	CURSO
Aracaju	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Desenho de Construção Civil
	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Hospedagem
São Cristóvão	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Manutenção e Suporte de Informática
	Formação Inicial e Continuada em Operador de Computador

4.1.10 Educação do Campo

Esta modalidade de ensino tem como propósito a oferta de educação básica e superior às populações do campo. São consideradas populações do campo os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

A educação do campo tem como princípios, dentre outros, o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; como também, o estímulo ao desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

A articulação da Educação do Campo com a Educação Profissional e Tecnológica está prevista na Resolução CNE/CEB n. 01/2002, na Resolução CNE/CEB n. 06/2002 e no Decreto n. 7.352/2010. Conforme estes documentos, é garantido o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, nas formas

integrada, concomitante e subsequente às populações do campo. Para tanto, é preciso ter em mente que a formulação de propostas de EPT para essas populações implica, necessariamente, na análise de suas realidades e na construção de um projeto político pedagógico que considere as especificidades do campo, as lutas dos povos do campo e o seu direito à terra e ao território.

Em outras palavras, a oferta da EPT do campo implica formar educandos dispostos a refletir acerca da realidade em que vivem e das contradições reais envolvidas e no diálogo com os movimentos sociais do campo. Isto inclui a formação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação, entre outras, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida e por isso deve ter centralidade na formação para o trabalho do campo (Parecer CNE/CEB n. 11/2012).

Atualmente, o IFS oferta cursos na modalidade da Educação do campo articulada com a Educação Profissional e Tecnológica em três campi, conforme a quadro abaixo:

Quadro 27 - cursos na modalidade da Educação do campo ofertados

CAMPUS	CURSO
Estância	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Aquicultura
Glória	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Agroecologia
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Alimentos
	Curso Superior de Tecnologia em Laticínios
São Cristóvão	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Agroindústria
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Concomitante em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Concomitante em Agroindústria
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Agropecuária

	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Agroindústria
	Curso Superior de Tecnologia em Alimentos
	Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Aquicultura (Em vias de implantação)

4.1.11 Educação Inclusiva na perspectiva das necessidades específicas

A concepção de inclusão perpassa por um entendimento amplo do conceito que vai além do ato de incluir pessoas com necessidades específicas, mas também, diversos grupos excluídos historicamente, como negros, índios ou quilombolas, mulheres, alunos de escola pública e pessoas com deficiência. Segundo Bezerra e Souza (2012, p. 30) a:

[...] educação inclusiva, a rigor, seria um processo dirigido à universalização da educação de boa qualidade para todos, em todos os níveis, com todos e por toda a vida. Não se pode reduzi-la a uma única etapa da Educação Básica nem à exclusiva preocupação com as pessoas em situação de deficiência ou com deficiências, que ocuparam sempre a centralidade da educação especial. Trata-se da questão da própria interação partes/todo”.

Dessa forma a Educação Inclusiva tem sido compreendida a partir da concepção que se constitui na escolarização de todas as pessoas, respeitando as diferenças e diversidades no processo de aprendizagem, e, que se propõe a re(formular) as práticas pedagógicas, resultando assim, numa ruptura de paradigmas e estereótipos instituídos nos sistemas escolares.

De acordo com o Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB nº 9.394/1996) os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências,

e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

I - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

II - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2010, p. 19).

O Decreto 7.611 de 2011 em seu Art. 5 traz como responsabilidade da União prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Tal apoio consiste em:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braile para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de

vínculos interpessoais;
V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

O Instituto Federal de Sergipe, foi criado no ano de 2008, de acordo com o Projeto de lei 3775/2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, com sede em Aracaju e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, sediada no município São Cristóvão/SE. Registros do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, indicam que em agosto de 2001, foi implantado o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEE, visando assessorar, planejar e executar as políticas voltadas para pessoas com necessidades educacionais específicas. Essa iniciativa mostra a preocupação da instituição com a educação inclusiva no Estado, em cumprimento com o preconizado na LDB.

No ano de 2012, o Instituto Federal de Sergipe, altera a nomenclatura do NAPNEE para Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. O NAPNE (via portarias institucionais) passa a ter representatividade no *campus* São Cristóvão, no *campus* Lagarto e nos demais *campi* implantados, através do processo de expansão do IFS: Itabaiana, Glória e Estância. Atualmente, nos 09 (nove) *campi* do Instituto Federal de Sergipe têm instituído o seu NAPNE, com representantes locais. Os NAPNE's do Instituto Federal de Sergipe se encontram vinculados à Pró-reitora de Ensino – PROEN, através da Diretoria de Assuntos Estudantis – DIAE, com ações planejadas pela Coordenação Geral de Suporte psicossocial e psicopedagógico da DIAE.

Os NAPNE's são compostos por profissionais de diferentes áreas de atuação, formando uma equipe multidisciplinar, e tem por missão promover a educação para a convivência, o respeito às diferenças e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição e no espaço social mais amplo, de forma a efetivar os princípios da educação inclusiva. Ainda, contribuir no processo de implementação de políticas de acesso, permanência e aprendizagem de pessoas com necessidades específicas; estimular atitude de inclusão na comunidade interna e externa de modo que as

peçoas, em seu percurso, adquiram conhecimentos profissionais e também uma formação humana pautada na ética, na solidariedade e no respeito às diferenças.

Visando maximizar as ações inclusivas em cada *campus* foi formado o Grupo de Trabalho do NAPNE, composto pelos representantes dos Núcleo de cada *campi*, com o objetivo de construir e fortalecer as ações de Educação Inclusiva no IFS, e dessa forma busca reduzir as barreiras educativas através de uma política inclusiva, criando possibilidades diferenciadas para ensinar, focando o olhar nas potencialidades e não somente nas dificuldades apresentadas pelo aluno, enxergando o aluno na sua totalidade e concretude, e a escola, como meio de desenvolvimento.

Outras iniciativas de inclusão dos estudantes do IFS estão sendo desenvolvidas, a exemplo das ações de empoderamento do gênero feminino e LGBT nas iniciativas da Diretoria de Assuntos Estudantis, instituída pela Portaria nº 748, de 12 de março de 2018, e alterada pela Portaria nº 1.441, de 17 de maio de 2018. No ano de 2019, a Reitoria do IFS, visando reforçar as ações de educação inclusiva e dinamizar as soluções para as demandas dos estudantes, designou através das Portarias Nº 898 e 899 de 08/04/2019 representante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e do Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva, respectivamente.

Considerando o conceito amplo de Educação Inclusiva, a DIAE e suas coordenadorias, vem desenvolvendo ações e criando ferramentas de auxílio à inclusão, visando fortalecer o processo de permanência e êxito dos estudantes do IFS. Citam-se as parcerias com diferentes órgãos públicos e privados no desenvolvimento de ações voltadas aos alunos com necessidades específicas e oportunidades de estágios para estudantes de diferentes cursos, além de lançamentos de editais que contribuem para a inclusão das diferentes categorias de estudantes presentes nesta Instituição de Ensino.

4.1.12 Educação a Distância

Conforme o Decreto n. 9.057/2017, a Educação a Distância é a modalidade educativa, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de

informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A oferta da Educação a Distância possibilita o processo de democratização da EPT e a sua implementação deve observar requisitos de qualidade e de acessibilidade. A consecução dessa propositura impõe desafios pedagógicos que definem a necessidade de adoção de novos procedimentos de ensino, 47 dentre os quais a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem, através da utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação, pois a Educação a Distância exige envolvimento de estudantes e professores no processo educativo, que ocorre em lugares ou tempos diversos, através de construção de novas redes de aprendizagens.

Através da parceria com a Rede e-Tec, o IFS já ofertou cursos técnicos a distância nas formas subsequente e concomitante, e adquiriu dessa forma expertise para ofertar cursos institucionais, ou seja, com pessoal e recursos próprios.

Em 2014 e 2015, foram ofertados cursos técnicos subsequentes pela rede e-Tec. Em 2017 houve outra oferta de cursos do Programa MedioTec EaD, através de verba oriunda de pactuação com o FNDE/MEC e em convênio com a Secretaria de Estado da Educação. O MedioTec EaD foi destinado a alunos regularmente matriculados na rede pública estadual de educação. Essa foi a primeira experiência em EaD com estudantes do Ensino Médio, ofertada na forma concomitante, na qual os encontros presenciais ocorriam contra turno em que o aluno cursava o ensino médio regular.

Através desses Programas, com os cursos a distância, o IFS expandiu suas ações no Estado de Sergipe, ofertando turmas em municípios onde não havia campus, como: Capela, Amparo de São Francisco, Itabaianinha e Canindé de São Francisco. Além disso, ofertou também cursos técnicos que não fazem parte da oferta regular, como Administração, Informática para Internet, Transações Imobiliárias e Reabilitação de Dependentes Químicos.

Em 2016, foi iniciada a primeira ação de educação a distância no IFS com o intuito de institucionalizar essa modalidade de ensino. Decorrente da ausência

de docente de Língua Inglesa no campus Tobias Barreto, o material de estudo da disciplina Inglês Instrumental começou a ser produzido por uma docente do campus Aracaju, a qual produziu os recursos audiovisuais no estúdio da EaD e utilizou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para ministrar a disciplina.

Outra oferta que não foi fruto de pactuação de programas governamentais foram as disciplinas optativas do Mestrado Profissional em Educação profissional e Tecnológica. Em 2018 e 2019, foram ofertadas a distância as disciplinas Tópicos Especiais e Políticas Públicas, Diversidade e Inclusão, com matrícula permitida para qualquer estudante de todo o país que estivesse regularmente matriculado no referido programa de Mestrado. A partir do primeiro semestre letivo de 2019, ocorreu a primeira oferta de disciplinas semipresenciais em um curso superior do IFS. No Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema, a cada semestre letivo, os estudantes cursarão uma disciplina semipresencial.

5. OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

Com a criação da lei nº 11.892/08, o Governo Brasileiro institui os Institutos Federais de Educação e Tecnologia (IFETs), que estabelece a Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de atender todos os níveis e modalidades de ensino e que estes possam promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, incluindo programas de especialização, mestrados e doutorados otimizando, desta forma a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Esse sistema assegura possibilidades diversas de escolarização e abre caminho para a criação de itinerários de formação, a possibilidade de o aluno ingressar no ensino médio e avançar até o mestrado ou doutorado. Essa arquitetura curricular tornar-se-á possível dado o fato de os profissionais dessas novas instituições poderem dialogar, simultaneamente e de modo articulado da educação básica à pós-graduação.

Um dos objetivos gerais para a abertura de cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado é que contribuam com a promoção do estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. A oferta de cursos de pós-

gradação do IFS pode ser vista conforme quadro 06

Quadro 28 - Oferta de cursos de pós-graduação do IFS

Programa	Curso	Período	Campus
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo	Mestrado Profissional em Turismo	2020 a 2024	Aracaju
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT – Polo IFS)	2020 a 2024	Aracaju
-	Metodologia do Ensino	2020	Estância
-	Construção Civil	2021	Estância

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo tem como escopo a formação e qualificação interdisciplinar de profissionais do setor público e/ou privado na área de turismo e afins com seguintes objetivos:

- Capacitar e formar profissionais Mestres, mediante o estudo de técnicas, processos e temáticas que atendam à gestão do turismo, capazes de promover o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e regionais em bases sustentáveis e competitivas;
- Contribuir com o setor produtivo do turismo, agregando valor, competitividade e produtividade a destinos, empresas e organizações;
- Aprofundar a formação teórico-prática de gestores, técnicos, professores, pesquisadores e estudantes;
- Habilitar o aluno para a gestão de projetos e de instituições;
- Capacitar o aluno para elaborar, implementar e avaliar programas e projetos em turismo e para a identificação, desenvolvimento e sustentabilidade

de destinos turísticos.

O IFS é uma das Instituições Associadas (IAs) ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferta o curso mestrado profissional em Rede Nacional. Cada instituição constitui uma parcela da totalidade concebida com uma identidade comum, com vistas ao desenvolvimento de competências no Ensino da Educação Profissional e Tecnológica. O Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) é a IA que coordena o ProfEPT.

As informações sobre a pós-graduação do IFS podem ser acessadas pelo link: <http://www.ifs.edu.br/propex/>.

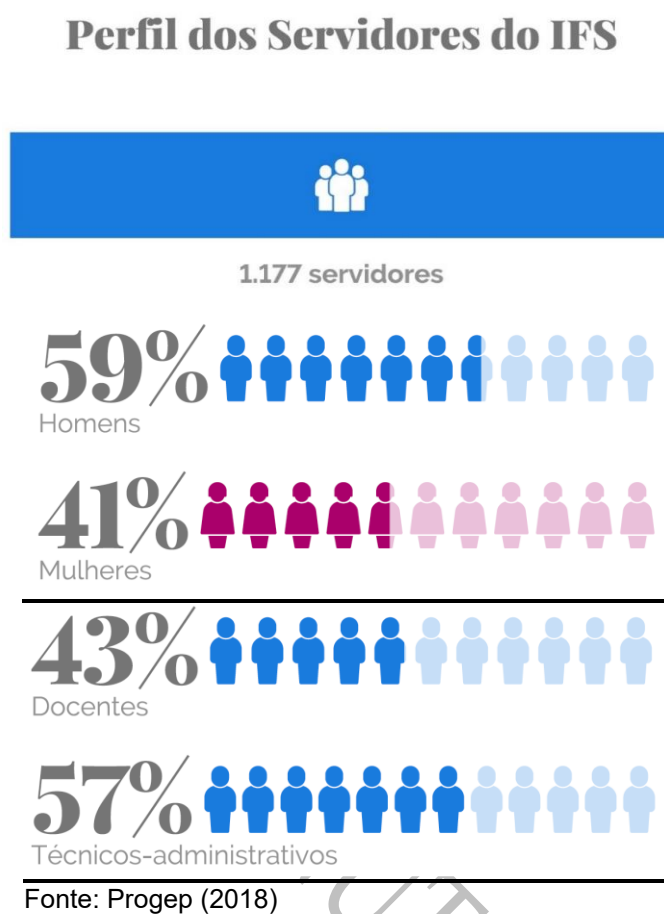
6. GESTÃO DE PESSOAS: PERFIL DO CORPO DOCENTE E DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

A Gestão de Pessoas do IFS desenvolver-se por meio da atuação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), ligada diretamente à Reitoria, que é o setor que coordena as políticas e os programas de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Instituto Federal de Sergipe e agora disponibiliza por meio deste meio digital as informações necessárias à formulação de pedidos relacionados à comunidade funcional do IFS. Para maiores informações sobre a Gestão de Pessoas pode ser acessado pelo endereço no site do IFS <http://www.ifs.edu.br/reitoria/pro-reitorias/progep>.

O corpo técnico da instituição é composto de 1.177, dados de 2018, servidores efetivos das carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), distribuídos nos dez campi e reitoria, conforme apresentado na Tabela 1.

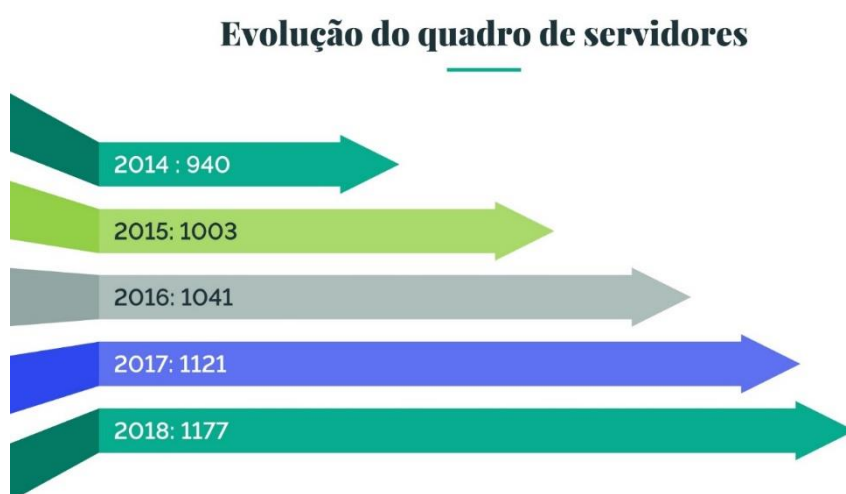
A figura de pessoal do Instituto Federal de Sergipe se resume em duas áreas: área meio e área fim. A área meio engloba diversos cargos da carreira de Técnicos Administrativos em Educação conforme disposto na [Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005](#) e a área fim, especificamente, com o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico respaldado pela [lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012](#).

Figura 10 - Perfil dos servidores do IFS



A evolução do quadro de servidores vem aumentando ao longo dos últimos 05 anos com um acréscimo de 237 servidores em nosso quadro conforme quadro 11.

Figura 11 - Evolução do quadro de servidores



Fonte: Progep (2018)

A distribuição da força de trabalho do Instituto nas unidades pode ser vista na tabela 1 – Força de trabalho das unidades.

Tabela 1 - Força de trabalho

Unidade	TAE	Docente	Total
Reitoria	168	0	168
Campus Aracaju	149	216	365
Campus São Cristóvão	114	74	188
Campus Lagarto	59	86	145
Campus Estância	42	47	89
Campus Itabaiana	35	39	74
Campus Glória	31	21	52
Campus Tobias Barreto	23	10	33
Campus Propriá	26	7	33
Campus Socorro	22	8	30
Total de servidores	669	508	1.177

Fonte: Progep (2018)

6.1 Perfil do Corpo Docente e dos Técnicos-administrativos

6.1.1 Requisitos da titulação do corpo docente

O corpo docente do IFS é composto por aproximadamente 85% de mestres e doutores conforme figura 11:

Figura 12 - Percentual de Mestres e Doutores



Fonte: Progep (2018)

O corpo docente do IFS possui um quadro de pessoal qualificado conforme observado na tabela 2 – Titulação do corpo docente.

Tabela 2 - Titulação do corpo docente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	34	122	57	216
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	108	488	285	884
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 878 / 216 = 4,09						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	4	29	14	47
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	12	116	70	198
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 198/47 = 4,21						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	12	8	21
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	48	40	91
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 91/21 = 4,33						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	4	24	11	39
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	12	96	55	163
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 163/39 = 4,18						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	19	48	17	86
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	57	192	85	336
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 336/86 = 3,91						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	6	0	7
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	24	0	27
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 27/7 = 3,86						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	5	37	30	74
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	15	148	150	315
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 315 / 74 = 4,26						
Campus Tobias Barreto						

Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	2	7	1	10
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	6	28	5	39

Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 39 / 10 = 3,90

Campus Nossa Senhora do Socorro

Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	3	4	8
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	12	20	35

Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 35/8 = 4,37

Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 2088 / 508 = 4,11

Fonte: PROGEP/IFS

O índice obtido aponta, por meio do peso multiplicado, que a média de titulação do corpo docente desta Instituição é de 4,11. Visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo docente para, dessa forma, elevar o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, o Instituto tem buscando valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado e doutorado.

Além disso, para que a totalidade dos docentes eleve a titulação num curto espaço de tempo, o Instituto vem estabelecendo tratativas com instituições para implementação de grupos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional.

Resultados positivos já estão sendo colhidos, comparando o exercício de 2017 ao de 2018 o índice de titulação do corpo docente aumentou no Instituto de 3,97 para 4,11.

6.1.2 Da existência do plano de carreira dos docentes e técnicos-administrativos

O plano de carreira dos docentes do IFS está sob a égide da [Lei n.º 12.772/2012](#) onde dispõe sobre:

✓	do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓	do ingresso nas carreiras e cargos isolados do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓	do desenvolvimento nas carreiras do plano de carreiras e cargos de magistério federal

✓	da remuneração do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓	do regime de trabalho do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓	do estágio probatório dos servidores do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓	da comissão permanente de pessoal docente
✓	do corpo docente
✓	dos afastamentos
✓	do enquadramento dos servidores da carreira de magistério do ensino básico federal
✓	da estrutura remuneratória do plano de carreiras de magistério do ensino básico federal

O plano de carreira dos técnicos-administrativos do IFS está sob a égide da [Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005](#) onde dispõe sobre:

✓	da organização do quadro de pessoal
✓	da estrutura do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação
✓	do ingresso no cargo e das formas de desenvolvimento
✓	da remuneração
✓	do enquadramento

6.1.3. Do regime de trabalho do corpo docente

Os docentes do IFS estão sob a égide da Lei n.º 12.772/2012, estando o plano de carreira especificado na referida legislação, que define como regimes:

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho. § 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

Desta forma, todos os concursos a partir de então deverão observar a legislação vigente, exigindo-se o regime de 40h com DE ou o regime de 20h e, excepcionalmente, para áreas específicas, o regime de 40h. A maioria dos docentes são Dedicação Exclusiva conforme visto no quadro 8.

Quadro 29 - Regime de trabalho do corpo docente

Campi	Início de Funcionamento	Número de Docentes Efetivos			
		20h	40h	DE	Total
Campus Aracaju	01/10/1909	10	17	189	216
Campus São Cristóvão	01/05/1934	0	3	72	75
Campus Lagarto	01/05/1994	1	2	83	86
Campus Estância	01/01/2011	0	0	47	47
Campus Itabaiana	01/01/2011	4	2	32	38
Campus Glória	01/01/2011	0	0	21	21
Campus Propriá	01/07/2014	0	0	7	7
Campus Tobias Barreto	01/04/2014	0	0	10	10
Campus Socorro	29/06/2017	0	1	7	8
Campus Poço Redondo	2019 (previsão)	0	0	0	0
Total		15	25	468	508

Fonte: Progep (2018)

6.2. Procedimentos para substituição dos docentes

A substituição de professores do quadro é efetuada a partir do momento da vacância do cargo, nas situações previstas no art. 33 da Lei n.º 8.112/90, sendo os principais a exoneração, a aposentadoria e a posse em cargo inacumulável, e ocorrendo tais eventos, automaticamente o código da vaga pode ser utilizado para a realização de concurso público ou para ser utilizado como contrapartida em processo de redistribuição.

Contamos ainda com a concessão de afastamentos dos docentes, com objetivo de possibilitar a participação em programas de pós-graduação stricto sensu, tendo como garantia a contratação de professores substitutos, na forma prevista em lei e nos limites impostos pelo Banco de Professor Equivalente

6.3 Requisitos da titulação dos técnicos-administrativos

O corpo técnico-administrativo em educação (TAE) do IFS é composto por aproximadamente 85% de mestres e doutores.

Quadro 30 - Total de servidores técnico-administrativo por requisitos da titulação e por regime de trabalho e titulação

Campus	EF			EM			G				E				M				D			
	20	30	40	20	30	40	20	25	30	40	20	25	30	40	20	25	30	40	20	25	30	40
Aracaju						17			1	49	3	1	9	52			1	14			1	3
Lagarto						4				21				23				11				
S. Cristóvão						15	1		1	35	1		2	38			3	14			1	3
Estância						3				15				16	1	1	1	5				
Itabaiana										17	1			10				7				
Glória					1					18				9				2				1
Propriá						4				12				7				3				
T. Barreto						2				8				10				3				
Socorro						3				6				6			1	4				2
Reitoria					1	3		1		29		2	4	93	1	1	4	29				
TOTAL	0	0	0	0	2	51	1	1	2	210	5	3	15	264	2	2	10	92	0	0	2	9

Fonte: Progep (2018)

Legenda: Ensino Fundamental (EF); Ensino Médio (EM); Graduação (G); Especialização (E), Mestrado (M); Doutorado (D)

Observando-se o quadro 30, há um número significativo de servidores TAEs com especialização, desta forma, faz-se necessário desenvolver política de incentivo a qualificação voltada para a formação em nível de mestrado e doutorado utilizando-se da própria formação oferecida pelo IFS, observando-se as necessidades formativas de cada ambiente organizacional no qual o servidor está inserido.

6.4. Dos critérios de seleção e contratação dos Técnicos-Administrativos

Os critérios de seleção e contratação dos Técnicos-Administrativos em Educação são selecionados por concurso público através de editais para provimento dos cargos efetivos.

A admissão dos novos servidores ocorre por meio de nomeação publicada no Diário Oficial da União (DOU) conforme a disponibilidade de vagas, por ordem de classificação do respectivo concurso público.

6.5. Capacitação: estratégia

O Instituto Federal de Sergipe – IFS, em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as demais Unidades (Diretorias Sistêmicas, Direções dos Campi, Pró-Reitorias, Reitoria), tem como objetivo promover ações de aperfeiçoamento por meio de cursos presenciais, voltados para a qualificação dos seus servidores e melhorias dos serviços prestados a sociedade.

Além disso, outra estratégia de aperfeiçoamento utilizada para capacitação é a parceria do IFS com a Escola de Governo ENAP, através do Programa ENAP em Rede, e com outras instituições em que são disponibilizados cursos de desenvolvimento técnico e gerencial para servidores públicos do Executivo Federal.

No âmbito da educação formal, o IFS também qualifica seus servidores em busca de uma gestão mais eficiente e do desenvolvimento do capital humano, através dos Programas de Mestrado Profissional em Gestão Pública em parceria com a UFRN e do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT.

Para maiores informações sobre capacitação acesso o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/capacitacao-servidor>.

6.6. Principais desafios e ações futuras

De acordo com os levantamentos de Governança Institucional temos como desafios:

Figura 13 - Desafios e ações futuras da gestão de pessoas

Desafios

- | | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | Implantar o planejamento estratégico da gestão de pessoas | 5 | Desenvolver a Gestão por competências dos servidores |
| 2 | Dimensionar, em termos qualitativos e quantitativos, a demanda por colaboradores e gestores | 6 | Construir e manter ambiente de trabalho ético e favorável |
| 3 | Assegurar o adequado provimento das vagas existentes | 7 | Gerir o desempenho dos colaboradores e gestores |
| 4 | Assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados | 8 | Favorecer a retenção dos colaboradores e dos gestores |

Fonte: Progep (2018)

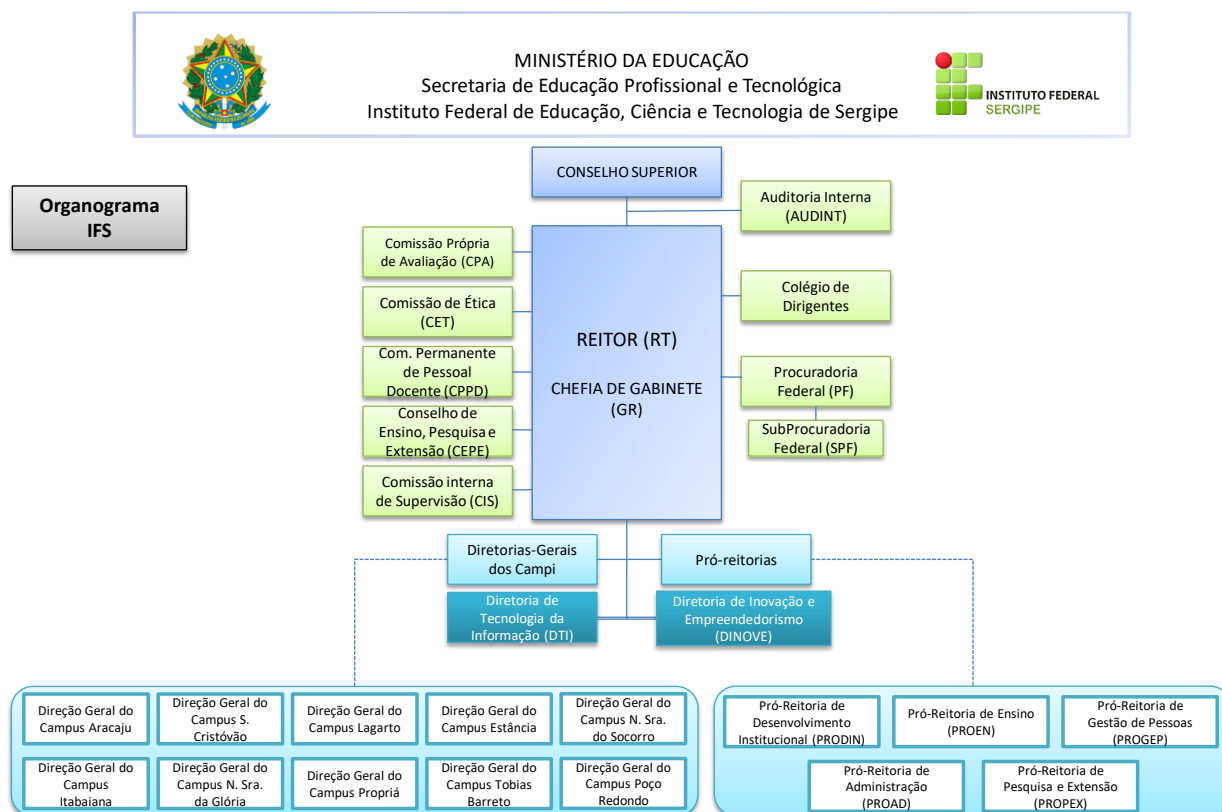
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS DE GESTÃO

7.1 Estrutura organizacional e acadêmico com as instâncias de decisão

A estrutura organizacional com as instâncias de decisão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe buscou adequar-se aos dispositivos regulamentados pelo Ministério da Educação. No Instituto Federal de Sergipe a estrutura organizacional de gestão está em conformidade com Estatuto aprovado pelo Ministro de Educação, regulamentando competências e atribuições no Regimento Geral do IFS e no Regimento Geral de seus *Campi* disponíveis no link: http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conse-lho_superior/estatuto/ESTATUTO_atualizado_con-forme_Termo_de_Audi%C3%Aancia.pdf.

A estrutura macro do Instituto Federal de Sergipe com suas instâncias de decisão pode ser visualizada na figura abaixo:

Figura 14 - Organograma do IFS



Fonte: site do IFS

7.2 Órgãos Colegiados: Atribuições, Competências e Composição (conforme Estatuto e Regimento Geral)

O Estatuto do Instituto Federal de Sergipe, aprovado pelo Ministério da Educação, prevê que os órgãos colegiados são dois: Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes. Acesse o link para informações sobre os órgãos colegiados: <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados>.

7.2.1 Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

Figura 15 - Composição do Conselho Superior

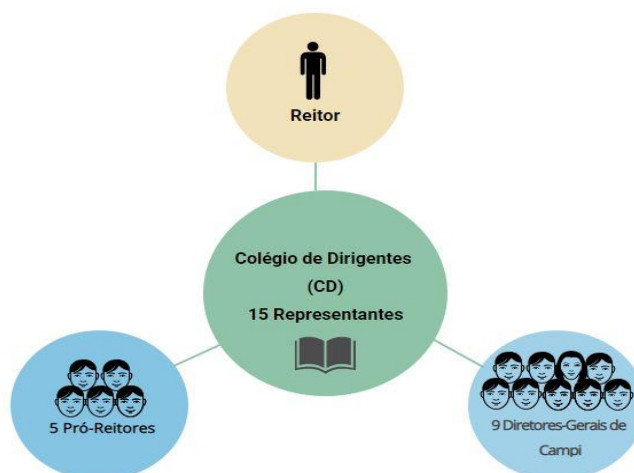


As competências e atribuições do Conselho Superior podem ser visualizadas nos documentos internos (Regimento Geral do IFS, Estatuto do IFS e Regimento Interno do Conselho Superior podendo ser acessados na internet através do endereço <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados/conselho-superior>.

7.2.2 Conselho de Dirigentes

Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

Figura 16 - Composição do Colégio de Dirigentes



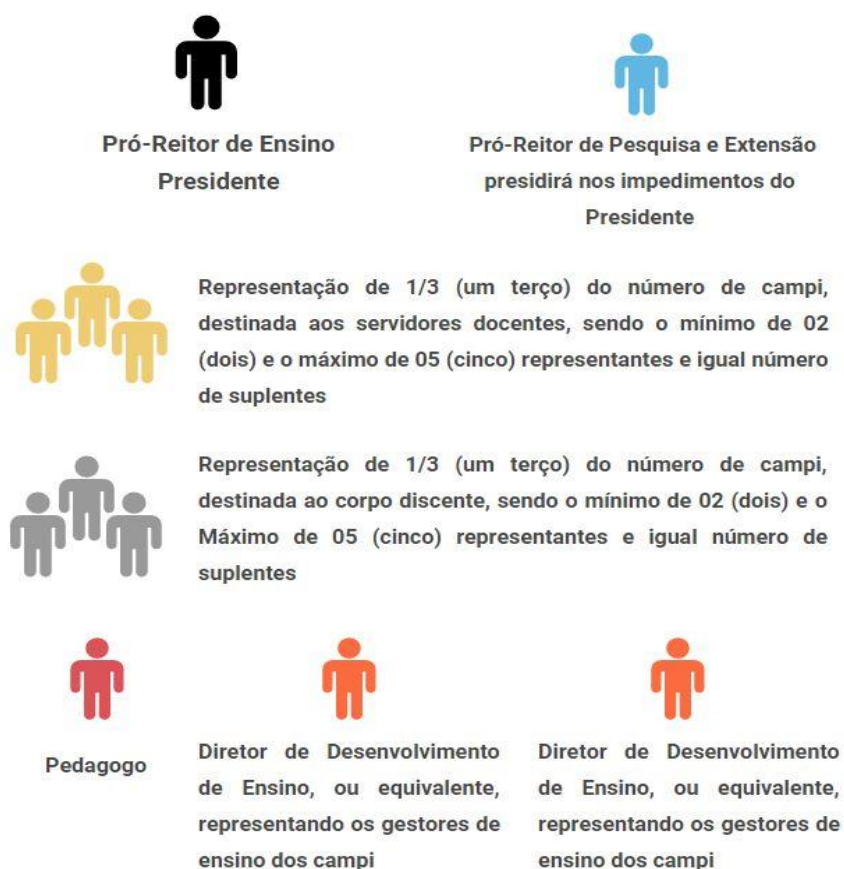
As competências e atribuições do Conselho Superior podem ser visualizadas no Estatuto do IFS podendo ser acessado na internet através do endereço:

http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho_superior/estatuto/ESTATUTO_atualizado_conforme_Termo_de_Audi%C3%Aancia.pdf.

O CEPE, órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que tange as políticas de ensino, pesquisa e extensão, é composto pelo plenário geral e três câmaras técnicas (ensino, pesquisa e extensão), com estrutura e composição definidas em Regimento aprovado pela Resolução nº 86/2014/CS/IFS podendo ser acessado na internet pela endereço https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/coligiados/filtro_busca.jsf

A composição do CEPE pode ser visualizada abaixo:

Figura 17 - Composição do CEPE



7.2.3 Autonomia do IFS em Relação à Mantenedora

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS - instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET-SE com a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC-SE, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, pessoa jurídica de direito público, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O IFS é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

7.3 Das ações de transparência e divulgação de informações da instituição

O IFS promove o acesso à informação pública, através de diversos canais de comunicação a sociedade. De acordo com o inciso I do o art. 6 da Lei Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI:

“Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação”.

Diante do exposto o IFS dispõe de diferentes meios e canais de comunicação diversificados e virtuais para dar transparência e divulgação das informações conforme observado no quadro 12.

Figura 18 - Canais e ferramentas de comunicação do IFS

Nossos Canais e Ferramentas de Comunicação

End: Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia
Bairro Jardins CNPJ: 10.728.444/0001-00/Aracaju
-SE|CEP: 49025-330-Brasil

-  reitoria@ifs.edu.br
-  55 (79) 3711-1400
-  <http://www.ifs.edu.br/>
-  <https://br.pinterest.com/ifsimagem/>
-  <https://www.facebook.com/institutofederaldesergipe/>
-  https://www.instagram.com/ifsergipe_oficial/
-  Ouvidoria: <http://www.ifs.edu.br/ouvidoria>



-  Portal de Dados Abertos:
<http://dados.ifs.edu.br/>
-  IFS PLAY: <http://www.ifs.edu.br/multimedia>
-  Documentos institucionais relevantes:
<http://www.ifs.edu.br/documentos>
-  Portal de Egressos:
<http://www.ifs.edu.br/egressos/>
-  Audios no IFS CAST:
<http://www.ifs.edu.br/2013-10-27-13-26-35>
-  Portal do Ingresso (Processo Seletivo):
<http://www.ifs.edu.br/seletivo>
-  IFS Digital : <https://ifsdigital.ifs.edu.br/>
-  Youtube: IFSergipe



Fonte: site do IFS

Acesse todos os canais e ferramentas de comunicação através do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/>.

8. PROJETO DO ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

O projeto foi desenvolvido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019. Este projeto visa o cumprimento do disposto no Art. 45 da Portaria MEC 315/2018 que estabelece a conversão para o meio digital de documentos e informações que compõem o acervo acadêmico tanto dos alunos matriculados quanto dos alunos egressos até 04 de abril de 2020. A conversão deverá ser realizada por métodos de digitalização que garantam a confiabilidade, a autenticidade, a integridade e a durabilidade de todas as informações dos documentos originais.

Dentro do universo do Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações, foi estabelecido como seu universo os documentos referentes à Assistência Estudantil, Educação Básica e Profissional, Extensão, Pesquisa e Ensino Superior. Já para sua amostragem foram definidos os documentos referentes aos assentamentos individuais dos alunos (dossiês dos alunos) tanto da Educação Profissional quanto do Ensino Superior.

O projeto é constituído em duas etapas:

1. digitalização dos documentos dos alunos que mantenham o vínculo com a instituição de ensino e continuidade em inserir os novos documentos no dossiê/pasta, pois a cada dia novos documentos são incorporados à vida acadêmica do aluno;

2. digitalização dos dossiês/pastas dos alunos egressos.

Na digitalização, o objetivo é a conversão fiel da imagem de um documento para código digital, gerando um representante digital daquele documento físico. Assim, os procedimentos para a formação do dossiê/pasta digitalizada do aluno são:

1. **Preparação** - consiste em organizar a documentação de cada pasta do aluno, remover agentes nocivos à preservação documental e a higienização dos documentos;

2. **Captura de Imagem** - é o processo de conversão de documentos físicos em uma imagem em formato digital por meio de equipamento apropriado;

3. **Conferência** - nesta etapa, as imagens são revisadas com o intuito de garantir a qualidade do arquivo capturado;

4. **Registro de Metadados** - consiste no registro de informações que descrevem e permitem localizar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

5. **Assinatura Digital** - a certificação digital ICP-Brasil é exigência da portaria

MEC 315/2018 em seu artigo 46, inciso IV “utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei, pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo”;

6. **Finalização** - a atividade de digitalização é encerrada com a inserção de termo de encerramento como último documento da digitalização e a inclusão do dossiê digitalizado no sistema, preferencialmente, assinado com o certificado digital;

7. **Registro de novos documentos** (alunos ativos) - após a finalização da digitalização, os novos documentos a serem inseridos no dossiê digitalizado do aluno ativo deverão ser cadastrados no sistema com determinados elementos de descrição.

Atendendo à Portaria MEC nº 315/2018, os recursos mínimos para o projeto são: Scanner de Produção e Alimentação Automática, Scanner de mesa (*flat bed*), Sistema Especializado de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos, Software para tratamento do representante digital, Certificação Digital Padrão ICP Brasil e Repositório Arquivístico Digital. Outros recursos poderão ser necessários à medida que o projeto se desenvolva ou crie mais graus de complexidade para atender às recomendações do instrumento normativo que estabelece a digitalização do acervo acadêmico.

O orçamento para este projeto deverá ser verificado junto aos setores responsáveis pelas aquisições, contratações e desenvolvimento tecnológico da instituição com base nas informações apresentadas no projeto e em outras que porventura venham a ser necessárias.

Espera-se, com o projeto, cumprir todas as recomendações da Portaria MEC 315/2018 bem como todas as recomendações arquivísticas vigentes para que o IFS possa instituir o seu Acervo Acadêmico Digital. Expecta-se, também, padronizar a documentação do dossiê do aluno do IFS, bem como reduzir o tempo para recuperação de suas informações.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB), setor subordinado à Reitoria do Instituto Federal de Sergipe (IFS), caracteriza-se por sua visão e missão pautadas na promoção do acesso e disseminação, uso e intercâmbio da informação, através das atividades pertinentes ao ensino, pesquisa, extensão e inovação, funcionando de forma descentralizada, porém com serviços integrados e padronizados. Para maiores informações sobre as bibliotecas acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dgb>. Fazem parte de sua estrutura interna os seguintes setores:

Figura 19 - Organograma da Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB)



Fonte: DGB (2019)

As Coordenadorias supracitadas são responsáveis por elaborar políticas de disseminação, tratamento e recuperação da informação, aquisição e desenvolvimento de coleções, capacitação de usuários, entre outras atividades de atendimento e suporte a todas as demais Bibliotecas do Instituto. Embora, a DGB mantenha vinculação hierárquica com as demais Bibliotecas dos campi que são constituídas conforme a seguir:

Figura 20 - Bibliotecas vinculadas a DGB



Fonte: DGB (2019)

Por conseguinte, todas as Bibliotecas dos campi são diretamente subordinadas à Diretoria de Ensino, Gerência de Ensino e/ou Gerência de Apoio e Inclusão dos respectivos campi.

É sabido que a rede de Bibliotecas do IFS se propõe a atender à comunidade acadêmica e ao público em geral, prestando serviços informacionais que contribuem para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS, com políticas de disseminação,

processamento técnico, recuperação da informação e desenvolvimento de coleções.

Complementarmente, a DGB também atua em outras frentes junto ao IFS: é membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA, instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e responsável pela implantação e pelo desenvolvimento de processos internos visando à avaliação institucional pelo MEC; atua como membro do Conselho Editorial da Editora do IFS – EDIFS, realizando a atividade de solicitar junto à Biblioteca Nacional o ISBN e junto ao IBICT o ISSN, além de gerenciar a impressão de todas as publicações institucionais feitas através da Editora; participa, também, de diversas Comissões de implantação ou reformulação de documentos tais como: Documento Referência de Coordenação de Curso, Documento Referência para Elaboração e Reformulação de PPC, Suspensão ou Extinção de Cursos, Normativa Interna para Trabalho de Conclusão de Curso do IFS, Regulamento dos Colegiados dos Cursos Superiores, Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.

9.1 Acervo das Bibliotecas

O Acervo das Bibliotecas do IFS que busca atender à comunidade acadêmica está distribuído entre as Bibliotecas dos campi denominadas: Biblioteca Campus Aracaju, Biblioteca Campus Itabaiana, Biblioteca Campus Glória, Biblioteca Campus São Cristóvão, Biblioteca Campus Estância, Biblioteca Campus Lagarto, Biblioteca Campus Propriá, Biblioteca Campus Tobias Barreto, Biblioteca Campus Socorro, Biblioteca de Pós-Graduação.

Essas unidades colocam à disposição dos usuários um acervo com mais de 90 mil itens, compreendendo livros, periódicos, monografias, mapas, filmes, documentários e outros materiais.

Em todo o Sistema de Bibliotecas a consulta ao acervo é permitida ao público em geral – comunidades interna e externa - e os empréstimos são permitidos aos docentes, discentes e técnico-administrativos, onde a quantidade de materiais a ser emprestado por usuário é: Discentes e Técnico-Administrativos: 3 livros, por 7 dias e Docentes: 5 livros, por 14 dias. As Obras

de Referência, Periódicos, Coleção Especial e todo primeiro exemplar de cada título destina-se, exclusivamente, à consulta local.

9.1.1 Acervo Digital

Disponibilizar o acervo digital para toda comunidade acadêmica da Instituição com o objetivo de incentivar a pesquisa dentro e fora da Instituição.

Para isso, através do site <www.ifs.edu.br/biblioteca> o usuário poderá acessar aos serviços on-line de consulta, renovação e reserva das Bibliotecas, gerenciados pelo *Pergamum*.

Quadro 31 - Acervo Digital

ACERVO DIGITAL GERAL						
ACERVO DIGITAL	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Normas ABNT e Mercosul – Target GedWeb	1	Novas assinaturas serão realizadas de acordo com as necessidades apresentadas e com a disponibilidade orçamentária.				
Biblioteca Virtual Universitária - Pearson	1					
Portal de Periódicos da Capes	1					
Repositório Institucional do IFS	1					
Portal Eletrônico de Revistas do IFS	1					
Hotsite do DGB trazendo várias bases de dados públicas	23					

Fonte: DGB

9.1.2 Periódicos de acesso livre e assinaturas



O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Seu acervo é de mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses, dissertações, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Pode ser acessado pela página da DGB ou pelo link direto: <www.ifs.edu.br/biblioteca/index.php/base-de-dados/periodicos-eletronicos>.

Segue uma lista de algumas bases de dados não periódicos da Capes.

Figura 21 - Base de dados não periódicos da Capes

- | | |
|--|---|
| 1 Biblioteca Virtual em Medicina Veterinária e Zootecnia | 4 Khan Academy |
| 2 CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais | 5 Physicae |
| 3 Investigações em Ensino de Ciências | 6 Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos |
| | 7 Scielo – Scientific Electronic Library Online |

9.1.3 Acervo Digital de Livros



A **Biblioteca Virtual Universitária (BVU)** é uma iniciativa pioneira para a oferta de livros

eletrônicos universitários em língua portuguesa. Desde 2005, a BV disponibiliza um acervo completo de e-books de livros-texto, com acesso ilimitado e multiusuário, é oferecido a toda a comunidade acadêmica, docentes, alunos de pós-graduação, alunos de graduação e servidores técnicos-administrativos do IFS. Pode-se acessar através da página da DGB ou do link direto: <http://ifs.bv3.digitalpages.com.br/users/sign_in>.

- | | |
|---|---------------------|
| • Base de Dados da Pesquisa Agropecuária da Embrapa | • EbooksBrasil |
| • Coleção Digital Machado de Assis | • Editora FGV |
| • Biblioteca do Congresso | • Projeto Gutenberg |
| • Biblioteca do Senado | • Google books |
| | • SOLARIS |

9.1.4 Acervo Digital Multidisciplinar



O **Repositório Institucional** do Instituto Federal de Sergipe (**RIFS**) tem como

objetivo armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Todos os seus conteúdos possuem acesso livre, buscando contribuir com a democratização do conhecimento e aumentar tanto a visibilidade como o

impacto da produção científica institucional. Segue link para acesso direto: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/>.



O acesso às **Normas da Coleção ABNT**, através da base de dados Target GedWeb é oferecido a toda a comunidade acadêmica, docentes, alunos de pós-graduação, alunos de graduação e servidores técnicos-administrativos que poderão consultar e visualizar toda a ABNT coleção, somente nos microcomputadores do Instituto, pois o acesso é permitido via IP. Segue link para acesso direto: <https://www.gedweb.com.br/ifs/>.

Quadro 32 - Acervo por Campus

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB						
ACERVO FÍSICO	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca Campus Aracaju	29.478	Crescimento de acordo com o número de cursos ofertados e quantitativo de vagas ofertadas por curso anualmente, além de atualização anual de acervo em 10%.				
Biblioteca Campus Lagarto	14.748					
Biblioteca Campus São Cristóvão	12.910					
Biblioteca Campus Estância	10.167					
Biblioteca Campus Itabaiana	7.246					
Biblioteca Campus Glória	5.430					
Biblioteca Campus Propriá	3.300					
Biblioteca Campus Tobias Barreto	2.824					
Biblioteca Campus Socorro	2.552					
Biblioteca da Pós Graduação	3.006					
DGB e Setoriais	766					

Fonte: Pergamum

Para que todos os usuários das Bibliotecas – discentes, docentes, técnicos e comunidade externa – sejam contemplados em seus interesses, o acervo é composto por diferentes materiais, diversificados em suas áreas do conhecimento e nos tipos de suportes, uma gama de itens é oferecida, conforme descrito a seguir:

- Acervo Geral: Livros
- Acervo Digital: E-books, artigos, apostilas, livros em PDF
- Multimeios: CDs, DVDs e audiolivros
- Obras de Referência: Acervo composto por materiais de consulta:
- Periódicos; Dicionários; Enciclopédias; Monografias; Teses; Dissertações; Folhetos, Atlas.
- Acervo Sergipano

O Acervo do Instituto Federal de Sergipe é dividido em áreas do conhecimento, conforme o disposto na Classificação Decimal Universal (CDU ou UDC) e é através desse código de classificação que o número de chamada dos itens da Biblioteca são gerados e os usuários conseguem encontrar um item específico em meio a tantos materiais disponíveis nas Bibliotecas, em seus diversos suportes. A CDU não é um código imutável e vem passando por modificações e expansões para atender as produções e inovações que surgem em nos mais variados assuntos. Abaixo segue um levantamento - emitido pelo Sistema Pergamum - da produção catalográfica por área do conhecimento das Bibliotecas do IFS:

Quadro 33 - Acervo por área de Conhecimento

BIBLIOTECA	Ciências Exatas e da Terra		Ciências Biológicas		Engenharias		Ciências da Saúde		Ciências Agrárias		Ciências Sociais e Aplicadas		Ciências Humanas		Linguística, Letras, Artes		Outros		TOTAL	
	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acervo	Exemplar
Aracaju	1740	9752	437	1778	891	4415	179	691	73	287	1389	4971	1832	5257	2650	4721	3	12	9194	31884
São Cristóvão	484	2358	294	1573	97	508	143	662	809	2645	610	2018	682	1305	1586	2277	1	6	4706	13352
Lagarto	1002	5845	122	364	561	2956	67	138	20	87	376	1174	721	2322	1301	2606	2	7	4172	15499
Estância	696	2610	124	391	537	2319	31	87	54	248	817	1962	848	2014	946	1787	3	33	4056	11451
Itabaiana	392	1789	83	324	54	250	56	235	78	392	729	2285	622	1431	923	1540	8	122	2945	8368
Glória	231	1200	127	446	67	433	55	265	259	761	317	1336	284	832	413	938	1	6	1754	6217
Propriá	200	735	35	102	15	79	25	70	7	54	415	909	490	1200	507	843	1	6	1695	3998
Tobias Barreto	173	662	20	75	34	114	16	60	11	58	467	1090	386	936	296	518	1	6	1404	3519
Socorro	110	463	18	61	37	153	18	56	19	60	357	882	361	866	245	609	1	6	1166	3156
BPG	166	443	77	142	49	133	13	21	10	51	443	887	346	1050	287	627	1	6	1392	3360
DGB e Setoriais	1	99	5	41	5	17	11	15	6	39	65	183	67	229	17	56	4	9	181	688
TOTAL	5195	25956	1342	5297	2347	11377	614	2300	1346	4682	5985	17697	6639	17442	9171	16522	26	219	32665	101492

Fonte: Pergamum (2019)

9.2 Horário de Funcionamento das Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas do IFS funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h. O horário das Bibliotecas poderá ser readequado a qualquer tempo para atender às necessidades dos campi. Acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/bibliotecas/bibliotecas-campus> e saiba mais sobre os horários de funcionamento.

Figura 22 - Horário de funcionamento das bibliotecas

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS



Fonte: DGB (2018)

9.3 Recursos Humanos

Os servidores e colaboradores das Bibliotecas compõem um quadro de profissionais especializados disposto a atender com excelência ao público usuário que necessite de serviços informacionais nos mais variados aspectos. Entre os recursos humanos necessários para o bom funcionamento da Biblioteca encontram-se os bibliotecários, os auxiliares de bibliotecas, os funcionários terceirizados, entre outros.

Quadro 34 - Recursos Humanos das Bibliotecas

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB						
Recursos Humanos	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca Campus Aracaju	7	10	14	14	14	14
Biblioteca Campus Lagarto	4	4	7	7	7	7
Biblioteca Campus São Cristóvão	4	4	7	7	7	7
Biblioteca Campus Estância	3	3	6	6	6	6

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB						
Recursos Humanos	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca Campus Itabaiana	4	4	7	7	7	7
Biblioteca Campus Glória	3	3	6	6	6	6
Biblioteca Campus Propriá	2	2	6	6	6	6
Biblioteca Campus Tobias Barreto	3	3	6	6	6	6
Biblioteca Campus Socorro	2	2	5	5	5	5
Biblioteca da Pós Graduação	2	2	2	2	2	2
Diretoria Geral de Bibliotecas - DGB	8	10	10	10	10	10

Fonte: Progep

9.4 Instalações Físicas

Para atender as expectativas dos usuários e estar de acordo com as exigências do Ministério da Educação deve haver constantes melhorias através de reformas dos espaços existentes ou construção das bibliotecas sede do Instituto, trazendo layouts adequados, cumprindo com a lei de acessibilidade e criando espaços de leitura satisfatórios.

Quadro 35 - Instalações Físicas

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB						
INSTALAÇÕES FÍSICAS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca Campus Aracaju	337,71m ²	337,71m ²	Espaço de aproximadamente 2.400m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.			
Biblioteca Campus Lagarto	241,92m ²	241,92m ²	241,92m ²	241,92m ²	Espaço de aproximadamente 2.230m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.	
Biblioteca Campus São Cristóvão	278,77m ²	278,77m ²	278,77m ²	278,77m ²	Espaço de aproximadamente 2.230m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.	
Biblioteca Campus Estância	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²
Biblioteca Campus Itabaiana	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²
Biblioteca Campus Glória	42m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²
Biblioteca Campus Propriá	68m ²	Espaço de aproximadamente 450m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.				

Biblioteca Campus Tobias Barreto	68m ²	Espaço de aproximadamente 450m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.				
Biblioteca Campus Socorro	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²
Biblioteca da Pós Graduação	48,60m ²	48,60m ²	48,60m ²	48,60m ²	48,60m ²	48,60 m ²
Diretoria Geral de Bibliotecas - DGB	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²

Fonte: Dipop

9.4.1 Número de assentos para usuários

A proposta é oferecer aos usuários um espaço físico agradável e que possam se instalar na Biblioteca para pesquisas ou para uma boa leitura se sentindo acolhido. Atualmente 60% de nossas Bibliotecas vêm passando por reforma, ampliação do espaço ou construção de novas bibliotecas, para que possamos receber nossos usuários da melhor forma possível.

Quadro 36 - Número de assentos para usuários

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB						
NÚMERO DE ASSENTOS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca Campus Aracaju	121	121	O crescimento de números de assentos será gradativo de acordo com a ampliação das bibliotecas e com a entrega das obras das sedes definitivas.			
Biblioteca Campus Lagarto	65	85				
Biblioteca Campus São Cristóvão	65	65				
Biblioteca Campus Estância	97	97				
Biblioteca Campus Itabaiana	231	231				
Biblioteca Campus Glória	14	250				
Biblioteca Campus Propriá	3	250				
Biblioteca Campus Tobias Barreto	18	120				
Biblioteca Campus Socorro	81	100				
Biblioteca da Pós Graduação	21	21				

Fonte: Bibliotecas Campi

9.5 Serviços informacionais

Oferecer serviços de informação que permitam o acesso do usuário ao acervo e aos demais recursos informacionais é imprescindível para as Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe. Através de empréstimo, renovação, reserva, serviço de referência, acesso as bases de dados, treinamento, orientação de usuários e disponibilização de espaço multimídia destinado a auxiliar a pesquisa, todas as bibliotecas do IFS prestam os seguintes serviços:

- Apoio em trabalhos acadêmicos: através da confecção da ficha catalográfica para trabalhos de conclusão de curso no âmbito do IFS;
- Acesso à base de dados por assinatura nas diversas áreas do conhecimento;
- Acesso a bibliotecas digitais através da disponibilização de acervos digitais aos usuários através do site de pesquisa;
- Consulta ao acervo da Biblioteca através do site: www.ifs.br/biblioteca;
- Consulta local aos materiais informacionais aberta à comunidade em geral;
- Recepção aos calouros: no início de cada período de acordo com o calendário letivo do IFS, as Bibliotecas recebem os alunos calouros, promovendo a integração, apresentando seus serviços e regulamento através de visita monitorada e treinamentos específicos;
- Renovação e reserva on-line;
- Serviço de referência: atendimento personalizado ao usuário na sua busca de informação;
- Disseminação seletiva da informação/DSI para os cursos de nível superior;
- Treinamento e capacitação de usuários;
- Pesquisa e orientação das bases de dados/periódicos e ABNT;
- Balcão de atendimento: empréstimo; devolução; reserva; renovação; emissão da declaração de nada consta, sob pesquisa situacional do aluno no Sistema *Pergamum*; orientação à consulta local do acervo; controle do Laboratório de Multimeios.
- Serviço de internet e multimeios: laboratório para acesso à internet, consulta local do acervo de CDs e DVDs;
- Orientação e supervisão de estágios curriculares: as Bibliotecas do IFS têm recebido alunos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para realização de estágio curricular desde 2012;
- Levantamento bibliográfico para usuários: pesquisa na base de dados do *pergamum* das bibliografias que constam no acervo;
- Realização de eventos de fomento à leitura.

9.5.1 Ações culturais e eventos

É para fornecer meios para que as Bibliotecas se tornem ambientes de pesquisa, fomento à leitura, com a valorização da palavra através de ações de cunho literário, cultural e científico que as Bibliotecas do IFS implantam projetos de incentivo à leitura, à cultura local, à produção literária. Para maiores informações sobre as ações e eventos realizados pelas bibliotecas do IFS acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/institucional-biblioteca/acao-cultural-biblioteca>.

9.6 Tecnologia da Informação

Equipar as bibliotecas com recursos e suportes que possibilitem o acesso à informação através dos diferentes e variados tipos de ferramentas tecnológicas.

Quadro 37 - Recursos de TI para as bibliotecas

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB						
RECURSOS DE TI						
(Blu-ray, Caixa de som amplificadora, Computador, Fone de ouvido, Impressora, Leitora de código de barras, Leitora biométrica, Máquina fotográfica, Microfone, Óculos 3D, Teclado numérico, Portal antifurto, Projetor de imagem, Teclado, TV, entre outros).						
BIBLIOTECAS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca Campus Aracaju	29	29	O crescimento de Recursos de TI será gradativo de acordo com a ampliação das Bibliotecas, com a entrega das obras das sedes definitivas e com a disponibilidade orçamentária.			
Biblioteca Campus Lagarto	16	16				
Biblioteca Campus São Cristóvão	16	16				
Biblioteca Campus Estância	34	34				
Biblioteca Campus Itabaiana	76	76				
Biblioteca Campus Glória	12	12				
Biblioteca Campus Propriá	5	5				
Biblioteca Campus Tobias Barreto	4	4				
Biblioteca Campus Socorro	6	6				
Biblioteca da Pós Graduação	8	8				
Diretoria Geral de Bibliotecas - DGB	41	41				

Fonte: Bibliotecas Campi

9.7 Recursos Financeiros

Tenciona-se manter a verba orçamentária disponibilizada anualmente para aquisição bibliográfica, assim como prever a inclusão das Bibliotecas em projetos de pesquisa e extensão e em solicitação de aportes a Ministério de Educação e Cultura – MEC, para contemplá-las com um acervo adequado às diversas áreas do conhecimento dos cursos e programas oferecidos pelo IFS.

Quadro 38 - Recursos financeiros

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS - DGB					
RECURSOS FINANCEIROS	2020	2021	2022	2023	2024
Aquisição bibliográfica	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão

Fonte: DGB (2018)

9.8 Acessibilidade

Oferecer serviços e produtos aos portadores de necessidades especiais que possibilite não apenas seu acesso às Bibliotecas, mas também acesso aos recursos informacionais como áudio-livros, material em LIBRAS, braile, lupas, aplicativos específicos, entre outros.

Além disso, pretende-se criar a biblioteca inclusiva como um setor especial dentro das Bibliotecas que ofereça material adaptado e atendimento especializado.

9.9 Pesquisa, Extensão e Inovação

Elaborar e promover projetos de fomento à pesquisa, extensão e inovação no âmbito das Bibliotecas, onde é necessário fornecer um suporte técnico na estruturação e organização de toda a produção científica das Bibliotecas e da Coordenadorias da DGB.

9.10 Marketing e divulgação

Promover os serviços e recursos informacionais das Bibliotecas através de campanhas publicitárias disponibilizadas no site da DGB: <<http://www.ifs.edu.br/biblioteca>>, da página do facebook:<<https://www.facebook.com/BibliotecasIFS>> e do Instagram: [@dgbifsoficial/](https://www.instagram.com/dgbifsoficial/), além de elaborar calendário anual das atividades acadêmicas e culturais.

9.11 Plano de Contingência Anual para as Bibliotecas do IFS

A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) baseou-se no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) criado pela equipe de técnicos em segurança do trabalho do Instituto Federal de Sergipe (IFS), para elaborar um Plano de Contingência voltado para as necessidades de preservação da integridade física e mental dos servidores e usuários e dos riscos de acidentes específicos nas Bibliotecas do Instituto. Definiram-se algumas ações emergenciais a serem tomadas no caso de constatação de risco iminente nas instalações de cada Biblioteca: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais que possam afetar o ambiente.

Dentre esses riscos, destaca-se a preocupação em garantir o funcionamento do Sistema Gerenciador de Unidades Informacionais utilizado por todas as Bibliotecas do Instituto, com medidas que tentem evitar ao máximo a indisponibilidade dos serviços prestados pelas Bibliotecas através do referido sistema.

Destaca-se que para evitar acidentes e situações de emergência, todas as instalações devem ter manutenção periódica dos dispositivos de combate a incêndio, das instalações elétricas e também a conservação do ambiente de trabalho: teto, mobiliário, pavimento e paredes. Devem ser executados cursos de primeiros socorros para todos os colaboradores e, se possível, criar projetos para orientar os discentes e a comunidade externa.

9.12 Aquisição e atualização do acervo bibliográfico

Os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) do INEP/MEC, que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado para as modalidades presencial e a distância, utilizados para avaliações realizadas até meados do ano de 2018 fazia menção a um cálculo de obrigatoriedade quanto ao acervo das bibliografias básica e complementar. Deveria haver no mínimo três títulos por disciplina na bibliografia básica, disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais ofertadas. E na bibliografia complementar possuir, pelo menos, cinco títulos por disciplina, adquirindo dois exemplares de cada título ou com acesso virtual, e foi assim que todas aquisições realizadas com verbas conseguidas até 2017 foram feitas.

O novo IACG, versão outubro/2017, imputou a responsabilidade aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de cada curso de definir quantitativa e qualitativamente o material bibliográfico a ser adquirido pela Instituição/Biblioteca. O NDE deverá realizar um estudo criterioso dos títulos necessários para adquirir, referendado pelo Relatório de Adequação elaborado pelo próprio NDE do curso atestando que a composição existente é adequada ao projeto pedagógico, à matriz curricular, ao perfil do corpo docente, à infraestrutura para esse fim e à quantidade de vagas ofertadas. Também nesse Relatório de Adequação deverá constar os critérios para atualização de acervo. A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) participará da Comissão Geral formada

com a equipe pedagógica e com representantes docentes dos cursos do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e sugerirá critérios até então utilizados para definição do quantitativo de referências básicas e complementares constantes nas unidades curriculares, quanto à forma de aquisição e quanto a forma de atualização de acervo, como, por exemplo, mostrando o fluxo disponível na Instrução Normativa elaborada pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Coleções (CDC/DGB), que vigora desde 2017.

Quanto ao acervo virtual, a(s) assinatura(s) de base de dados também deverá ser debatida durante as reuniões da Comissão Geral, a fim de se estabelecer novos critérios para definir quais assinaturas o Instituto deve adquirir ou não. E complementarmente, no Plano de Contingência da DGB há um tópico que trata das medidas tomadas para que os usuários tenham acesso ininterrupto ao acervo virtual disponibilizado, acessando tanto do IFS quanto em domicílio.

Para se chegar ao conteúdo descrito neste planejamento plurianual, as Bibliotecas que compõem a Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), foram investigadas, analisadas e diagnosticadas levando-se em conta vários aspectos. Propostas foram apresentadas visando aumentar a eficiência dos serviços oferecidos aos usuários, bem como auxiliar numa melhor administração da Biblioteca pelos seus gestores.

Ressaltamos que já houve um grande avanço nas Bibliotecas do Instituto, que em 2011 dispunha de apenas 03 unidades informacionais e em 2018 já contava com 10 Bibliotecas, entre provisórias e definitivas. Contudo, ainda há muito a se fazer pelas Bibliotecas.

Incansavelmente, deve-se pensar no crescimento das Bibliotecas como aumento dos recursos humanos, atualização de acervo, melhorias na estrutura física, atualização e aumento de recursos de tecnologia da informação, acessibilidade, entre outros, subsidiando com qualidade e quantidade as atividades pertinentes ao ensino pesquisa, extensão e inovação. As Bibliotecas devem estar de acordo com as diretrizes do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC/INEP.

Por fim, as informações aqui contidas podem a qualquer momento ser alteradas de acordo com a necessidade da administração pública e/ou prioridades a serem alcançadas em curto espaço de tempo, não deixando de atender o que foi proposto no período vigente do referido documento

9.13 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

As informações sobre infraestrutura física e instalações acadêmicas são de competência da Diretoria de Planejamento e Obras e Projetos – DIPOP que é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar conjuntamente com o Departamento de Obras e Projetos – DEOP, os projetos e atividades relacionados às demandas de infraestrutura. Para maiores informações acessar o link da DIPOP no site do IFS: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dipop>.

Quadro 39 - Infraestrutura física e instalações acadêmicas

Infraestrutura	Reitoria		Aracaju		Lagarto		São Cristóvão		Estância		Itabaiana	
	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)
Área de Lazer/Convivência	0	0	1	7.624,63	1	1.300,00	2	983,12	1	421,21	1	466,98
Auditório	0	0	0	0	1	360,00	3	265,24	1	109,50	1	109,50
Banheiros	10	51,46	14	178,00	6	96,00	54	527,17	6	180,00	8	220,00
Biblioteca	0	0	1	324,82	1	200,00	1	192,00	1	432,00	1	620,00
Instalações administrativas	1	806,10	2	383,88	10	186,00	2	145,90	2	288,00	2	288,00
Laboratórios	0	0	47	2.684,00	33	2.640,00	10	515,20	13	832,00	13	880,00
Salas de aula	0	0	37	1.311,77	11	605,00	29	1.266,99	10	672,00	12	672,00
Salas de Coordenação	0	0	10	100,04	1	36,00	6	153,31	1	157,00	1	157,00
Salas de Docentes	0	0	3	100,87	1	30,00	5	196,45	1	108,00	1	108,00
Refeitório/Cantina	0	0	1	198,02	1	370,00	2	427,23	1	53,02	1	53,02
Alojamento	0	0	0	0	0	0	6	81,90	0	0	0	0

Infraestrutura	Glória		Tobias Barreto		Propriá		Socorro		*Poço Redondo	
	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)	Qte	Área (m²)
Área de Lazer	1	496,98	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditório	1	109,50	0	0	0	0	0	0	0	0
Banheiros	6	214,00	4	126,00	4	126,00	4	126,00	4	126,00
Biblioteca	1	620,00	1	675,00	1	675,00	1	675,00	1	675,00
Instalações administrativas	2	288,00	1	493,00	1	493,00	1	493,00	1	493,00
Laboratórios	11	841,00	2	161,00	2	161,00	3	241,50	2	161,00
Salas de aula	13	832,00	9	549,00	5	305,00	5	305,00	5	305,00
Salas de Coordenação	1	157,00	2	137,00	2	137,00	2	137,00	2	137,00
Salas de Docentes	1	108,00	2	56,00	2	56,00	2	56,00	2	56,00
Refeitório/Cantina	1	53,02	0	0	0	0	0	0	0	0
Alojamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Campus em Construção

10. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

O contexto da elaboração da proposta de orçamento do IFS está ligado diretamente ao ciclo orçamentário do Governo Federal, qual seja, seguir os programas, objetivos e iniciativas estipulados no Plano Plurianual - PPA, por meio da execução das ações orçamentárias com o intuito de prestar serviços educacionais de qualidade à sociedade. Além disso, tal proposta orçamentária segue as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentária - LOA, que é elaborada anualmente.

O quadro abaixo traz a divisão do orçamento do IFS para o ano de 2019, com os programas que o compõem e as ações orçamentárias vinculadas a cada programa.

Quadro 40 - Programas e Ações contidos na LOA do IFS

Programas e Ações
2080 - Educação de qualidade para todos
Ação
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
2994 - Assistência ao Estudando da Educação Profissional
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
Ação
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
212B - Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Ação
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais
Ação
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Fonte: APO (2019)

10.1 Composição da Matriz Orçamentária

A Matriz Orçamentária do IFS é baseada, primeiramente, nos recursos disponibilizados pelo MEC/SETC na Matriz CONIF. Após a definição do valor a ser disponibilizado para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, são calculados os valores com que cada instituição da Rede Federal será contemplada. Os critérios que definem qual o montante orçamentário por Unidade são o número de alunos matriculados, alunos em regime de internato pleno, previsão de inauguração de novas unidades, etc.

10.1.1 Previsão Orçamentária do IFS 2020-2024

Neste tópico se demonstra a previsão orçamentária para o período de 2020 a 2024. A evolução orçamentária foi estimada com base na previsão de inflação futura (IPCA), obtida no Relatório de Mercado Focus de 05 de abril de 2019. Abaixo seguem as estimativas tanto do orçamento do IFS como todo e, também, por Unidade Gestora.

Quadro 41 - Projeção Orçamentária do IFS 2020 a 2024

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024**2080 - Educação de qualidade para todos**

Natureza	*2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	33.159.263,00	34.485.633,52	35.778.844,78	37.120.551,46	38.512.572,14	39.958.793,59
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	27.189.092,00	28.276.655,68	29.337.030,27	30.437.168,90	31.578.562,74	32.762.758,84
ACERVO BIBLIOGRÁFICO E PERMANENTES DIVERSOS	4.940.171,00	5.137.777,84	5.330.444,51	5.530.336,18	5.737.723,78	5.952.888,43
AJUDA FINANCEIRA AO ESTUDANTE - MERITO	171.666,67	178.533,33	185.228,33	192.174,40	199.380,94	206.857,72
PÓS-GRADUAÇÃO	171.666,67	178.533,33	185.228,33	192.174,40	199.380,94	206.857,72
PESQUISA	171.666,67	178.533,33	185.228,33	192.174,40	199.380,94	206.857,72
EXTENSÃO	171.666,67	178.533,33	185.228,33	192.174,40	199.380,94	206.857,72
PROEN (FIC, Educação Inclusiva, etc.)	171.666,67	178.533,33	185.228,33	192.174,40	199.380,94	206.857,72
EAD	171.666,67	178.533,33	185.228,33	192.174,40	199.380,94	206.857,72
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	7.050.376,00	7.332.391,04	7.607.355,70	7.892.631,54	8.188.605,23	8.495.677,92
Total Programa	40.209.639,00	41.818.024,56	43.386.200,48	45.013.183,00	46.701.177,36	48.452.471,51

2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	280.819,00	292.051,76	303.003,70	314.366,34	326.155,08	338.385,89
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	151.285.350,00	157.336.764,00	163.236.892,65	169.358.276,12	175.709.211,48	182.298.306,91
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.709.948,00	2.818.345,92	2.924.033,89	3.033.685,16	3.147.448,36	3.265.477,67
212B - Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	9.056.146,00	9.418.391,84	9.771.581,53	10.138.015,84	10.518.191,44	10.912.623,61
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	10.000,00	10.400,00	10.790,00	11.194,63	11.614,42	12.049,96
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	28.886.000,00	30.041.440,00	31.167.994,00	32.336.793,78	33.549.423,54	34.807.526,92
Total Programa	192.228.263,00	199.917.393,52	207.414.295,78	215.192.331,87	223.262.044,31	231.634.370,98

0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	42.016.000,00	43.696.640,00	45.335.264,00	47.035.336,40	48.799.161,52	50.629.130,07
Total Programa	42.016.000,00	43.696.640,00	45.335.264,00	47.035.336,40	48.799.161,52	50.629.130,07

0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	759.715,00	790.103,60	819.732,49	850.472,45	882.365,17	915.453,86
Total Programa	759.715,00	790.103,60	819.732,49	850.472,45	882.365,17	915.453,86

0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais

Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	60.000,00	62.400,00	64.740,00	67.167,75	69.686,54	72.299,79
Total Programa	60.000,00	62.400,00	64.740,00	67.167,75	69.686,54	72.299,79

Total do Orçamento IFS

275.273.617,00	286.284.561,68	297.020.232,74	308.158.491,47	319.714.434,90	331.703.726,21
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 42 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 – Reitoria

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Reitoria						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	14.539.263,00	15.120.833,52	15.687.864,78	16.276.159,71	16.886.515,70	17.519.760,03
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	9.899.092,00	10.295.055,68	10.681.120,27	11.081.662,28	11.497.224,61	11.928.370,54
ACERVO BIBLIOGRÁFICO E PERMANENTES DIVERSOS	4.640.171,00	4.825.777,84	5.006.744,51	5.194.497,43	5.389.291,08	5.591.389,50
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	1.787.376,00	1.858.871,04	1.928.578,70	2.000.900,41	2.075.934,17	2.153.781,70
Total Programa	16.326.639,00	16.979.704,56	17.616.443,48	18.277.060,11	18.962.449,87	19.673.541,74
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	71.819,00	74.691,76	77.492,70	80.398,68	83.413,63	86.541,64
Total Programa	71.819,00	74.691,76	77.492,70	80.398,68	83.413,63	86.541,64
Total do Orçamento Reitoria	16.398.458,00	17.054.396,32	17.693.936,18	18.357.458,79	19.045.863,49	19.760.083,37

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 43 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Aracaju

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Aracaju						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	5.400.000,00	5.616.000,00	5.826.600,00	6.045.097,50	6.271.788,66	6.506.980,73
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	5.400.000,00	5.616.000,00	5.826.600,00	6.045.097,50	6.271.788,66	6.506.980,73
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	2.040.000,00	2.121.600,00	2.201.160,00	2.283.703,50	2.369.342,38	2.458.192,72
Total Programa	7.440.000,00	7.737.600,00	8.027.760,00	8.328.801,00	8.641.131,04	8.965.173,45
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	90.000,00	93.600,00	97.110,00	100.751,63	104.529,81	108.449,68
Total Programa	90.000,00	93.600,00	97.110,00	100.751,63	104.529,81	108.449,68
Total do Orçamento Campus Aracaju	7.530.000,00	7.831.200,00	8.124.870,00	8.429.552,63	8.745.660,85	9.073.623,13

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 44 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Lagarto

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Lagarto						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2.280.000,00	2.371.200,00	2.460.120,00	2.552.374,50	2.648.088,54	2.747.391,86
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.980.000,00	2.059.200,00	2.136.420,00	2.216.535,75	2.299.655,84	2.385.892,93
ACERVO BIBLIOGRÁFICO E PERMANENTES DIVERSOS	300.000,00	312.000,00	323.700,00	335.838,75	348.432,70	361.498,93
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	930.000,00	967.200,00	1.003.470,00	1.041.100,13	1.080.141,38	1.120.646,68
Total Programa	3.210.000,00	3.338.400,00	3.463.590,00	3.593.474,63	3.728.229,92	3.868.038,55
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	20.000,00	20.800,00	21.580,00	22.389,25	23.228,85	24.099,93
Total Programa	20.000,00	20.800,00	21.580,00	22.389,25	23.228,85	24.099,93
Total do Orçamento Campus Lagarto	3.230.000,00	3.359.200,00	3.485.170,00	3.615.863,88	3.751.458,77	3.892.138,47

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 45 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus São Cristóvão

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus São Cristóvão						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.390.000,00	3.525.600,00	3.657.810,00	3.794.977,88	3.937.289,55	4.084.937,90
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	3.390.000,00	3.525.600,00	3.657.810,00	3.794.977,88	3.937.289,55	4.084.937,90
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	1.245.000,00	1.294.800,00	1.343.355,00	1.393.730,81	1.445.995,72	1.500.220,56
Total Programa	4.635.000,00	4.820.400,00	5.001.165,00	5.188.708,69	5.383.285,26	5.585.158,46
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	20.000,00	20.800,00	21.580,00	22.389,25	23.228,85	24.099,93
Total Programa	20.000,00	20.800,00	21.580,00	22.389,25	23.228,85	24.099,93
Total do Orçamento Campus São Cristóvão	4.655.000,00	4.841.200,00	5.022.745,00	5.211.097,94	5.406.514,11	5.609.258,39

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 46 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Estância

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Estância						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.890.000,00	1.965.600,00	2.039.310,00	2.115.784,13	2.195.126,03	2.277.443,26
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.890.000,00	1.965.600,00	2.039.310,00	2.115.784,13	2.195.126,03	2.277.443,26
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	300.000,00	312.000,00	323.700,00	335.838,75	348.432,70	361.498,93
Total Programa	2.190.000,00	2.277.600,00	2.363.010,00	2.451.622,88	2.543.558,73	2.638.942,19
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12.000,00	12.480,00	12.948,00	13.433,55	13.937,31	14.459,96
Total Programa	12.000,00	12.480,00	12.948,00	13.433,55	13.937,31	14.459,96
Total do Orçamento Campus Estância	2.202.000,00	2.290.080,00	2.375.958,00	2.465.056,43	2.557.496,04	2.653.402,14

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 47 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2020 - Campus Itabaiana

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Itabaiana						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.200.000,00	1.248.000,00	1.294.800,00	1.343.355,00	1.393.730,81	1.445.995,72
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.200.000,00	1.248.000,00	1.294.800,00	1.343.355,00	1.393.730,81	1.445.995,72
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	385.000,00	400.400,00	415.415,00	430.993,06	447.155,30	463.923,63
Total Programa	1.585.000,00	1.648.400,00	1.710.215,00	1.774.348,06	1.840.886,11	1.909.919,34
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12.000,00	12.480,00	12.948,00	13.433,55	13.937,31	14.459,96
Total Programa	12.000,00	12.480,00	12.948,00	13.433,55	13.937,31	14.459,96
Total do Orçamento Campus Itabaiana	1.597.000,00	1.660.880,00	1.723.163,00	1.787.781,61	1.854.823,42	1.924.379,30

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 48 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Glória

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Nossa Senhora da Glória						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.160.000,00	1.206.400,00	1.251.640,00	1.298.576,50	1.347.273,12	1.397.795,86
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.160.000,00	1.206.400,00	1.251.640,00	1.298.576,50	1.347.273,12	1.397.795,86
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	90.000,00	93.600,00	97.110,00	100.751,63	104.529,81	108.449,68
Total Programa	1.250.000,00	1.300.000,00	1.348.750,00	1.399.328,13	1.451.802,93	1.506.245,54
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	15.000,00	15.600,00	16.185,00	16.791,94	17.421,64	18.074,95
Total Programa	15.000,00	15.600,00	16.185,00	16.791,94	17.421,64	18.074,95
Total do Orçamento Campus Glória	1.265.000,00	1.315.600,00	1.364.935,00	1.416.120,06	1.469.224,56	1.524.320,49

Fonte: LOA 2019; Para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 49 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Propriá

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Propriá						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75	1.277.586,58	1.325.496,07
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75	1.277.586,58	1.325.496,07
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	90.000,00	93.600,00	97.110,00	100.751,63	104.529,81	108.449,68
Total Programa	1.190.000,00	1.237.600,00	1.284.010,00	1.332.160,38	1.382.116,39	1.433.945,75
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	15.000,00	15.600,00	16.185,00	16.791,94	17.421,64	18.074,95
Total Programa	15.000,00	15.600,00	16.185,00	16.791,94	17.421,64	18.074,95
Total do Orçamento Campus Propriá	1.205.000,00	1.253.200,00	1.300.195,00	1.348.952,31	1.399.538,02	1.452.020,70

Fonte: LOA 2019; para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 50 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Tobias Barreto

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Tobias Barreto						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75	1.277.586,58	1.325.496,07
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75	1.277.586,58	1.325.496,07
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	93.000,00	96.720,00	100.347,00	104.110,01	108.014,14	112.064,67
Total Programa	1.193.000,00	1.240.720,00	1.287.247,00	1.335.518,76	1.385.600,72	1.437.560,74
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	15.000,00	15.600,00	16.185,00	16.791,94	17.421,64	18.074,95
Total Programa	15.000,00	15.600,00	16.185,00	16.791,94	17.421,64	18.074,95
Total do Orçamento Campus Tobias Barreto	1.208.000,00	1.256.320,00	1.303.432,00	1.352.310,70	1.403.022,35	1.455.635,69

Fonte: LOA 2019; para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

Quadro 51 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Socorro

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Socorro						
2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75	1.277.586,58	1.325.496,07
FUNCIONAMENTO EDUC. PROF.	1.100.000,00	1.144.000,00	1.186.900,00	1.231.408,75	1.277.586,58	1.325.496,07
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	90.000,00	93.600,00	97.110,00	100.751,63	104.529,81	108.449,68
Total Programa	1.190.000,00	1.237.600,00	1.284.010,00	1.332.160,38	1.382.116,39	1.433.945,75
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Natureza	2019	2020	2021	2022	2023	2024
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	10.000,00	10.400,00	10.790,00	11.194,63	11.614,42	12.049,96
Total Programa	10.000,00	10.400,00	10.790,00	11.194,63	11.614,42	12.049,96
Total do Orçamento Campus Socorro	1.200.000,00	1.248.000,00	1.294.800,00	1.343.355,00	1.393.730,81	1.445.995,72

Fonte: LOA 2019; para 2020-2022, a projeção considerou a previsão do IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil, Focus - Relatório de Mercado, 05/04/2019, Expectativas de Mercado, Mediana - Agregado. Para 2023-2024 foi mantida a previsão do IPCA de 2022.

10.2 Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

A gestão econômico-financeira do IFS está prevista no Mapa Estratégico do IFS (2020-2024) por meio do objetivo estratégico OE01- Promover a racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz. Desse modo, estão previstas iniciativas estratégicas que beneficiem a gestão orçamentária do IFS.

10.2.1 Controle da execução orçamentária

O Controle da execução orçamentária tem por finalidade precípua maximizar a utilização dos créditos orçamentários previstos em Lei Orçamentária.

A execução do orçamento está intimamente ligada a liberação de limites orçamentários por parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento/MEC (SPO). Conforme os limites são liberados, o orçamento é descentralizado e executado por cada Unidade Gestora conforme suas respectivas necessidades.

Outra variável a ser observada no controle do orçamento é o percentual de liquidação. Observar-se-á se os valores liquidados estão de acordo com os empenhos emitidos, evitando-se assim impressões indevidas quanto à execução do orçamento das UG.

10.2.2 Planejamento Estratégico das Compras e Contratações

A estratégia de compras e das contratações a ser adotada no período 2020-2024 se dará por meio do Plano Anual de Contratações - PAC conforme pode ser acompanhado acessando o link de licitações e contratos: <http://www.ifs.edu.br/licitacoes-e-contratos>.

10.2.3 Procedimentos

Os processos de compras/contratações convencionais de cada unidade gestora serão realizados através das orientações e normativos do setor de licitações e contratos, e também pelas próprias unidades do IFS. Enquanto que os planos anuais de contratações serão cadastrados no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC do Ministério da Fazenda, onde segundo os arts. 2º e 7º da IN 1/2019, deverão ser incluídas no

PGC apenas as contratações que se pretende realizar ou prorrogar no ano seguinte.

"Art. 2º Cada Unidade de Administração de Serviços Gerais - UASG deverá elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente."

Dessa forma o objetivo PAC é a consolidação das contratações de bens e serviços do IFS que serão realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando os gestores na tomada de decisão. A partir de um levantamento prévio de bens e serviços do IFS que pretende contratar ou prorrogar, os gestores passam a dispor de informações gerenciais consolidadas que permitirão ampliar a realização de compras compartilhadas, viabilizando ganhos de escala.

O setor de licitações e contratos elabora um cronograma de licitações, construído a partir do PAC, onde prima-se pelo cumprimento de prazos e pela racionalização da força de trabalho, a maximização dos resultados institucionais, a melhoria da governança e da gestão das contratações, maior transparência e controle.

10.2.4 Compras sustentáveis

Com intuito de atender as legislações, orientações e tendências ambientais e tecnológicas, o IFS irá de acordo com as características e necessidades dos itens de compra priorizar a aquisição de itens (e/ou contratações) que atendam aos requisitos de sustentabilidade ambiental e tecnológica conformes normativos relacionados a área.

10.2.5 Captação e arrecadação de recursos

A captação de recursos, bem como a arrecadação de recursos próprios tem papel fundamental na sustentabilidade orçamentária do IFS. No primeiro caso, a ampliação de recursos destinados ao IFS, não previstos na LOA pode-se dar de diversas maneiras, tais como: participação em editais de pesquisa e extensão em órgãos fomentadores (FINEP, CNPq, CAPES, FAPITEC, etc.).

No que tange à estratégia de arrecadação de recursos próprios, além da arrecadação de recursos via processos seletivos e vestibulares, buscar-se-á a ampliação desta por meio de leilões, alugueis de espaços físicos nos Campi para

outsourcing de serviços, venda de animais dos Campi com cursos na área agrícola, depósito de patentes e registro de software, publicações, etc.

11. OFERTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

11.1 Histórico da Educação à Distância - EaD e sua abrangência no IFS

A trajetória da EaD no Instituto Federal de Sergipe começou com a oferta de cursos da Rede e-Tec, no ano de 2012. Inicialmente, foram ofertados cursos do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário), que tinha como objetivo a formação em serviço de profissionais da educação básica que trabalham em escolas e órgãos das redes públicas de ensino. Além da primeira oferta em 2012, os cursos técnicos vinculados ao Profucionário também foram ofertados nos anos de 2013 e 2014.

Em 2014 e 2015, foram ofertados cursos técnicos subsequentes pela rede e-Tec. Através desses cursos e do Profucionário, o IFS iniciou sua experiência com oferta de cursos semipresenciais. Além disso, com os cursos a distância, o IFS expandiu suas ações no Estado de Sergipe, ofertando turmas em municípios onde não havia campus, como: Capela, Amparo de São Francisco e Canindé de São Francisco.

Em 2016, foi iniciada a primeira ação da EaD no IFS com o intuito de institucionalizar essa modalidade de ensino. Decorrente da ausência de docente de língua inglesa no campus Tobias Barreto, o material de estudo da disciplina inglês instrumental começou a ser produzido por uma docente do campus Aracaju, a qual produziu os recursos audiovisuais no estúdio da EaD e utilizou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para ministrar a disciplina. Para acessar o AVA.

Outra oferta que não foi fruto de pactuação de programas governamentais foram as disciplinas optativas do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Em 2018, foram ofertadas a distância as disciplinas Tópicos Especiais e Políticas Públicas, com matrícula permitida para qualquer estudante de todo o país que estivesse regularmente matriculado no referido programa de Mestrado.

Em 2017 houve outra oferta de cursos do Programa MedioTec EaD, através de verba oriunda de pactuação com o FNDE/MEC e em convênio com a Secretaria de Estado da Educação. O MedioTec EaD foi destinado a alunos regularmente matriculados na rede pública estadual de educação. Essa foi a primeira experiência em EaD com estudantes do ensino médio, ofertada na forma concomitante, na qual os encontros presenciais ocorriam no contra turno em que o aluno cursava o ensino médio regular.

A partir do primeiro semestre letivo de 2019, ocorreu a primeira oferta de disciplinas semipresenciais em um curso superior do IFS. No Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema, a cada semestre letivo, os estudantes cursarão uma disciplina semipresencial.

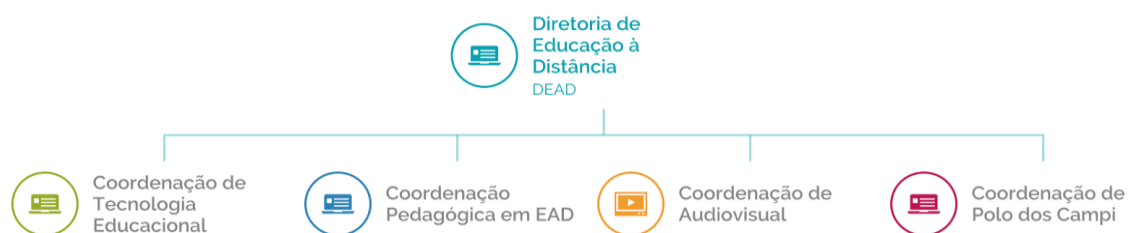
11.2 Estrutura da EaD no IFS

Na estrutura organizacional, a Diretoria de Educação a Distância (DEAD) do IFS apresenta-se subordinada a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e suas principais ações são:

- ✓ Nortear e estruturar as diretrizes de funcionamento dos cursos EAD nos polos;
- ✓ Planejar e executar as políticas de Educação a Distância no IFS;
- ✓ Propor, coordenar e acompanhar convênios em atividades de Educação a Distância;
- ✓ Propor a criação de cursos em diversas modalidades de ensino de modo a ampliar e diversificar a oferta de cursos de cada campus;
- ✓ Acompanhar os processos seletivos para ingresso nos cursos ofertados pela EAD;
- ✓ Representar a DEAD ou indicar representante em eventos, reuniões, fóruns e congressos.

Visando a institucionalização da EaD nos IFS e a construção da sua identidade sistêmica, a PROEN aprovou a proposta de um novo organograma juntamente com as novas atribuições desta Diretoria. Atualmente a DEAD é composta pelos seguintes setores: Coordenação de Tecnologia Educacional, Coordenação Pedagógica em EAD, Coordenação de Audiovisual e Coordenação de Polo em cada Campus.

Figura 23 - Organograma da DEAD proposto



Fonte: DEAD (2018)

A DEAD em cada campus irá dispor de uma Coordenação de Polo administrado por um servidor técnico, lotado no Campus, o qual irá conduzir dos trabalhos a serem realizadas.

Maiores informações sobre a atuação da DEAD podem ser acessadas através do link: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/ead>.

11.3 Oferta da EaD no IFS

A oferta de cursos e vagas da EaD será feita ao longo do PDI onde será observado os aspectos regionais juntamente com o estudo de mercado para verificar a viabilidade da abertura dos cursos e vagas nos campi.

11.4 Iniciativas para 2020-2024

A principal iniciativa a que se pretende no período de 2020-2024 diz respeito a Institucionalização da EaD, com as seguintes ações:

- ✓ Ampliar a oferta de disciplinas semipresenciais em cursos regulares;
- ✓ Capacitar os servidores lotados da EAD sobre as plataformas de ensino;
- ✓ Capacitar os docentes que irão ministrar disciplinas a distância usando o AVA;
- ✓ Ampliar a oferta de cursos a distância;
- ✓ Acompanhar a oferta de cursos a distância;
- ✓ Colaborar com a abertura de novos cursos técnicos EaD em cada campus;
- ✓ Divulgar e disponibilizar capacitação sobre as Tecnologias Educacionais em cada campus.

11.5 Desafios da EaD para 2020-2024

Historicamente, vimos que todos os cursos ofertados pela Diretoria de Educação a Distância foram resultados das pactuações firmadas entre a Rede e-Tec e o Instituto Federal de Sergipe. Desse modo, não houve nos últimos anos, uma política do IFS voltada para a Institucionalização da EaD.

Por isso, o maior desafio para os próximos anos será a ampliação da oferta de novos cursos ou disciplinas, na modalidade a distância. Essa ampliação dependerá, por um lado, da disponibilidade dos recursos humanos e físicos pelos Diretores Gerais de cada Campus, já que os seus respectivos docentes deverão possuir disponibilidade de carga horária para a gravação das aulas e a preparação das disciplinas, por outro lado, precisarão também da disponibilidade de laboratórios de informática para os discentes destes cursos.

Com relação as primeiras ofertas de cursos próprios ofertados pela DEAD, elas dependerão da matriz orçamentária do IFS, para que seja ofertada o curso de especialização em práticas pedagógicas para docentes do IFS que não possuem licenciatura.

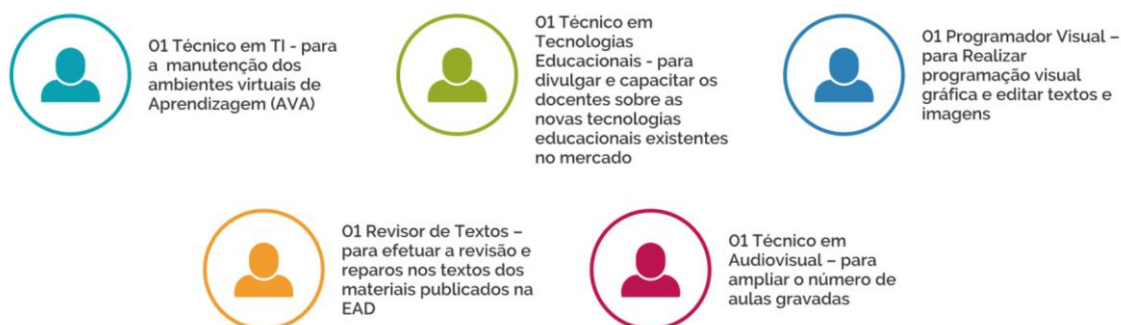
A estruturação humana de cada uma das Coordenações de Polo também será um desafio, já que há escassez de pessoal e de funções gratificadas na instituição. Os Diretores Gerais de Campus e a Reitoria terão que prever nos próximos anos a efetivação de servidores para esta função.

Outro ponto desafiador será manter uma boa articulação da DEAD com todos os setores de cada campus, uma vez que as ações operacionais para o funcionamento dos cursos na prática passarão a ser de responsabilidade destes.

A estruturação humana da equipe da DEAD também se fará necessária, ou seja, havendo ao longo dos próximos 05 anos a ampliação da oferta de vários cursos, o IFS deverá disponibilizar nos próximos concursos públicos vagas para as seguintes áreas:

Figura 24 - Estruturação humana da equipe da DEAD

A estruturação humana da equipe da DEAD



Fonte: DEAD (2018)

11.6 Plano de Atuação da EaD

O objetivo principal do IFS é institucionalizar a EaD. A fim de realizá-lo, faz-se necessário um planejamento que englobe tanto a ampliação da oferta institucional, quanto à necessidade de crescimento de pessoal e estrutura física, cujo plano é apresentado na sequência.

11.6.1 Infraestrutura física

Quadro 52 - Infraestrutura física EAD

Local	Física	Tecnológica
DEAD/Reitoria	Possui uma estrutura básica que precisa de melhorias para atender as demandas de qualidade na produção de materiais a distância e para atender a exigência da CGU.	Adquirir: <ul style="list-style-type: none"> - Isolamento acústico para as paredes - Teleprompter - Gravador digital - Câmera digitalizada - Bolsa para Câmera digitalizada - SWITCHER/Mesa de corte - Carpete/tapete para isolamento acústico do chão - kit de iluminação softbox - Ar condicionado split - Cabo hdmi - Cabo coaxial hd-sdi - Ilha de edição/sdi matrox
Campus Aracaju	Sim	-

Local	Física	Tecnológica
Nossa Senhora do Socorro	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
São Cristóvão	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
Itabaiana	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
Lagarto	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
Tobias Barreto	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
Nossa Senhora da Glória	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
Propriá	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;
Poço Redondo	Não	Adquirir ou adaptar: o campus deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no campus;

11.6.2 Previsão de abertura de polos 2020-2024

No quadro a seguir estão listados os campi do IFS que irão implementar a abertura dos polos da EAD com as suas respectivas previsões de funcionamento.

Quadro 53 - Previsão de abertura de Polos da EAD

Polos	Previsão de abertura da Coordenação de Polo
Aracaju	2020
Nossa Senhora do Socorro	2020
São Cristóvão	2021
Itabaiana	2021
Lagarto	2022
Tobias Barreto	2022
Nossa Senhora da Glória	2023
Propriá	2023
Poço Redondo	2024

11.6.3 Ofertas de Cursos pela Rede e-Tec Brasil

A oferta de cursos a distância credenciados pela Rede e-Tec Brasil, a partir de pactuação ou convênio podem ser ofertados nos seguintes campus, independente da estruturação e funcionamento da Coordenação de Polo:

Quadro 54 - oferta de cursos a distância credenciados pela Rede e-Tec Brasil

Polos	Previsão de oferta de curso caso haja pactuação
Aracaju	2020
Nossa Senhora do Socorro	2020
São Cristóvão	2021
Itabaiana	2021
Lagarto	2022
Tobias Barreto	2022
Nossa Senhora da Glória	2023
Propriá	2023
Poço Redondo	2024

11.6.4 Previsão de estruturação humana da equipe da EAD

O quadro a seguir, apresenta a previsão para a estruturação humana da equipe da EAD tanto na Reitoria quanto nos polos tendo em vista a disponibilidade de códigos de vaga pelo Governo Federal. Vale ressaltar que nas disciplinas ofertadas pelos Campus, o docente desempenhará simultaneamente os papéis de professor mediador (conteudista) e de mediador (tutor) presencial e a distância. Deste modo, não será necessário nos próximos 5 anos a contratação de tutores.

Quadro 55 - Estruturação humana da equipe da EAD

Polos	Equipe multidisciplinar	Previsão
DEAD	01 Técnico em TI	2020
	01 Técnico em Tecnologias Educacionais	2020
	01 Técnico Audiovisual	2023
	01 Programador Visual	2021
	01 Revisor de Textos	2021
Aracaju	01 Técnico Administrativo	2020
Nossa Senhora do Socorro	01 Técnico Administrativo	2020
São Cristóvão	01 Técnico Administrativo	2023
Itabaiana	01 Técnico Administrativo	2023
Lagarto	01 Técnico Administrativo	2023
Tobias Barreto	01 Técnico Administrativo	2023
Nossa Senhora da Glória	01 Técnico Administrativo	2023
Propriá	01 Técnico Administrativo	2023
*Poço Redondo	01 Técnico Administrativo	2024

11.6.5 Ofertas de Cursos EAD na Instituição

A oferta de disciplinas e/ou cursos a distância na instituição visa a melhoria das condições de vida da população e suas ações promoverão a inclusão destes no mercado de trabalho, ou seja, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Nos quadros a seguir, foram listadas as próximas ofertas da EAD por campus, pela Reitoria - através do Mestrado Profissional e pela DEAD, para os próximos 05 anos. Ressalto que tais ofertas podem ocorrer independente da estruturação e funcionamento da Coordenação de Polo em cada Campus.

Quadro 56 - Oferta de cursos EAD no campus Aracaju

Ano/período	Demandas
2019.1	Oferta da disciplina de Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2019.2	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2020.1	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2020.2	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Informática, ética e sociedade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Ano/período	Demandas
2021.1	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Informática, ética e sociedade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Legislação para Informática para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2021.2	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Informática, ética e sociedade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Legislação para Informática para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Educação e Diversidade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2022.1	A partir deste período, todas as disciplinas a distância para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, serão ofertadas simultaneamente caso haja demanda de alunos.

Quadro 57 - Oferta de cursos EAD no campus Socorro

Ano/período	Demandas
2019.2	Oferta do curso FIC em Administração
2020.2	Oferta do Curso subsequente em Administração

Quadro 58 - Oferta de cursos na Reitoria – Mestrado Profissional

Ano/período	Demandas
2019.2	Oferta da disciplina Diversidade e Inclusão para o curso de Mestrado Profissional em Educação profissional e Tecnológica.
2020.1	A DEAD ofertará a Especialização em Práticas Pedagógicas para docentes do IFS não licenciados

Visando a ampliação da oferta de novos cursos e/ou disciplinas a distância deverá ser observado os aspectos regionais juntamente com o estudo de mercado para verificar a viabilidade da abertura destes em cada campus.

Por fim, acredita-se que a partir do cenário apresentado, o público-alvo será adequadamente atendido. Cabe ressaltar que a EaD proporciona o acesso à educação para além da abrangência local onde a instituição já atua, como por exemplo, na oferta de disciplinas isoladas no mestrado profissional. A EaD pode e consegue democratizar o acesso à educação, rompendo barreiras temporais, físicas e geográficas.

12. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em atendimento a [Lei 10.861/2004](#) e as orientações emanadas da CONAES/SESU/MEC, a Reitoria do IFS constituiu a Comissão Própria de Avaliação - CPA para conduzir o processo de avaliação institucional. Vale ressaltar que no IFS a CPA possui atuação autônoma conforme previsto no SINAES² e no artigo 3º do Regimento interno da CPA³.

A autoavaliação do IFS é entendida como um processo contínuo que visa a identificar pontos positivos e negativos com a proposta de produzir mudanças que resultem na melhoria dos múltiplos aspectos da instituição.

Durante o período de avaliação interna várias reuniões são realizadas com todos os atores do IFS capazes de contribuir no processo de autoavaliação. Podemos citar levantamento de opiniões e debates com coordenadores, professores, alunos, técnicos administrativos, comunidade externa, equipe gestora e pedagógica.

² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em: 09/04/2019

³ Disponível em <http://www.ifs.edu.br/regimento-cpa> Acesso em: 09/04/2019

12.1 Diretrizes gerais de avaliação interna e externa e ações

A CPA coordena e acompanha os processos avaliativos do IFS que são divididos em internos e externos conforme demonstrado no Quadro 37.

Quadro 59 - Processos avaliativos do IFS

Avaliação Interna	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autoavaliação institucional (com a participação de toda comunidade acadêmica)⁴; 2. Sociedade civil e egressos a partir de 2019; 3. Avaliação semestral pelo SIGAA a partir de 2019.
Avaliação Externa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação de reconhecimentos e renovação de reconhecimentos dos cursos superiores; 2. Avaliação do credenciamento da IES; 3. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Fonte: CPA (2019)

12.2 Dimensões e instrumentos a serem utilizados no Processo de Autoavaliação

No período de autoavaliação os atores institucionais são convidados a responderem os instrumentos de avaliação (questionários) elaborados pela CPA que envolvem as seguintes dimensões.

⁴ Por comunidade acadêmica entende-se docentes, discentes e técnicos administrativos.

Quadro 60 - Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação

DIMENSÃO	INDICADORES
1. Missão e PDI	- conhecimento da missão - conhecimento do PDI - metas estabelecidas no PDI
2. Política para Ensino, Pesquisa, Extensão	- cursos/currículos/prática pedagógica/estágio; - pesquisa/produção científica; - projetos de extensão/cursos de pós-graduação/pesquisa.
3. Responsabilidade Social do IFS	- inclusão social/projeto social.
4. Comunicação com a Sociedade	- a comunicação interna/externa; - imagem/divulgação da instituição.
5. Política de Pessoal	- programas de capacitação/política de incentivo profissional; - condições de trabalho/qualidade de trabalho do servidor.
6. Organização e Gestão da Instituição	- plano de gestão e órgãos colegiados.
7. Infraestrutura física	- salas de aulas/laboratórios/biblioteca/salas de apoio (informática); - conservação dos ambientes comunitários/ segurança/ acessibilidade/conforto dos usuários.
8. Planejamento e Avaliação	- reconstrução do PDI/Planejamento Institucional/ Projeto Pedagógico; - Projetos Pedagógicos dos cursos; - Avaliação Institucional; - Ações dos gestores para minimizar fragilidades detectadas no processo avaliativo.
9. Política de Atendimento ao estudante	- Necessidades essenciais do estudante; - Assistência pedagógica/social/psicológica; - Formas variadas de ingresso.
10. Sustentabilidade Financeira	- Orçamento.

Fonte: CPA (2019)

As dimensões do quadro 38 são divididas por eixos. A CPA coleta dados relativos às dimensões citadas, em diversos setores da IES conforme quadro 39.

Quadro 61 - Eixos e dimensões para avaliação institucional

EIXO 01 Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 02 Desenvolvimento Institucional	EIXO 03 Políticas Acadêmicas	EIXO 04 Políticas de Gestão	EIXO 05 Infraestrutura Física
Planejamento e Avaliação Institucional (*CPA)	Missão e PDI (*PRODIN)	Ensino, Pesquisa e Extensão (*PROPEX) (*PROEN)	Políticas de Pessoal (*PROGEP)	Infraestrutura (*DIPOP/*DGB)
	Responsabilidade Social (*PROPEX)	Comunicação com a Sociedade (*DCOM)	Organização e Gestão (*PRODIN)	
		Atendimento ao Discente (*DIAE)	Sustentabilidade Financeira (*PRODIN)	

Fonte: item 2.7 da Nota Técnica INEP/MEC nº 14, de 7 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES.

* Setores responsáveis pelas informações.

Além do processo de autoavaliação, a CPA implementará junto com a DTI uma avaliação semestral com objetivo de obter dados relativos aos cursos, infraestrutura e avaliação do docente pelo discente.

12.3 Da Avaliação Externa

As avaliações externas são realizadas por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES e envolve:

1. **A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)** – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.⁵

2. **Avaliação do Desempenho dos Estudantes** (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cujo objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).⁶

O Quadro 50 a seguir mostra a situação atual dos cursos oferecidos pelo IFS.

Quadro 62 - Cursos Reconhecidos

CAMPUS	CURSO	ATO AUTORIZATIVO	VISITA IN LOCO		PORTARIA DE RECONHECIMENTO
			PERÍODO	CONCEITO	
ARACAJU	L. em Química	Resolução nº 04/2009/CS, de 22/05/2009	04 a 07/11/2012	04	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	L. em Matemática	Resolução nº 03/2006/CD,	06 a 09/05/2012	03	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018,

⁵ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>.

⁶ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>.

CAMPUS	CURSO	ATO AUTORIZATIVO	VISITA IN LOCO		PORTARIA DE RECONHECIMENTO
			PERÍODO	CONCEITO	
		de 30/08/2006 (criação). Resolução nº 06/2008/CD, de 21/08/2008 (atualização)			publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	B. em Engenharia Civil	Resolução nº 03/2009/CS, de 22/05/2009 (criação) Resolução nº 19/2012/CS, de 21/03/2012 (atualização)	22 a 25/05/2013	04	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018.
	T. em Gestão de Turismo	Início (curso de Ecoturismo): 23/08/2004 Criação: Resolução 14/2005/CD, de 31/08/2005 Início (T. em Gestão de Turismo): Resolução nº 07/2008/CD, de 21/08/2008 Criação: Resolução 06/2012/CS, de 22/03/2012	02 a 05/05/2012	04	Portaria nº 301/2012, de 27/12/2012, publicada no D.O.U em 03 de janeiro de 2013
	T. em Saneamento Ambiental	Portaria nº 3.389/2002, de 06/12/2002 (turno matutino)	22 a 25/03/2015	04	Portaria nº 238/2014, de 15/04/2014, publicada no D.O.U em 16 de abril de 2014 (Reconhecimento condicionado)
	T. Análise e desenvolvimento de sistemas	Curso novo	-	-	-
ESTÂNCIA	B. em Engenharia Civil	Resolução nº 94/2014, de 24/11/2014	06 a 09/06/2018	4	Portaria nº 608/2018, de 06/09/2018
GLÓRIA	T. em Laticínios	Resolução nº 57/2011/CS, de 28/12/2011	14 a 17/12/2014	03	Portaria nº 1034/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015.
ITABAIANA	T. em Logística	Resolução nº 05/2013/CS, de 25/01/2013	23 a 26/08/2015	04	Portaria nº 122/2016, de 22/04/2016, publicada no D.O.U

CAMPUS	CURSO	ATO AUTORIZATIVO	VISITA <i>IN LOCO</i>		PORTARIA DE RECONHECIMENTO
			PERÍODO	CONCEITO	
					em 25 de abril de 2016
	B. Ciência da Informação	Curso novo	-	-	-
LAGARTO	B. em Sistemas de Informação	Portaria nº 26/2011/CS, de 13/07/2011	22 a 25/03/2015	03	Portaria nº 1.039/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015.
	L. em Física	Resolução nº 25/2011/CS	05 a 08/11/2014	04	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	B. Arquitetura	Curso novo	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	T. em Agroecologia	Resolução nº 13/2009/CS, de 19/08/2009 Portaria nº 484, de 19/12/2011	11/11/2015 a 14/11/2015	03	Portaria nº 297/2016, de 07/07/2016, publicada no D.O.U em 11 de julho de 2016
	T. em Alimentos	Resolução nº 15/2012/CS, de 21/03/2012	14 a 17/12/2014	04	Portaria nº 1035/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015
PRÓPRIA	T. Gestão de TI	Curso novo	-	-	-

Fonte: CPA (2019)

* L = Licenciatura / * B = Bacharelado / * T = Tecnólogo

Após a divulgação dos relatórios de avaliação externa, a CPA solicita que as coordenações dos cursos avaliados apontem sugestões para minimizar as fragilidades apontadas pelos avaliadores externos. Este trabalho junto ao relatório de avaliação interna constitui uma ferramenta de apoio à gestão do IFS.

12.4 Da Metodologia

Baseados nos indicadores de avaliação das dimensões, a CPA entendeu que o processo de autoavaliação seria abrangente para o IFS, possibilitando a participação de toda a comunidade interna. Os instrumentos de autoavaliação para as dimensões relatadas, contemplam questões fechadas e abertas.

As questões fechadas, são avaliadas a partir de uma escala de valores que pretendem medir o grau de satisfação dos pesquisados conforme quadro 41.

Quadro 63 - Escala de valores para medir o grau de satisfação dos pesquisados

1	Desconheço
2	Fraco

3	Regular
4	Bom
5	Muito Bom

Fonte: CPA (2018)

Constituem etapas da avaliação interna:

- a) Levantamento semestral/anual da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico-administrativos do Sistema IFS;
- b) Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do Sistema IFS, bem como da sociedade civil;
- c) Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- d) Elaboração do relatório parcial;
- e) Elaboração do relatório final.

12.5 Dos Instrumentos

- a) Questionários;
- b) Documentos oficiais institucionais (PDI, PPC, Relatório de Gestão);
- c) Relatórios das avaliações externas dos cursos de graduação.

12.6 Tabulação e Análise dos Dados

A tabulação dos dados por meio magnético, na qual é atribuída uma escala aos conceitos de 1 a 5 conforme quadro 51. Trabalha-se com as ferramentas básicas da estatística como distribuição de frequências, média e moda, bem como as medidas de dispersão desvio padrão e coeficiente de variação. A medida de tendência central (moda) ocupou o lugar de destaque, pois evidência o conceito que ocorreu com maior frequência nos questionários de avaliação, favorecendo a interpretação qualitativa.

12.7 Elaboração do Instrumento de Avaliação

A CPA, através dos seus membros, elaborou questionários a serem aplicados com todos os segmentos do IFS, buscando detectar potencialidades e fragilidades para obter diagnóstico institucional que norteie o estabelecimento de diretrizes e a tomada de decisão com vistas ao desenvolvimento desta Instituição.

12.8 Sensibilização

Nesta etapa a CPA faz a sensibilização, através de visitas as unidades, para que a comunidade se conscientize da importância da participação de todos no processo de avaliação com vistas à construção de uma instituição mais sólida e comprometida com os anseios da comunidade.

12.9 Validação dos Instrumentos de Avaliação

A validação dos instrumentos de avaliação consiste no pré-teste da funcionalidade dos instrumentos de pesquisa onde as possíveis dificuldades serão apresentadas nesse momento, e serão feitas as possíveis correções.

12.10 Aplicação dos Instrumentos da Avaliação Interna

A comunidade acadêmica é convidada a participar do processo de autoavaliação respondendo questionários através do sistema desenvolvido pela CPA disponível na página do IFS.

12.11 Elaboração do Relatório Final

O relatório final é elaborado pela CPA após análise crítica, assegurando ao processo a isenção de ânimos dos membros que compõem a comissão frente aos dados coletados, com a compreensão de que a finalidade da avaliação é manter e potencializar os pontos fortes e corrigir as fragilidades detectadas no processo de avaliação. Vale ressaltar que a CPA tem autonomia para conduzir todo o trabalho de autoavaliação. Assim, esse relatório é apresentado para a comunidade, contando com a participação de gestores, coordenadores, corpo docente, corpo discente, técnico administrativo e comunidade externa.

O IFS utiliza os resultados da autoavaliação para o seu desenvolvimento, pois através desse diagnóstico pode com clareza identificar e potencializar os pontos fortes e neutralizar os aspectos de fragilidade institucional. Portanto, o processo avaliativo se configura em um valioso instrumento norteador das diretrizes a serem traçadas visando à melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem e crescimento da IES.

12.12 Divulgação: Relatórios de Autoavaliação

A divulgação dos resultados da avaliação institucional é feita pela CPA, através da realização de seminários para discutir com a comunidade acadêmica os resultados que constam no relatório final, o qual é disponibilizado no site do IFS através do link: <http://www.ifs.edu.br/relatorios-cpa> socializando e publicizando, desse modo, os resultados para a comunidade.

12.13 Ações dos gestores para neutralizar as fragilidades detectadas na avaliação

De posse dos resultados, a CPA solicita aos gestores ações de curto, médio e longo prazo, visando minimizar as fragilidades e manter/melhorar as potencialidades evidenciadas na avaliação interna e externa. As ações podem ser vistas através do link: <https://drive.google.com/file/d/1aQKlkmTuCi-uxU6q9z4g0kcRdEP7-uPx/view?usp=sharing>.

13. DEMANDAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA

As demandas da comunidade acadêmica para atendimento durante a vigência do PDI 2020-2024 é condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira para a execução.

13.1 Campus Aracaju

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Aracaju para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024

Quadro 64 - Demandas da comunidade: campus Aracaju

Nº	Demandas	Disponibilidade Orçamentária	Necessidade Imediata
01	Reavaliar a normativa 01/2016, que regula o sistema eletrônico de frequência dos Técnicos Administrativos, pois existe nela situações que ferem normas legais superiores e não existem previsões relativas a atividades de qualificação	N	S
02	Instituir programa de saúde e qualidade de vida para servidor, com cumprimento das normas legais relativas aos exames periódicos e atividades como ginástica laboral, momento de relaxamento e palestras sobre alimentação e cuidados com a saúde.	N	S

Nº	Demandas	Disponibilidade Orçamentária	Necessidade Imediata
03	Instituir campanha pela preservação do patrimônio, envolvendo também alunos	N	S
04	Rediscussão dos planos de curso de forma a adequá-los às necessidades do mercado	N	S
05	Fortalecer as ações da PRODIN na esfera de gestão estratégica de fato	N	S
06	Mais bebedouros	S	S
07	Oferta de curso de Pós-graduação em Computação		N
08	Voltar o formato de 4 anos dos cursos integrados, diminuindo assim a carga desumana de horas semanais de estudo sobre os alunos e facilitando o gerenciamento dos espaços pedagógicos como sala de aula e laboratórios	N	N
09	Instituir normas para o respeito à autonomia dos campi, principalmente em relação à nomeação, pelo diretor, de seus auxiliares diretos.	N	S
10	Conclusão urgente da obra da Reitoria e disponibilidade do ambiente do ambiente para o Campus Aracaju.	S	S
11	Ar-condicionado na 10.	S	S
12	Instituir uma meta de implantação do turno corrido de 30 horas semanais para os técnico-administrativos, instituindo para isso uma comissão de estudos, onde estejam presentes representantes eleitos por esse segmento.	N	S
13	Mais inserção de mulheres nos cargos de gestão (Pró-reitorias e Diretorias).	N	S
14	Infraestrutura melhor.	S	S
15	Criar um plano de revisão dos documentos institucionais, para adequação à realidade, de como estamos usando no IFS.	N	S
16	Mais diálogos da gestão com os servidores.	N	S
17	Elaboração de uma Plano de Marketing do IFS	N	S
18	Mais diálogos da gestão com os estudantes.	N	S
19	Incluir no tema de avaliação docente, uma reformulação do instrumento de avaliação, regido pela CPPD, de acordo com a Lei 12722.	N	S
20	Que a avaliação dos cursos sejam realizadas incluindo o ponto de vista do mercado.	N	S
21	Inserir uma política de avaliação da gestão da Reitoria e dos Campi.	N	N
22	Fortalecimento da política de acompanhamento do egresso.	N	S
23	O IFS não caminha sem o servidor. Mas não existe uma gestão de pessoas. Psicologia, serviço social, precisam fazer parte do setor, que hoje só se preocupa com aspectos legais.	N	S
24	Oferta do curso técnico em Gestão de Eventos.	N	N
25	Incluir no PPC dos cursos alguma forma de catalisar o perfil empreendedor dos estudantes.	N	S

Nº	Demandas	Disponibilidade Orçamentária	Necessidade Imediata
26	As gestões dos campi devem fazer reuniões administrativas com servidores para prestar contas de ações e ouvir demandas e feedback.	N	S
27	Elaborar e implementar uma política de acompanhamento de egressos.	N	S
28	Elaborar e implementar política de acompanhamento de egressos.	N	S
29	Elaborar e implementar política de integração do ensino, pesquisa, extensão e inovação.	N	S
30	Fortalecimento da política de estágio extracurricular.	N	S
33	Edital da academia do IFS não abre regularmente e deveria ser atualizado semestralmente.	S	N
36	Pontualidade dos professores deveria ser verificada.	N	S
38	Estrutura física não acompanha a demanda, turmas grandes com salas pequenas, biblioteca com poucos livros e computadores, setores que não funcionam no turno noturno, sendo que há alunos nesse turno (óbvio!).	S	N
39	Horário de aula incompatível com a realidade urbana de uma capital onde a insegurança é notável.	N	S
40	Tecnologia		
41	Mais recursos para a assistência estudantil dos campi.	S	S
42	Setor de Saúde do servidor com equipe multiprofissional (psicólogo, enfermeiro, médico, assistente social, fonoaudiólogo, etc.) de servidores efetivos – concursados.	S	S
43	Mais profissionais para as equipes de atendimento aos estudantes.	N	N
44	Oferta de curso de capacitação, exemplo: libras.	N	S
45	Um trabalho sistêmico das Pró-Reitorias e Diretorias.	N	S
46	Processo de remoção de técnico-administrativos.	N	N
47	Mais autonomia administrativa e financeira para os campi.	N	S
48	Mais espaço para os técnico-administrativo nos espaços de gestão.	N	S
50	O refeitório deveria ter mais mesas ou mais espaços para acolher mais alunos em um mesmo tempo.	S	S
51	Tendo em vista o número reduzido de turmas no PROEJA, solicito a criação de mais um curso nessa modalidade. A sugestão já pensada é o curso de bar e restaurante.	S	S
52	Ar-condicionado nas salas.	S	S
53	Melhoria na climatização das salas.	S	S
54	As salas deveriam ter melhor climatização. Algumas ainda possuem ventiladores que atrapalham professores durante a explicação e os próprios alunos.	S	N

Nº	Demandas	Disponibilidade Orçamentária	Necessidade Imediata
56	Ampliar verbas para auxílio dos estudantes e para capacitação dos servidores.	S	N

13.2 Campus São Cristóvão

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus São Cristóvão para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 65 - Demandas da comunidade: campus São Cristóvão

Demanda	Prazo
1. Construção da suinocultura	Longo
2. Construção da biblioteca do campus	Longo
3. Adequação da rede elétrica do curso de agroindústria	Médio
4. Criação do curso de licenciatura em biologia	Curto
5. Criação do laboratório de morfologia para a licenciatura em biologia.	Médio
6. Pavimentação da via interligando a bovinocultura aos cães guias	Longo
7. Melhorias de espaços como auditório	Longo
8. Investir a melhoria de segurança do Campus: iluminação, treinamento e qualificação de vigilantes, aumento do uso de tecnologia de monitoramento, implantação de postos de vigilância fixo em locais estratégicos	Longo
9. Controle do que foi proposto no PDI, verificação se as demandas foram atingidas e divulgar para a comunidade	Curto
10. Controle biométrico para frequência dos servidores (Progep)	Longo
11. Ampliar programas de capacitação de servidores	Médio
12. Criação de indicações de qualidade	Médio
13. Aquisição de mobiliário adequado para a biblioteca	Longo
14. Ampliação do Número de Cursos	Curto
15. Oferta de curso de mestrado	Não pode ser atendido
16. Construir um ginásio esportivo para prática de variadas modalidades esportivas inclusive com uma piscina olímpica.	Longo
17. Melhoria da infraestrutura do ambiente de trabalho, com espaços mais adequados para a prática profissional	Longo
18. Viabilizar melhor acesso ao Campus	Longo
19. Acesso a internet em todas as unidades	Médio

20. Melhoria da comunicação interna entre a direção e os setores e os setores entre si.	Médio
21. Que o diretor do Campus possa escolher sua própria equipe de trabalho e tenha autonomia.	Reitoria
22. Agendamento programado de faxina geral em cada setor.	Curto
23. Comercialização da produção realizada no Campus para que os recursos financeiros sejam reinvestidos nos setores de produção.	Curto
24. Redução da carga horaria de funcionamento da biblioteca	Curto
25. Melhoria da iluminação do Campus	Curto
26. Plantar e cultivar hortas	Longo
27. Instalar mais acessibilidade aos portadores de deficiência	Longo
28. Promover a produção de plantios (campus São Cristóvão) melhorando os setores de produção.	Longo
29. RSC para técnicos administrativos (Progep)	Longo
30. Criar cardápios e divulgá-los antecipadamente	Curto
31. Melhor levantamento das demandas das compras institucionais para não existir desperdícios.	Curto
32. Incentivar a criação de núcleo de produção da propriedade intelectual para proteção do que foi produzido intelectualmente por nossos alunos, professores e servidores.	Curto
33. Criar agenda programada para dedetização	Curto
34. Colocar turno corrido no período de férias escolares	Médio
35. Mais servidores terceirizados para a limpeza.	Longo
36. Ampliar o quadro de trabalhadores terceirizados responsáveis pelas atividades de campo.	Longo
37. Procurar meios para utilização do espaço cães guia.	Médio
38. Servidores que cursam mestrado ou doutorado precisam ser liberados oficialmente de forma integral (Progep)	Médio
39. Inauguração e manutenção da academia	Longo
40. Colocar câmeras de monitoramento no campus que funcionem	Longo
41. Utilização do Hotsite do Campus	Curto
42. Fazer agendamento programado de limpeza nos setores	Curto
43. Aumentar o número de servidores lotados na biblioteca	Longo
44. Tentar melhorar a qualidade de cada campus em vez de tentar expandir a rede pelo estado.	Reitoria
45. Criação do Prédio da biblioteca	Longo

46. Revisão do laudo de periculosidade e insalubridade especialmente para os setores novos como os da apicultura.	Curto
47. Executar o serviço de microfilmagem do arquivo da CRE	Longo
48. Criar um serviço de recepção no campus. Existe a necessidade de direcionar não só os visitantes, como toda a comunidade do campus.	Longo
49. Implantação de uma linha de ônibus coletivo para atender os servidores de hora em hora.	Longo
50. Adotar o turno corrido para setores de atendimento ao público (Reitoria)	Longo
51. Melhorar a infraestrutura	Longo
52. Profissionalização e inovação na gestão administrativa	Longo

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.3 Campus Lagarto

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Lagarto para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 66 - Demandas da comunidade: campus Lagarto

Demandas	*Prazo	Status
Armários	curto	está incluído no PGC 2020
Academia	médio	(depende de contratação de terceirizados para o acompanhamento e uso dos discentes)
Aquisição de cadeiras e carteiras	curto	o processo já foi realizado parcialmente
Criação de novas salas	longo	obra será realizada com emenda constitucional, serão 5 salas
Reforma nos laboratórios	médio	contratado esquadria, serão contempladas as demandas do PGC 2020, bem como, realização de pintura geral
Maior fiscalização na entrada e saída do Campus	médio	projeto de modificação da entrada e implantação de cancela eletrônica, já solicitado no PGC
Espaço de vivência	longo	obra em curso
Aumento no limite de livros para empréstimos	médio	demandas discente para a realização se faz necessário alteração do regulamento
Inclusão de bicicletário	médio	
Número maior de visitas técnicas	médio	aguardando reforma do Ensino Médio Integrador
Maior incentivo aos discentes desenvolverem projetos tecnológicos e científicos	médio	Projeto Integrador do EMI
Acessibilidade	longo	já existe projeto, aguardando liberação de recurso para execução
Ar-condicionado	médio	realizado parcialmente, ainda existem demandas
Assédio	curto	ampliar o programa

Capacitação Docente	-	depende de disponibilidade orçamentária
Capacitações TAEs	-	depende de disponibilidade orçamentária
Aulas práticas	-	aumentar o número
Computadores	médio	depende de disponibilidade orçamentária (recursos de capital)
Conselho de campus	curto	regulamentar
Educação ambiental	curto	ampliar frentes de trabalho nessa área
Espaço para professores	-	-
Estágio	curto	fomentar parcerias com as empresas
Infraestrutura	longo	depende de disponibilidade orçamentária (recursos de capital)
Laboratórios	longo	aumentar o número e modernização
Livros na biblioteca	médio	aumentar o acervo
Mestrado em Licenciatura em Física	médio	
Pedagogos ()	médio	recomposição com mais um
Redução da carga horária discente	médio	-
Redução da carga horária dos TAEs	-	-
Refeitório	-	
Novos cursos: Especialização em Educação Integrada (Lato Sensu) Engenharia Mecânica (graduação) Ensino Médio Integrado em Mecânica Cursos FICs – Internet das Coisas, Tecnologia Reversa, Educação Ambiental, Redes, Robótica, Desenho por Computador e Mecânica de Auto	longo	realizar estudos de viabilidade da oferta e previsão no PDI no quadro de oferta e vagas

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.4 Campus Itabaiana

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Itabaiana para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 67 - Demandas da comunidade: campus Itabaiana

Categorias	Demandas (frequência)	Prazo	Observação	Status
	Área de convivência para servidores (4)	Longo	Condicional a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Quadra de esportes (9)	Longo	Condicional a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado

Infraestrutura	Espaço para caminhada /corrida ao redor da área desocupada	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros (extra - orçamentário) e projeto de ampliação	Planejado
	Garagem para os carros oficiais	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Cobertura do estacionamento	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros	Planejado
	Construção de um auditório maior	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Construção de mais salas de aula (2)	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Implantação de sistemas de segurança com câmeras (2)	Médio	Condicionado a liberação de recursos financeiros	Planejado
	Uso de energia solar (2)	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros	Planejado
	Academia	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Sistema de controle digital de entrada dos alunos na escola (2)	Médio	Condicionado a liberação de recursos financeiros, projeto e licitação	Planejado
	Melhorar a segurança do Campus Itabaiana, realizando uma triagem na portaria, identificando quem entra, quem sai e para qual setor se destina	Curto	Já ficou acordado com a prestadora de serviços de vigilância, que fará esse controle na entrada.	Em andamento
	Computadores novos	Médio	No aguardo da compra sistêmica, conforme demanda previamente formalizada.	Em andamento
	Reprografia (2)	Curto	Em processo de abertura de licitação	Em andamento
Pesquisa e Extensão	Curso consolidado de aulas de línguas estrangeiras a diversos públicos	Médio	Condicionado a elaboração e execução de projetos por parte dos docentes da área de línguas estrangeiras.	Planejado
	Maior aproximação com o mercado local, fomentando a pesquisa social	Médio	Condicionado a elaboração e execução de projetos por parte dos docentes e/ou técnicos administrativos	Planejado
	Projetos de extensão cultural: teatro, canto e violão, como os ofertados pela PROPEX (2)	Médio	Edital e parcerias	Planejado
	Mais projetos de pesquisa e extensão para técnicos administrativos e docentes (3)	Médio	Condicionado a elaboração e execução de projetos por parte dos docentes e/ou técnicos administrativos	Planejado

	Maior integração das áreas sistêmicas com o campus, expandindo ações de extensão e diálogo com a unidade	Médio	A integração sistêmica já está ocorrendo de forma inicial.	Em andamento
Ensino	Novos laboratórios de informática para ampliação de cursos de informática existentes e que irão iniciar	Médio	Condicionado a recursos orçamentários	Planejado
	Redefinição de cursos mediante demandas	Médio	Em elaboração de demanda	Em andamento
	Cursos FIC	Médio	Em elaboração de demanda	Em andamento
	Melhorar a estrutura dos laboratórios	Médio	A depender da demanda suscitada pelos interessados, uma vez que nos laboratórios existentes, já há uma estrutura física compatível para a finalidade a que são destinados.	Planejado
	No curso de logística, sugiro aulas práticas do uso de software e nos laboratórios	Médio	A depender da demanda formalizada pela coordenação e docentes do curso para aquisição dos softwares	Planejado
	Formação pedagógica para professores	Médio	A depender da elaboração e execução do Plano de Capacitação Docente	Planejado
Gestão	Criação do Conselho de campus	Médio	A depender da reestruturação regimental do IFS	Planejado
Pessoas	Planejamento para capacitação docente com normatização específica, como tempo no serviço público	Médio	Já existe um regulamento geral de afastamento para capacitação e a gerência de ensino está constituindo uma comissão para tratar dessa regulamentação interna, em consonância com o regulamento geral.	Planejado
	Contratação de mais técnicos administrativos	Longo	Contratação de servidores é algo sistêmico, e depende de liberação de código de vagas e concurso.	Planejado
	Projetos de Saúde do servidor	Curto	Elaboração do projeto em andamento	Em andamento

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.5 Campus Estância

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Estância para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 68 - Demandas da comunidade: campus Estância

Demandas	*Prazo	Status
Abertura de novos cursos técnicos e superiores	Longo	Em estudo de viabilidade
Abertura de cursos de licenciatura	Longo	Em estudo de viabilidade
Abertura do Integrado em Jogos Digitais	Curto	A proposta feita por comissão local encontra-se em análise
Abertura de curso superior na área de Tecnologia da Informação	Longo	Em situação de estudo de viabilidade
Flexibilização dos currículos dos cursos	Longo	A viabilidade depende da autonomia do campus na formulação do PPC
Aumentar o número de visitas técnicas de imersão realizadas pela DIAE	Médio	As visitas de imersão dependem do apoio da DIAE, pretende-se articular com a mesma a viabilidade de novas visitas
Capacitação periódica dos professores	Curto	Os recursos do Campus Estância destinados a capacitação não atendem as necessidades dos servidores.
Contratação de novos professores	Médio	O Campus Estância possui uma margem para contratar 28 professores
Contratação de professor na área de geotécnica para o curso de Engenharia Civil	Curto	A contratação desse docente já foi solicitada
Investir em pessoal e material de consumo para melhorar as aulas práticas	Curto	Atualmente, o Campus Estância tem dito dificuldade em realizar algumas aulas práticas por falta de material e pessoal
Avaliar as demandas locais para abrir cursos alinhados com a necessidade da região onde estão inseridos	Curto	Todos os estudos de viabilidade de curso contemplam uma análise dos Arranjos Produtivos Locais
Cursos preparatórios para ingresso dos estudantes nos cursos integrados do campus	Médio	Não temos um curso desse tipo. A implantação desse curso é importante para aumentar a procura para os cursos integrados.
Melhorias no ensino	Curto	Fazer levantamento de melhorias junto aos discentes
Aumentar a oferta de projetos de pesquisa e extensão	Médio	Existem 22 projetos de pesquisa e extensão em andamento no campus.
Ampliar recurso de assistência estudantil	Longo	A coordenadoria de assistência estudantil do Campus realizou um estudo sobre a viabilidade de aumento dos valores e encaminhou à DIAE
Criação de ferramenta de melhoria da relação do campus com instituições privadas para fomentar estágios	Médio	Verificar junto ao núcleo de Estágio as possibilidades para atender essa demanda
Realizar parceria com empresas da região para consolidar um programa de estágio	Curto	Verificar junto ao núcleo de Estágio as possibilidades para atender essa demanda
Ampliação da estrutura física do campus	Longo	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Salas de aula informatizadas e interativas	Médio	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Concluir e adequar o laboratório de Química e Biologia	Médio	A implantação desse laboratório encontra-se em andamento. Para a sua conclusão, faltam os acabamentos das bancadas, as instalações elétricas, a capela de exaustão de gases e o lava-olhos. O MEC recomendou a adequação urgente desse laboratório.

Demandas	*Prazo	Status
Implantar mais um laboratório de informática	Longo	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Melhorar os laboratórios de informática do campus	Médio	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Implantar um laboratório de línguas	Médio	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Implantar um ateliê de desenho e plástica	Longo	Para a implantação desse ateliê será necessária a compra de duas grandes mesas com tampo de vidro, sobre as quais poderão ser realizadas diversas atividades de plástica e desenho. Sua localização será na Sala 5. Espaço necessário para uma possível expansão dos cursos na área de design de interiores
Construir um bloco de laboratórios	Longo	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Implantar laboratório de hidráulica	Longo	A estrutura física atual do Campus não tem atendido ao aumento da demanda
Equipar laboratórios existentes	Médio	Estamos participando do processo licitatório visando aquisição de bens permanentes e de consumo para equipar os laboratórios existentes, aguardaremos a disponibilidade orçamentária para efetivar a aquisição.
Construir galpões para aulas práticas de construção civil	Longo	Diante da necessidade apresentada, verificar a disponibilidade orçamentária para construção de Galpões
Melhorias no setor médico com aquisição de medicamentos, equipamentos e contratação de médico e dentista para compor a equipe da COSE	Médio	No final do exercício de 2018 adquirimos alguns equipamentos para a COSE. Para o ano corrente estamos participando do processo licitatório que visa aquisição de bens permanentes e de consumo para o setor Médico, caso haja disponibilidade orçamentária efetivaremos as compras. O código de vaga para o cargo de médico não está disponível, uma vez que a médica que inicialmente estava lotada em Estância, por decisão judicial, está exercendo as atribuições em Aracaju. Não existe previsão para contratar Dentista.
Ampliação do acervo da biblioteca	Médio	O acervo da biblioteca atende às necessidades dos cursos existentes atualmente. A sua ampliação será feita, prioritariamente, quando for aprovada a abertura de um novo curso. A biblioteca do campus teve nota máxima na avaliação do curso de Engenharia Civil pelo MEC
Melhorias na estrutura da biblioteca no tocante às infiltrações no teto, ampliação da sala de leitura, mobiliário	Curto	O campus Estância já comunicou formalmente ao fiscal da obra o problema nos forros e está aguardando manifestação da Empresa. Estamos participando do processo licitatório visando aquisição de móveis e aguardaremos a disponibilidade orçamentária para efetivar a aquisição.
Melhorias nos procedimentos de gestão documental do Campus com adequação dos espaços físicos que possibilite a transferência do arquivo setorial para o intermediário	Médio	O espaço destinado atualmente para o arquivo não atende a necessidade real do Campus, desta forma os arquivos intermediários permanecem nos setores que deram origem.

Demandas	*Prazo	Status
Adequação do layout do almoxarifado	Médio	Foi feito um projeto de adequação do almoxarifado, a sua execução depende do fornecimento das divisórias por parte da reitoria
Construção de uma quadra poliesportiva	Longo	Não existe quadra no campus
Construção de uma academia	Longo	Não existe academia no Campus e sua viabilidade será analisada futuramente
Necessidade de instalação de bicicletário	Médio	Solicitação recorrente dos discentes que utilizam a bicicleta como o meio de locomoção para chegar ao Campus
Construção de coberturas para os veículos pertencentes a frota do Campus	Médio	Atualmente, os veículos ficam expostos ao sol e chuvas, uma vez que no estacionamento do Campus não possui nenhum tipo de cobertura
Arborização do estacionamento	Longo	-
Aquisição de uma Van	Longo	A aquisição possibilitará viagens com grupos menores, uma vez que não possuímos veículos de porte intermediário.
Aquisição de um micro-ônibus	Longo	A aquisição possibilitará viagens com grupos menores, uma vez que não possuímos veículos de porte intermediário.
Melhorar a rede de Wi-fi	Curto	Tendo em vista melhorar o sinal de Internet, já se encontra em andamento a substituição da empresa de fornecimento de Internet para o campus
Finalizar a instalação dos ar condicionados	Curto P	Os fios necessários para finalizar o processo de instalação já estão disponíveis
Acrescentar mais mesas na área de vivência	Médio	Estamos participando do processo licitatório visando aquisição de móveis, aguardaremos disponibilidade orçamentária para efetivar a aquisição.
Implementação de políticas para reduzir o consumo de água e energia no Campus	Curto	Está em andamento uma campanha para diminuição do consumo de energia em que instituiu o desligamento dos ar-condicionados nos horários de 17:00 até 20:30, período no qual a energia é mais cara.
Espaço destinado ao descanso e integração dos servidores nos intervalos entre as jornadas de trabalho	Médio	Não existe espaço destinado ao descanso do servidor, embora seja uma demanda recorrente por parte dos técnicos
Área de descanso para docente	Médio	Já existe um pequeno espaço na sala dos professores no qual pode ser feita uma adequação para que sirva, efetivamente, ao descanso.
Instrumento de Avaliação institucional do campus	Médio	-

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.6 Campus Glória

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Glória para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 69 - Demandas da comunidade: campus Glória

Demandas	*Prazo	Status
-----------------	---------------	---------------

1.Ambiente de convívio para discentes	Médio	Planejado
2.Laboratórios mais amplos	Médio	Planejado
3.Estruturação dos laboratórios	Longo	Planejado
4.Melhoria na qualidade da internet	Curto	Planejado
5.Licitação para Cantina	Médio	Planejado
6.Melhoria na climatização	Curto	Planejado
7.Setor de saúde escolar	Longo	Planejado
8.Redução da carga horária dos cursos	Médio	Planejado
9.Pavimentação do acesso a sede própria do campus	Longo	Planejado
10.Implementação do Grêmio Estudantil	Curto	Planejado
11.Atendimento psicológico aos servidores	Curto	Planejado
12.Atualização dos valores dos auxílios estudantis	Médio	Planejado
13.Programa de qualidade de vida	Médio	Planejado
14.Biblioteca mais ampla	Médio	Planejado
15.Ampliação de convênios estágios	Médio	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.7 Campus Propriá

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Propriá para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020- 2024

Quadro 70 - Demandas da comunidade: campus Propriá

Demandas	Prazo	Status
Auditório climatizado	Curto	Aguardando licitação da empresa de condicionadores de ar, não dependendo de ações do Campus Propriá.
Espaço de convivência para os servidores	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.
Uma sala de estudos seria bem legal	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos um espaço na biblioteca para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.
Ampliação da oferta de cursos	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.
Espaço de convivência	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um espaço de convivência bem maior.
Superior à noite	Médio	Haverá possibilidades no futuro para esta demanda.
Maior espaço da biblioteca	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos um espaço na biblioteca para esse fim. Entretanto, no

Demandas	Prazo	Status
		prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.
Copa climatizada	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.
Espaço de refeição para os estudantes	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.
Mais visitas técnicas ao MAKAI	Médio	Poderão ocorrer de acordo com o planejamento institucional
Criação de uma quadra para a prática esportiva, bem como outros espaços de	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de espaço. Entretanto, no prédio definitivo haverá espaço para esse fim.
Convênio com as escolas do estado para oferta de cursos concomitantes	Médio	Há previsão para 2020.
Mais cursos diferenciados	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.
Cursos na área ambiental	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.
Uma sala ampla	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de espaço. Entretanto, no prédio definitivo haverá espaço para esse fim.
Atividades de relaxamento	Médio	Esse item será adicionado no Planejamento. Entretanto, já existem alguns eventos criados com a finalidade de promover a integração e descontração dos servidores.
Curso de pedagogia	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.
Administração	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.
Curso de inglês	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.

Demandas	Prazo	Status
Curso de redes de computadores	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.
Mais equipamentos para aulas práticas	Médio	Foram adquiridos novos equipamentos e há previsão para novas aquisições.
Aulas práticas	Médio	Foram adquiridos novos equipamentos e há previsão para novas aquisições.
Quero mais prática no curso de manutenção de computadores	Médio	Foram adquiridos novos equipamentos e há previsão para novas aquisições.
Climatização de todos os ambientes administrativos e acadêmicos	Longo	Aguardando licitação da empresa de condicionadores de ar, não dependendo de ações do Campus Propriá.

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.8 Campus Tobias Barreto

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Tobias Barreto para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 71 - Demandas da comunidade: campus Tobias Barreto

Demandas	Prazo	Status
1. Curso de bacharelado em Administração e Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas	Curto	Planejado
2. Laboratório de informática para o curso de comércio	Curto	Planejado
3. Aquisição de ônibus para transporte escolar do próprio IFS	Médio	Planejado
4. Política de humanização para os servidores	Curto	Planejado
5. Quadra de esporte	Longo	Planejado
6. Cobertura do estacionamento	Curto	Planejado
7. Cantina	Médio	Planejado
8. Melhorar a publicidade e comunicação	Curto	Planejado
9. Ginástica laboral	Curto	Planejado
10. Treinamento na área contábil e financeira	Curto	Planejado
11. Oferta de curso em EAD	Médio	Planejado
12. Núcleo de idiomas	Médio	Planejado
13. Ensino integrado	Longo	Planejado
14. 100 becas e acessórios para disponibilizar aos alunos que estão se formando	Curto	Planejado
15. Oficinas de gestão para as coordenações do campus	Curto	Planejado
16. Gincanas do conhecimento	Curto	Planejado
17. Gestão documental	Médio	Planejado
18. Laboratório para aula prática de redes de computadores	Curto	Planejado
19. Elaboração de manuais, procedimentos e instruções de trabalho	Curto	Planejado
20. Software de jogos empresariais	Médio	Planejado
21. Programa de sustentabilidade	Médio	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.9 Campus Socorro

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do campus Socorro para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 72 - Demandas da comunidade: campus Socorro

Demandas	Prazo	Status
Ampliação da oferta de cursos (Curso de Administração, Curso de Redes de Computadores, Curso de sistema de informação, Cursos EAD, Curso de administração de Redes, Curso técnico em Logística, Cursos de aperfeiçoamento na área de Inglês, Curso Técnico em Enfermagem)	Longo	Ver na capítulo da oferta de cursos e vagas
Construção da Didática	Médio	Constitui a 2ª etapa do campus
Cantina	Médio	Planejado
Área de convivência estudantil	Médio	Planejado
Cochilódromo para servidores	Médio	Planejado
Catraca eletrônica	Médio	Planejado
Divisórias para Coordenadoria de Registro Escolar - CRE	Médio	Planejado
Quadra de esportes	Médio	Planejado
Cursos de capacitação para servidores	Curto	Planejado
Visitas técnicas	Curto	Planejado
Aquisição de um Ônibus	Longo	Planejado
Implementação de um Plano de Comunicação Vertical entre Pró-Reitorias, departamentos e coordenadorias afins para padronizar os processos de trabalho no âmbito do IFS	Médio	Planejado
Banheiros com chuveiros	Médio	Planejado
Ampliação do número de laboratórios	Médio	Planejado
Cobertura para estacionamento de veículos	Médio	Planejado
Piso Tátil	Médio	Planejado
Gestão de pessoas no campi	Médio	Planejado
Plantar mudas de plantas frutíferas	Médio	Planejado
Colocar projetor em todas as salas	Médio	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.10 Campus Poço Redondo Em construção.

Referências

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: Documento Base. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Formação de Professores de Nível Médio: Áreas de Conhecimento e Integração Curricular.** Etapa I, Caderno 4. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013a. Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pacto-mg/images/cadernos/CADERNO4.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. 542p.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 14 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 05 nov. 2010. Seção 1, p. 01-01. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** 100. ed. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 maio 2017. Seção 1, p. 03-03. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 20 jul. 2010. Seção 1. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/rbept.2008.2862>. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Oficial, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 03-03. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-publicacaooriginal-13666-pl.html>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2011. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no

9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 set. 2011. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> . Acesso em: 26 set. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** Col. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, Niterói, ano 3, núm 3, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

CNE/CP. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 23 dez. 2002. Seção 1, p. 162-162. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CNE/CP. Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 02 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CNE/CP. Resolução nº 7, de 11 de dezembro de 2017. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Nacional.**

Brasília, DF: Imprensa Nacional, 12 dez. 2017. Seção 1, p. 21-21. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78281-rces007-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em: 24 jul. 2019.

CONIF. **Diretrizes Indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica**. Brasília, 2018. 18 p.

FRIGOTTO, G. Tecnologia. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em:

<<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GADOTTI, M. Dimensão política do projeto pedagógico da escola. Petrópolis: Pedagogia da Terra, 2000. Disponível em:

<<http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/modulo1/pdf/22%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Gadotti.pdf>> .

Acesso em: 05 ago. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.8-22, 29 jul. 2015. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/rbept.2008.2862>. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>> . Acesso em: 25 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Documento Base.

Brasília: MEC/SETEC, 2007. 72 p. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

PICONEZ, S. C. B. (Org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 2015.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2003.

VIEIRA, Josimar; VIEIRA, Marilandi; BELUCAR, Maria. Formação continuada de professores da Educação Profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s.l.], v. 4, n. 10, p.100-117, 27 fev. 2018. Revista Eletronica Cientifica Ensino

Interdisciplinar. <http://dx.doi.org/10.21920/recei72018410100117>. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518/1535>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MINUTA